

Yuri Disaró Amado

**O SIGNIFICANTE COMO REPRESENTANTE DO SUJEITO  
PARA OUTRO SIGNIFICANTE**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto  
Monguilhott Remor

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da  
Universidade Federal de Santa Catarina

A481s Amado, Yuri Disaró

O significante como representante do sujeito para outro significante  
[dissertação] / Yuri Disaró Amado ; orientador, Carlos Augusto  
Monguilhott Remor. - Florianópolis, SC, 2012.  
145 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Representação. 3. Psicanálise. I. Remor, Carlos  
Augusto Monguilhott. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

*Yuri Disaró Amado*

***“O Significante como Representante do Sujeito para outro  
Significante”***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2012.



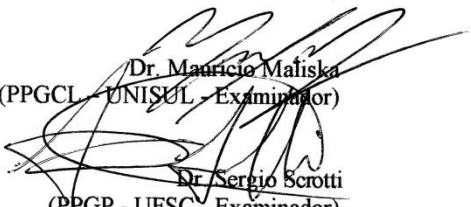
Dra. Maria Aparecida Crepaldi  
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dr. Carlos Augusto M Remor  
(PPGP - UFSC - Orientador)



Dr. Mauricio Maliska  
(PPGCL - UNISUL - Examinador)



Dr. Sergio Scrotti  
(PPGP - UFSC - Examinador)

Dr. Kleber Prado Filho  
(PPGP - UFSC - Suplente)



A meu pai, que deixou este mundo  
entre uma página e outra deste  
trabalho.



## AGRADECIMENTOS

A todos que me ajudaram na consecução deste trabalho.

À rebeldia constitutiva de minha mãe, que me encoraja o desentendimento com as obviedades.

À admiração de meu pai pelo saber, que não deixa eu me achar sabido o bastante.

À minha noiva, Hilary pelo amor que me dedicou suportando tantos não em nome desta pesquisa.

À Universidade Federal que mantém o corpo de professores que garante ensino público a mim e aos brasileiros.

À Maiêutica, instituição à qual confiei a referência para minha carreira.

Aos meus analistas, Tânia, Maurício e Tuto, por haver deles recebido tudo de que me vale a psicanálise, pela única forma como efetivamente pode ser transmitida.

À amizade de meu orientador, quem me ajuda das mais variadas maneiras, sendo há muito tempo minha maior referência no campo da psicanálise.

Aos colegas de Estudos, sobretudo dos cartéis: à Cléia, Valéria, Tahiana, Alessandra, Fabrício e Ivone, por levantarem diante de mim todos os problemas que a solidão narcísica jamais questionaria.

Aos analisantes que mais me frustram, os que não cessam de contar sobre o que nenhuma teoria guarda, por serem os que verdadeiramente não me deixam perder de vista a razão deste estudo.

A todos os amigos que me alegram o que não tem sentido.





*Till then sit still, my soul: foul deeds will rise  
Though all the earth o'erwhelm  
them, to men's eyes.*

Até lá, fique quieta, alma minha:  
atos infames emergirão  
Ainda que toda terra os submerja,  
aos olhos dos homens.

(Hamlet)



## RESUMO

Ainda que Freud não tenha dedicado sua atenção ao estabelecimento de um conceito de sujeito psicanalítico, sendo lembrado ao invés disso, por seus esforços na legitimação do conceito de inconsciente, deixou uma única passagem teorizando a esse respeito, que renderá estranhamento no tradutor de sua obra para a língua inglesa. Quase duas décadas após sua morte, Jacques Lacan inicia um ensino que preza pelo resgate das perspectivas freudianas, produzindo um trabalho no qual ressalta o aparecimento do sujeito como um ponto capital para a clínica psicanalítica. Trilhando a evolução dos conceitos psicanalíticos freudianos em torno do problema da representação, muitas similaridades com o significante desenvolvido por Saussure puderam ser encontradas. O título do presente trabalho segue esta mesma trilha percorrida por Lacan, retomando seu aforismo que resume a importância da aparição do sujeito a partir da única coisa da qual efetivamente se tem certeza em psicanálise, o significante, no qual declara que “o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante”. Foi por via destas proximidades que o acervo teórico psicanalítico pôde se valer da linguística como ferramenta para articulações lógicas, matemáticas e topológicas que estendem o alcance de como pensar a clínica, para constatar a impossibilidade de se absorver um significado do significante, uma vez que só se reporta a outro significante. Este trabalho coleta uma variedade de aproximações que reiteradamente mostram como o significante porta uma questão impossível de ser reduzida a uma articulação simbólica. Todo intento neste sentido, não incorre em outro resultado senão na preservação desse irrealizável.

**Palavras-chave:** Significante, Sujeito, Representação, Psicanálise



## ABSTRACT

Although Freud didn't devote his attention to the establishment of a psychoanalytic concept of the subject, being remembered instead for his efforts to legitimize the concept of the unconscious, he left a single passage theorizing about it which would confuse the translator of his work to the English language. Almost two decades after his death, Jacques Lacan started a teaching which valued a return to Freudian perspectives, producing a work which emphasized the emergence of the subject as a capital point in the psychoanalytic practice. Tracing the development of Freudian psychoanalytic concepts around the problem of representation, many similarities with the signifier developed by Saussure could be found. The present work's title follows the same path trailed by Lacan, retaking his aphorism that summarizes the importance of the appearance of the subject from the only thing that one can be sure in psychoanalysis, the signifier, stating that "the signifier is what represents the subject for another signifier". It was through these proximities that the psychoanalytic theory could take advantage of linguistics as a tool for logical, mathematical and topological articulations that extend the reach of the ways to think the clinic, to note the impossibility of absorbing the meaning of a signifier, since it only reports to another signifier. This work collects a variety of approaches that repeatedly show how the signifier bears a question impossible to be reduced to a symbolic articulation. Any attempt in this direction, incurs no other result than the preservation of this impossible.

**Keywords:** Subject, Signifier, Representation, Psychoanalysis



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso da pulsão destinada originalmente ao Outro tendo seu percurso alterado pela “gravidade” do objeto, retornando para a fonte e fazendo surgir o Sujeito como substituto. ....	31
Figura 2 – Signo representado como a oposição entre Conceito e Imagem Acústica. ....	48
Figura 3 – Dois exemplos do signo representado pela palavra latina <i>arbor</i> . ....	49
Figura 4 – Esquema do signo utilizando a nomenclatura mais apropriada, opondo Significado a Significante. ....	49
Figura 5 – Esquema da delimitação das unidades linguísticas entre as “nebulosas” de ideias e sons, (A) e (B), de Saussure. ....	56
Figura 6 – Significado como contraparte do Significante e Signo como contraparte dos demais Signos. ....	57
Figura 7 – O signo segundo Lacan. ....	63
Figura 8 – Banda de Möbius. ....	74
Figura 9 – Polígono formador da Banda de Möbius, indicando as duas semi-retas A, que devem ser unidas após uma meia torção que oriente as duas flechas na mesma direção. As semi-retas tracejadas permanecem sem serem unidas, e formarão a borda da banda. ....	76
Figura 10 – Corte da banda de Möbius. 1, 2 e 3: construção da banda de Möbius; 4, 5 e 6: corte mediano; 7, 8 e 9: banda resultante homeomorfa a um cilindro. ....	78
Figura 11 – Polígono formador do cross-cap, indicando as duas semirretas A, que devem ser unidas após uma meia torção que oriente as duas flechas na mesma direção, e as duas semirretas indicadas pela letra B que devem ser unidas da mesma forma. ....	79
Figura 12 – Corte no cross-cap resultando em duas superfícies separadas: uma banda de Möbius e um disco. ....	80
Figura 13 – A alienação. ....	104
Figura 14 – Sucessões da dedução Eu penso, logo eu sou. ....	118
Figura 15 – Substituições das sequências “eu penso, eu sou”, como idênticas a Um. ....	119
Figura 16 – O mesmo processo da última formulação, agora substituindo a identificação do “sou” ao “penso” pela notação do “sou” como $-1$ . ....	121
Figura 17 – Representação do par ordenado composto por S e A. ....	125
Figura 18 – O par ordenado sendo denominado como A. ....	126
Figura 19 – “A” sendo substituído por $S \rightarrow A$ . ....	126
Figura 20 – A possibilidade infinita de substituição consecutiva de A por $S \rightarrow A$ . ....	127
Figura 21 – Diagrama de A como não pertencente a si mesmo. ....	128





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
1.1 Uma nota sobre o método	24
<b>2 EXAME DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS AO TRABALHO</b>	<b>27</b>
2.1 O sujeito na psicanálise	29
2.2 A representação ( <i>Vorstellung</i> )	33
2.2.1 De seu fundamento pré-psicanalítico	34
2.2.2 A representação como suporte para a teoria do inconsciente	39
2.2.3 A representação na teoria da pulsão	43
2.3 O significante	46
2.3.1 A formulação do significante	46
2.3.1.1 O Signo Saussureano	46
2.3.1.1.1 <i>Da arbitrariedade do signo</i>	50
2.3.1.1.2 <i>Do caráter linear do significante</i>	51
2.3.1.1.3 <i>Três questões sobre a unidade linguística: Identidade, Realidade e Valor</i>	54
2.3.1.2 Da linguística para a psicanálise	59
2.3.2 O significante em seu suporte material: a existência do significante	66
<b>3 DESENVOLVIMENTOS</b>	<b>73</b>
3.1 A articulação do significante psicanalítico através da topologia	73
3.1.1 A banda de Möbius demonstrando o efeito de sujeito	76
3.1.2 O paradoxo dos lados da banda de Möbius	80
3.1.3 Uma dedução topológica	83
3.2 A identificação	89
3.2.1 Da identificação ao traço unário	91
3.2.2 Da identificação ao nome próprio	95
3.2.3 Descartes e a busca da identificação do sujeito	98
3.3 A lógica matemática como ciência do real	106

<b>3.3.1 Lógica em Lacan: Da influência de Frege ao paradoxo de Russell</b>	<b>106</b>
<b>3.3.2 O sujeito como zero</b>	<b>114</b>
<b>3.3.3 O sujeito como raiz de menos um</b>	<b>117</b>
<b>3.4 O significante como relação</b>	<b>123</b>
<b>4 MOMENTO DE CONCLUIR</b>	<b>131</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por meio de Jacques Lacan, a psicanálise passou a contar com um ferramental linguístico para descrever a experiência analítica. Dentre os conceitos oriundos dessa nova fundamentação, está o de significante. Ainda que sua linha de construção teórica remeta em princípio à hermenêutica, um conhecimento que valoriza o encontro do significado interpretado nas palavras, Lacan se encarrega de fazer uma torção neste discurso para situar que para a psicanálise, o relevante não é o significado, mas sim o significante.

Ainda que o significante esteja no centro das articulações simbólicas, sendo o elemento fundamental para a construção do sentido, conserva em si algo de irreduzível à simbolização, o que ocasiona a inviabilidade de uma conceituação que dê conta de apresentá-lo em sua completude. O maior colaborador para essa dificuldade de reduzi-lo a uma definição precisa é seu valor exclusivamente relacional, graças ao qual, não significa nada por si só e é por isso, também incompreensível em si só. Nas apresentações de Lacan sobre a relevância do uso do conceito de significante para pensar a psicanálise, fica sempre ressaltada a extraterritorialidade desse conceito em relação ao saber científico, uma vez que este saber necessita fiar-se de uma compreensão bem definida dos conceitos com que trabalha, para assim poder confiar na validade das deduções estabelecidas sobre estes conceitos quando submetidos a uma avaliação racional e consciente. De maneira bastante distinta deste critério de confiabilidade, o uso da noção de significante proposto por Lacan, só pôde sustentar-se em sua relevância por ser uma extensão da extraterritorialidade introduzida por Freud quando fazia referência à inapreensibilidade do Isso pelo Eu<sup>1</sup>. No que diz respeito à parcela inconsciente do primeiro:

---

<sup>1</sup> Neste trabalho se optou por manter o texto original de referência nas citações mesmo que, no corpo do texto, muitas vezes se faça uso de um termo por outra tradução mais adequada, quando esta já é de ampla aceitação entre os psicanalistas brasileiros. Tais termos incluem o uso de “Isso” em vez de “Id”, “Eu” em vez de “Ego”, “pulsão” em vez de “instinto”, “investimento” ao invés de “catexia”. Entretanto, alguns textos foram usados em sua língua original, e sobre eles feitas traduções livres para o português, sendo estes, tanto textos que não puderam ser encontrados em português como também textos cuja versão nesta língua possui um sentido diferente daquele que se queria fazer notar. Isso significa que, por vezes, não se está admitindo que suas edições em português sejam, necessariamente, a tradução oficial da obra, ou sequer a mais apropriada. Para estes casos especiais, o texto em sua língua original consta em nota de

Embora o ato de repressão demonstre a força do ego, em um ponto específico ele revela a impotência do ego e quão impenetráveis à influência são os impulsos instintuais do id, pois o processo mental<sup>2</sup> que se transformou em um sintoma devido à repressão mantém agora sua existência fora da organização do ego e independentemente dele. Na realidade, não é somente aquele processo, mas todos os seus derivados que usufruem, por assim dizer; desse mesmo privilégio de extraterritorialidade; e sempre que entram em contato associativo com uma parte da organização do ego, não é de modo algum certo que não atraiam essa parte para si próprio e assim se ampliem às expensas do ego. (FREUD, 1926,1976, p. 119, grifo nosso)

O trabalho do analista parte da escuta dos processos mentais que Freud verificou serem tomados pelo Eu do neurótico como algo estrangeiro, alheio à razão consciente, algo com que o paciente não reconhece como parte de sua identidade, mas que simplesmente retorna em sua vida com o efeito de uma verdade. Na terminologia lacaniana, a escuta disso que retorna vem a ser a escuta do significante trazido pelo neurótico, de forma que se possa trabalhá-lo com vistas a um fim de análise. Este significante desenvolve uma articulação que tece não só a fala do analisante, mas também o próprio fazer analítico, estabelecendo um efeito de linguagem que se deve exclusivamente às características relacionais do significante.

---

rodapé. Para os demais, sempre se tentou dar preferência para as versões publicadas em português, por sua maior facilidade de acesso ao leitor em geral.

<sup>2</sup> Há polêmica levantada a respeito do uso da palavra *mental* na obra de Freud, uma vez que ela não existe na língua alemã. Todavia, eu não saberia argumentar em prol de sua substituição, uma vez que a palavra originalmente usada é *seelische*, literalmente “da alma”, e *psychische*, literalmente “psíquico”, que por sua vez também remete etimologicamente a “alma” em grego antigo (HOUAISS, 2001). A definição do vocábulo “mental” no dicionário Houaiss, inclui: “que tem lugar, que se realiza no espírito”, e “que diz respeito ao psiquismo, às características psíquicas de um indivíduo”.(HOUAISS, 2001), sugerindo que a palavra “mental” poderia ser admitida como um sinônimo possível tanto para “psíquico” quanto para “da alma”. Há sim, algumas passagens traduzidas como “mente”, na qual no texto original consta *gehirn*, que numa tradução literal, significaria “cérebro”.

Esta característica relacional foi o que abriu margem para a introdução dos estudos topológicos lacanianos, por corresponder ponto por ponto ao caráter relacional da cadeia borromeana com seus três elementos, da mesma maneira que são necessários três elementos para a articulação entre significante e sujeito: que o (1) significante represente (2) o sujeito para (3) outro significante. Lacan chega a afirmar que isso para o que chama a atenção dos psicanalistas com o estudo topológico da cadeia borromeana, não é uma exemplificação daquilo que está querendo demonstrar a respeito do significante, mas é a própria coisa a que se refere que está sendo mostrada na cadeia (LACAN, 1968/69, 2008, p.30), que a estrutura do significante é a própria relação presente entre os aros da cadeia. Esta afirmação é mais uma vez importante porque apresenta também a marca da castração, na dependência de que uma alteridade se faça presente: O sujeito se constitui no campo do Outro assim como o significante. Fica marcada mais uma vez a co-dependência entre três termos, sobretudo se ressaltamos que “o Outro é lugar do tesouro dos significantes” (LACAN, 1968/69, 2008, p.56) e que “o Sujeito se constitui pelos efeitos do significante” (LACAN, 1963,1985, p.122). Não se trata, portanto, de uma relação montada por uma conveniência, mas sim de um efeito da própria castração. O significante já é um efeito da castração porque é o reconhecimento da falta, é a possibilidade de procurar o que falta. É castração porque é uma falta que não gera simplesmente a queixa, mas gera uma busca dentro de uma análise. (REMOR, 2008)

Por isso, torna-se relevante perguntar: o que pode ser reconhecido no significante que faz com que ele seja isso que engaja uma relação possível como representante de um sujeito para outro significante?

Se analisarmos as afirmações lacanianas de que “... [o significante] se caracteriza por representar um sujeito para outro significante.” (LACAN, 1973,1985, p.68), ou “... o sujeito [...] é essencialmente esse algo que só é representado por um significante para outro significante”. (LACAN, 1967/68), há três questões implícitas na frase que podem ser exploradas mais a fundo:

A primeira refere-se à função do significante de representante para outro significante, ou seja, a função de representar o sujeito, para a qual cabe investigar o processo da representação, um conceito de enorme importância para o trabalho de Freud que já tomava corpo sobretudo nas investigações filosóficas alemãs da época que o precedeu.

A segunda diz respeito ao caráter material do significante, pois é para ele que outro significante representa o sujeito, sendo o destino que

se estabelece com a função de representação. O significante neste aspecto é o elemento material que estrutura o inconsciente como linguagem de maneira não caótica, que mesmo sem portar o sentido em si, produz o efeito de sentido. O próprio do nome “significante” é usado na linguística para indicar esta condição, na qual ele é um suporte material que faz significar. O significante mostra esta característica tanto quando o investigamos em sua concepção saussureana, como na concepção lacaniana de letra até meados de 1972.

Na terceira, reside o caráter puramente relacional do significante, onde o significante não é outra coisa senão a relação entre dois significantes, aspecto que começa a ser intensamente explorado na obra de Lacan após meados de 1968.

A razão de se fazer tal separação é tornar possível uma aproximação do problema central através de três frentes que podem mostrar sua convergência num ponto onde se acumule a questão “como pode um significante representar um sujeito?”.

Com tal pergunta, este trabalho acaba podendo ser visto também como uma pesquisa sobre a viabilidade do sujeito da psicanálise. Surge do ponto em que se torna obrigatório fazer algo mais com a constatação lacaniana de que um sujeito é aquilo que é representado por um significante para outro. Algo mais do que simplesmente repeti-la por confiar em sua legitimidade ou por um exercício de fé. Falta dar efetividade ao valor desta fórmula, fazer com que produza efeitos dignos de uma constatação psicanalítica, que justifique um trabalho clínico possível através de seus termos.

Realizar uma pesquisa nos caminhos das inovações propostas por Lacan tem razões aparentemente justas. Lacan, um analista que se dedicou à construção de uma psicanálise pautada pelos ensinamentos de Freud, entende que aquilo que acontecia numa sessão de análise, poderia ser muito bem explicado através dos conceitos que colecionara em outras áreas de conhecimento, estudos que só vieram a estar efetivamente vinculados a partir de seu trabalho. Todos estes conhecimentos inicialmente alheios à pena de Freud não seriam, segundo ele, senão uma reapresentação do mesmo que o inventor da psicanálise já havia feito por outras vias. Num momento em que sustentava que os psicanalistas de sua época desviavam a psicanálise para longe de sua real função, as inovações propostas por Lacan nunca chegariam a ser apenas uma repetição do que Freud já havia dito, pois foram sempre produto da escuta de um analista que soube interpretar o que leu, conferindo o valor ao significante que sabe captar, demonstrando já nesse ato, o próprio trabalho condizente a um analista.

Se Freud tem o mérito de haver conseguido ser um analista mesmo sem um pai que o precedesse na psicanálise, Lacan tem o mérito de haver conseguido ser um analista sabendo reconhecer um pai.

Como o significante representa o sujeito? Como representa essa coisa tão controversa que, quando Freud fala a seu respeito, James Strachey precisa de uma nota de rodapé para relatar seu estranhamento com a ideia apresentada, ao comentar que “pode verificar-se certa confusão no uso da palavra sujeito” (*Nota de rodapé da tradução para língua inglesa de Strachey* In: FREUD, 1915, 2006, p.174), atestando em seguida que a palavra deveria ser entendida de uma maneira diferente desta confusão que insinua haver sido algum lapso de pouca importância da pena de Freud. O tradutor da obra freudiana para a língua inglesa propõe, então, que o leitor siga o mesmo sentido que a palavra corriqueiramente adquire no discurso científico no qual “em geral sujeito e objeto são empregados respectivamente para a pessoa na qual um instinto se origina, e a pessoa ou a coisa para a qual é dirigido”. (*Idem, Ibidem*) Este embaraço aparentemente resistencial de Strachey é o mesmo presente no cerne do abandono da psicanálise, sobre o qual Lacan alerta, e seguir a correção proposta à frase significaria, segundo o posicionamento de Lacan, abandonar a coerência com a proposta de Freud, gerando um abrandamento do golpe sobre o narcisismo produzido pela psicanálise, mantendo inabalado em seu lugar, um sujeito que não é assujeitado a razões inconscientes e pode, portanto, entender-se como o senhor de sua própria casa, numa posição que o eu sempre se esforçou em mimetizar, isto é, a tentativa de sustentar que o sujeito seja o produtor da linguagem, e não aquilo que está a ela submetido; a causa do inconsciente, e não o efeito de sua presença; a origem das pulsões e não sua meta desviada.

O deslize resistencial cometido por James Strachey não deve de forma alguma servir apenas para menosprezar um psicanalista que deteve em suas mãos a realização de um trabalho extenso e invejável, após dedicar-se a mudar de país para analisar-se com o próprio Freud, em um empenho dedicado por poucos. Deve, sobretudo, servir para nos alertar de que a resistência não poupa sequer os mais proeminentes estudiosos da psicanálise, da mesma maneira pela qual não se pode esperar que ela poupe ninguém. “As formas pelas quais a resistência à psicanálise encontrou expressão não necessitam ser consideradas agora. Basta dizer que a luta sobre essa inovação de modo algum está no fim”. (FREUD, 1925, 1976)

Se a viabilidade da condição de sujeito é o que efetivamente está sendo indagado com este trabalho, o significante acaba sendo o caminho

esperado para simbolizar o sujeito de alguma maneira, para buscar qualquer tipo de demonstração por meio da linguagem, e o estudo pormenorizado das influências produzidas e da abrangência do significante parece bastante apropriado. Para isso, este trabalho parte da decomposição de sua questão e título em seus três elementos constituintes: O sujeito, a representação e o significante. Estes três elementos devem servir como base para o desenvolvimento da pesquisa sobre o significante em quatro campos escolhidos que serviram Lacan como espaços para pensar o significante, sendo eles: o significante em uma mostração topológica; a identifica o; lógica matemática; e a lógica.

A associa o destas frentes de aproxima o do problema incluem em si também as três já comentadas manifesta es do significante no aforismo “o significante representa o sujeito para outro significante”: a representa o, título de uma das se es; o significante em seu suporte material, a letra, tratado como subse o de “O significante”; o significante como pura rela o, trabalhado com destaque na se o “O significante como rela o” a partir de uma visão conjuntista do significante.

Esmiuçar essa questão não significa ir atrás de um argumento epistemológico para a condi o do sujeito na psicanálise, mas põe em questão a necessidade de se valer da no o de sujeito para implementar os rumos da clínica psicanalítica, fazendo aparecer os caminhos da identifica o do sujeito em fun o de seu representante, que no caso do neurótico, acaba sendo sua identifica o com o sintoma, aquilo que impõe sua repeti o como o embaixador do Isso junto ao pretenso governo da consciência.

## 1.1 UMA NOTA SOBRE O MÉTODO

Desde suas primeiras formula es, o conhecimento psicanalítico não justificou sua existência por outra coisa ademais de sua possibilidade de lidar com a clínica de seus pacientes. Caso não o fizesse, não restaria motivo algum para sustentá-lo, visto que não pode se legitimar sobre bases de um saber científico, e   oriundo da inven o de um homem que não procurava outra coisa senão dar uma soluço ao sofrimento psíquico que não encontrava outra forma de tratamento. A maior parte das críticas feitas   psicanálise são discussões inúteis apenas se forem tomadas pelos analistas como um risco a seus fundamentos, mas que podem lembrá-los que a psicanálise sempre terá as chances



mais miseráveis de sustentar-se caso tenha pretensões de apresentar-se como um discurso científico coerente, ou filosófico, ou mesmo lógico. A possível legitimação de qualquer trabalho a ser chamado psicanalítico, está em apresentar-se como uma continuação coerente com a invenção de Freud que, portanto, também deve ser um conhecimento destinado a oferecer possibilidades de uso clínico.

Enquanto esse argumento nesta pesquisa justifica uma fundamentação teórica intensamente pautada pelos textos de Freud, também seus comentadores oferecem consideráveis recursos tanto para compreender como para expandir o alcance de sua proposta. Lacan ocupa notoriamente esta posição em função de sua dedicação em realizar, com os diferentes recursos que lhe eram disponíveis, uma continuidade da obra freudiana.

Deve-se notar que o significante para a psicanálise não corresponde à palavra cursiva apresentada pelo analisante, e sim àquilo que possa ser escutado como tal. Ademais de o significante ser resultante apenas dessa escuta que um analista faz dele, ele aparece no contexto artificial que é uma análise, viabilizada pelo estabelecimento de uma neurose de transferência possibilitada pela técnica analítica. Na enorme maioria das vezes, o significante só aparece em um lapso de fala, uma confusão não intencional, um detalhe considerado banal em uma frase, ou um segundo sentido de uma palavra, explorado pelo analista. Numa situação como esta, não seria espantoso notar que o próprio analisante que traz o significante a ser analisado, não o reconheça como demonstração de sua própria subjetividade, e por vezes, sequer como havendo sido produto de sua fala.

Em função destas especificidades, podemos saber que um excerto de fala do analisante pode ser válido como mostra de um significante, que por definição, represente o sujeito. Entretanto, esse significante só se mostra no discurso do inconsciente, sendo assim, a consciência o ignora. Uma vez que o indivíduo age pautado na crença do controle da consciência sobre o discurso, nega a posse do significante e o relega a um artifício do analista, da mesma maneira pela qual anteriormente, sempre relegara esse mesmo significante aos lugares alheios a si, reconhecendo-o como meros enganos, acidentes, falhas, ou absurdos cometidos por outras pessoas. É por essa condição que se faz inviável o uso de termos de consentimento, chamados livres e esclarecidos, que clamem que o indivíduo que os assina tenha tomado ciência da fala que oferece para uma pesquisa, uma vez que livre e esclarecido são adjetivos opostos aos dignos de um discurso sobre o qual a resistência se aplica. Trata-se de que não se pode tomar ciência do

significante, pois efetivamente ele não é próprio do indivíduo, mas sim do sujeito que deve advir de uma análise. (ELIA, 2005, p.11)

## 2 EXAME DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS AO TRABALHO

Por uma questão de boa organização do embasamento deste trabalho, buscou-se elaborar uma complexidade progressiva ao longo do texto, isto é, expor primeiramente as conceituações que venham a sustentar as ideias que as sucedem. Desta maneira, os primeiros capítulos estão dedicados a uma apresentação de como o autor compreende os termos centrais para este empreendimento, partindo de uma decomposição dos termos no título dessa dissertação, que traz em si três conceitos importantes na psicanálise: o Sujeito, a representação, e o Significante.

Já no intuito de sustentar essa proposta, desponta um primeiro aspecto das dificuldades a serem enfrentadas ao se aproximar psicanálise e pesquisa acadêmica. Trata-se de que a sequência de análise do simples para o complexo, nem sempre pode ser sustentada ao mesmo tempo em que se procura manter um rigor psicanalítico. E tal característica não é privilégio da psicanálise, pois muitas ciências humanas já se depararam com a dificuldade de seguir esse modelo aparentemente óbvio e sensato, esperado pelos padrões acadêmicos e científicos.

O método racional proposto por Descartes se baseia em princípios simples, mas que dão mostra do quão utópico acabaria sendo alcançar a pureza destas propostas:

1. Aceitar somente aquilo que seja tão claro em nossa mente que exclua qualquer dúvida;
2. Dividir os grandes problemas em problemas menores;
3. Argumentar partindo do simples para o complexo;
4. Verificar o resultado final. (TEIXEIRA FILHO, 2011)

Estes quatro pontos também são tradicionalmente descritos como “verificar, analisar, sintetizar e enumerar”, pois se deve verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada; analisar, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades mais simples e estudar essas coisas mais simples; sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro; e enumerar todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Essa abordagem tem sido utilizada ao longo dos tempos na Ciência, gozando de grande êxito na produção de novas informações, sobretudo no âmbito das ciências exatas e experimentais. O próprio discurso universitário cede à tentação de tomar esse método como seu modelo. Mas já nas ciências sociais e nos negócios, esse método tem demonstrado limitações críticas. A divisão dos problemas em subproblemas mais simples nem sempre é factível, e muitas vezes as relações entre os elementos, que são vitais, se perdem no processo.

Karl Popper (1979), já no século XX, propôs outra abordagem da ciência e do conhecimento. Para Popper, a teoria precede a observação, e as observações servem principalmente para mostrar que algumas teorias são falsas e para estimular o desenvolvimento de novas teorias. Por trás dessa mudança de abordagem está uma mudança na concepção de Verdade, que não figura em meio aos sucessos alcançados com a ciência. (TEIXEIRA FILHO, 2011)

Se mesmo dentro da ciência o uso de seu método merece reavaliações, na psicanálise a proposta de seguir sua estrutura está fora de cogitação desde o início. Não há maneira de apresentar os conceitos de significante, representação e sujeito sem incorrer em uma circularidade de definição, pois cada um precisa dos demais para ser descrito. A dificuldade de aproximar os discursos psicanalítico e universitário é muito trabalhada por Lacan, por exemplo, no trecho:

Nessa geração, as pessoas põem-se a estudar meus Escritos, começam a produzir diplomas ou teses sobre eles, em suma, submetem-nos à prova de uma transmissão universitária. Tenho ecos disso, e já também frutos, resultados, e foi assim que pude constatar, recentemente – não que tenha ficado surpreso em absoluto – a dificuldade enfrentada por esses jovens autores para extrair dos Escritos uma formulação que seja aceitável e classificável no que lhes é oferecido a título de escaninhos. O que mais lhes escapa nesses Escritos, com certeza, é também o que constitui o peso e a essência destes. (LACAN, 1968/69, 2008, p.46)

Ainda que ciente de tal dificuldade para uma epistemologia psicanalítica, obviamente uma determinada organização com presunções de boa coerência lógica ainda pode ser buscada, uma vez que da própria existência do presente trabalho, se pode deduzir que seu autor compartilha da pretensão em unir psicanálise e pesquisa acadêmica,

insistindo na tarefa erótica impossível de formar um só a partir de dois diferentes<sup>3</sup>.

## 2.1 O SUJEITO NA PSICANÁLISE

*“É a estrutura da subjetividade que  
dá aos homens a ideia de  
que são compreensíveis para si mesmos”  
(LACAN, 1953/54, 1986, p.11)*

Freud não organizou uma definição para a ideia de sujeito de forma a se valer dela como um conceito que fundamentasse sua teoria. Em contrapartida, sua longa, variada e minuciosa elaboração do conceito de inconsciente, parece demonstrar uma preocupação muito maior em alcançar uma legitimação do inconsciente entre os médicos da época, do que de levantar um novo ponto de discórdia com o saber científico sobre o qual sempre persistiu em manter suas esperanças. Por isso mostra um discurso que tende à conciliação em suas Conferências sobre a Psicanálise:

A psicanálise não precisa de uma *Weltanschauung*<sup>4</sup> [visão de mundo]; faz parte da ciência e pode aderir à *Weltanschauung* científica. Esta, porém, dificilmente merece um nome tão grandiloquente, pois não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser auto-suficiente e construir sistemas. O pensamento científico ainda é muito novo entre os seres humanos; ainda são muitos os grandes problemas que até agora não conseguiu solucionar. Uma *Weltanschauung* erigida sobre a ciência possui, excetuada a sua ênfase no mundo externo real, principalmente traços negativos, tais como a submissão à verdade e a rejeição às ilusões. Todo

---

<sup>3</sup> O mito grego de Eros conta que o amor leva dois humanos a se aproximarem no intento de voltarem a ser um só ser, tal como teriam sido antes de que Zeus os separasse em dois como castigo por suas pretensões desmedidas. (PLATÃO, 427-347a.C./2001) Os elementos do mito grego mostram estar ainda bastante vivos em expressões populares brasileiras como *Encontrar a outra metade da laranja*, ou *Toda panela tem sua tampa*.

<sup>4</sup> O termo “*Weltanschauung*” não necessitaria ser mantido em alemão, como foi feito na edição brasileira “Standard”, uma vez que possui uma tradução literal perfeita em português: “visão de mundo”.

semelhante nosso que está insatisfeito com essa situação, que exige mais do que isso para seu consolo momentâneo, haverá de procurá-lo onde o possa encontrar. Não o levaremos a mal, não podemos ajudá-lo, mas nem podemos, por causa disso, pensar de modo diferente. (FREUD, 1933,2000)

Pode-se verificar que a formulação científica tampouco se resume ao manuseio técnico que adquiriu nos séculos que seguiram seu estabelecimento, e de que na verdade “a ciência não opera com o sujeito que ela inaugurou. Foi a psicanálise quem criou condições de operar com o sujeito que a ciência estabeleceu” (ELIA, 2004, p. 15). De qualquer maneira, Freud deixou a discussão desse conceito de fora de suas pesquisas, e faz uso da palavra pouquíssimas vezes, usando-a quase sempre como um mero recurso de estilo literário onde não quisesse repetir palavras como o paciente, a garota, a mulher. O aparente descaso de Freud em envolver-se com a questão do sujeito mostra sua evitação em engajar-se em embates desnecessários, visto que já gerava polêmica suficiente com a ideia de que haveria um inconsciente. Levantar mais uma questão poderia fazer com que se entendesse que a psicanálise também subvertia a noção científica de sujeito, quando na verdade, a mantém tal como é, mas adiciona uma possibilidade de trabalhar com ele, pois “é impensável, por exemplo, que a psicanálise como prática, que o inconsciente, o de Freud, como descoberta, houvessem tido lugar antes do nascimento da ciência...” (LACAN, 1966,1998, p. 871). Desta maneira, faz uso do termo “sujeito” já com o entendimento de que este seria um conceito de fundamental importância a ser inserido na teoria psicanalítica, e suas implicações estariam segundo ele, referidas na própria obra de Freud.

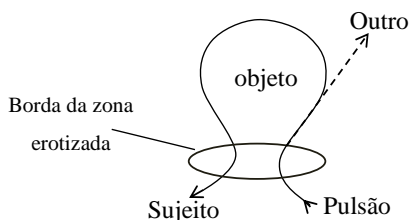
Um lugar apontado por ele como crucial para se encontrar o significante sujeito em Freud, se dá em seus estudos sobre o masoquismo (FREUD, 1915, 1973, p.148). Isso porque Freud elabora sua apreciação sobre o tema, utilizando o sistema de circuito pulsional que já havia concebido. O problema em questão é a indissociação da posição masoquista em relação à posição sádica, na qual aparentemente o masoquista desfrutaria de um gozo grato ao prazer sádico de agredir um outro que acaba por ser ele mesmo.

[...]a partir do momento em que o masoquista se faz alvo da pulsão, [...] o movimento pulsional necessita instituir algo ou alguém [...] que assuma

o ônus da função subjetiva. [...] enquanto o masoquista se faz objeto com a finalidade de capitalizar o fim do circuito pulsional (isto é, a satisfação), o sujeito da operação fica inscrito como outro. No campo do Outro. (CABAS, 2009, p.22,23)

Fazendo uso da teoria do circuito pulsional, formula-se que a pulsão busca um objeto através do qual procura a satisfação como meta. (FREUD, 1915, 2006, p.174). Muito similar ao que acontece com o sádico, que procura uma pessoa sobre quem impor controle e sofrimento, o que se passa com o masoquista é que “mais uma vez é buscada como objeto uma pessoa estranha que, em decorrência da mudança sobrevinda na meta, tem de tomar sobre si o papel pertencente ao sujeito”<sup>5</sup>. (FREUD, 1915, 2006, p.174). A torção do percurso da pulsão, que estaria implicada na constituição desse objeto pulsional, faz com que seu destino aponte novamente para a fonte, e a satisfação da apreensão do objeto seja absorvida pelo sujeito que se constitui no momento em que é reconhecida a fonte da pulsão como seu próprio alvo. Por isso, o produto de um percurso pulsional é o surgimento de um sujeito que coincide com a zona erotizada que possibilitou a origem da pulsão.

Figura 1 – Percurso da pulsão destinada originalmente ao Outro tendo seu percurso alterado pela “gravidade” do objeto, retornando para a fonte e fazendo surgir o Sujeito como substituto.



<sup>5</sup> Trad. livre do alemão: “Es wird neuerdings eine fremde Person als Objekt gesucht, welche infolge der eingetreten Zielverwandlung die Rolle des Subjekts übernehmen muss”.

Há aqui um ponto delicado, uma vez que expressar o sujeito como produto da ação do significante, choca com o trabalho de autores respeitáveis na pesquisa em psicanálise que supõem o sujeito como causa do significante, e que por conta disso, podem conceber a relação analítica como sendo uma relação entre dois sujeitos, e que cada um desses estaria em posição de produzir seu próprio discurso. Essa polarização dos pares dialéticos serve como fundamento para uma concepção de sujeito com valor no campo da filosofia política, (CABAS, 2009, p.11) desenvolvendo frutos muito diferentes daqueles necessários à clínica que considera que “... um sujeito não é causa, quando muito ele é causado.” (CABAS, 2009, p.10)

Essa mudança da direção do tratamento psicanalítico que a teoria das pulsões introduz em 1915, desloca o lugar do sujeito e direciona a psicanálise a um combate à resistência, e não mais a tornar consciente o inconsciente. No período inicial da psicanálise, ainda seria possível se admitir uma dialética entre paciente e analista aos moldes psicologizantes, com um sujeito que necessita estar anteriormente já disposto como um observador, para que o significante apareça como seu produto, algo do nível de um objeto que só passa a existir a partir da existência do sujeito. Nesses termos, o analista supriria com seu saber, o espaço do inconsciente de um paciente que anteriormente o ignorava. Esta diferença que a psicanálise traz na sua abordagem do sujeito, não esteve desde sempre exposta na literatura psicanalítica, e essa mudança de direcionamento ao longo de sua elaboração é reconhecida por Freud quando afirma que:

Vinte e cinco anos de intenso trabalho tiveram por resultado que os objetivos imediatos da psicanálise sejam hoje inteiramente diferentes do que eram no começo. No início, o médico que analisava não podia aspirar a outra coisa mais que adivinhar o inconsciente oculto do doente, reuni-lo, e no momento certo compartilhá-lo com ele... A psicanálise era, antes de tudo, uma arte da adivinhação. (FREUD, 1920, 2009)<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Tradução livre do alemão: “Zuerst konnte der analysierende Arzt nichts anderes anstreben, als das dem Kranken verborgene Unbewußte zu erraten, zusammenzusetzen und zur rechten Zeit mitzuteilen. Die Psychoanalyse war vor allem eine Deutungskunst“. A tradução para o português não contempla o termo “adivinhação”, fazendo uso de “descoberta” e “interpretação”. Esta



A necessidade de tal mudança é justificada por Lacan como o próprio rigor lógico necessário à noção filosófica de sujeito e objeto: “Um pouco de Aristóteles e das categorias lógicas, por favor [...] Um sujeito não supõe nada, ele é suposto. Suposto pelo significante que o representa”. (LACAN, 1967b p.14)

Efetivamente, enunciar que o sujeito não é o que produz o significante, mas sim o inverso, segue um caminho contrário daquilo que pode se dizer um consenso acadêmico e, portanto, demanda maiores esclarecimentos. Por mais que seja possível atestar que tal perspectiva sempre esteve em jogo na psicanálise, uma vez que é necessária para conceber sua ideia inaugural, o inconsciente, vemos que houve um momento no qual sua afirmação se fez necessária. Freud, em 1920, fala que a psicanálise de então assumia uma proposta diferente daquela sustentada em seus primeiros anos, e CABAS (2009) comentando sua obra, julga que tal diferença é formalizada pela primeira vez, com a ideia do percurso pulsional no masoquismo e sua implicação de fazer aparecer, finalmente, a palavra “sujeito”, em 1915.

Este sujeito fica, afinal, representado por aquilo que aparece com o retorno desse percurso malgrado da pulsão em direção ao outro, devido ao que Freud chamou de uma mudança na meta. Essas condições através das quais algo passaria a ser registrado de alguma maneira, foi longamente desenvolvido por Freud como a representação. Uma descrição da progressão deste conceito na psicanálise mostra como afinal, o sujeito só interessa a ela, pelo fato de que é representado. É necessário, portanto, sabermos do que se trata a representação.

## 2.2 A REPRESENTAÇÃO (*VORSTELLUNG*)<sup>7</sup>

O termo representação é um dos mais importantes no estudo da obra de Freud. No final do século XIX, era uma das questões mais marcantes da filosofia em língua alemã, de forma que merece ser

---

tradução livre coincide em seu sentido com a tradução também livre feita do espanhol por CABAS, 2009, p.44.

<sup>7</sup> O interesse do que é aqui apresentado, é apenas sobre aquilo que foi verificado nas versões em alemão como o que Freud descreveu como “*Vorstellung*”. As traduções para o português acabam sendo múltiplas, compreendendo termos como apresentação, representação, imagem ou ideia.

historicamente estudada como parte do contexto no qual a psicanálise surge.

## 2.2.1 De seu fundamento pré-psicanalítico

Segundo o dicionário filosófico de Abbagnano, a palavra “representação” origina-se de um vocábulo medieval que indica imagem ou ideia, ou ambos.<sup>8</sup> O frade franciscano inglês William Ockham, inclinado a acabar com o problema que julgava haver sido produzido por Platão, o da multiplicação desnecessária de entes e realidades, teria no século XIV, distinguido todos os três usos possíveis do termo no que concerne à filosofia. Destes três, é o segundo sentido o que expressa a etimologia anteriormente apontada: 1- Representação é aquilo por meio do qual se conhece algo. 2- Representar é conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa. (Assim, a imagem representa aquilo de que é imagem). 3- Representar é causar o conhecimento do mesmo modo que o objeto causa o conhecimento. (ABBAGNANO, 2000, p.854)

Ainda o dicionário de Abbagnano, explica que, caindo em desuso após o último período da filosofia escolástica, o interesse sobre o termo é reavivado com Descartes e sua noção de *ideia* como *quadro* ou *imagem* da *coisa*. Aludindo à noção de ideia presente na III Meditação de Descartes, foi em 1719 que Christian von Wolff, filósofo considerado o criador do alemão como língua de pesquisa acadêmica, introduziu o termo *Vorstellung* na filosofia de língua alemã, termo do qual Freud fará uso para teorizar sobre a psicanálise. Os contextos nos quais acontecem reincidências do termo desde então, evidenciam sua tendência a recorrer ao campo da palavra, o que é frisado pelo dicionarista:

---

<sup>8</sup> O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa traz uma etimologia que deixa uma possível especulação no mesmo sentido daquela apresentada por Abbagnano: “lat. *repraesentat(i)o,ónis* 'pagamento com dinheiro à vista'” (HOUAISS, 2001), sobretudo se a aproximamos das considerações de Saussure sobre o valor que uma moeda de um franco representa, que não tem correspondência intrínseca ao valor material da moeda, mas sim a seu valor comparativo com valores distintos ou similares como, por exemplo, quantos pães essa moeda compra e quantas são necessárias para se trocar por outra moeda de cinco francos. Com o uso do dinheiro, não está mais em questão o valor de uso do metal com que a moeda foi cunhada, mas sim de um valor que ela representa. (SAUSSURE, 1911/1993, p.131)

Mas neste sentido, os problemas inerentes à representação são os mesmos que inerem ao conhecimento em geral e à realidade que constitui o termo objetivo do conhecimento, ou, em outra direção, os concernentes à relação entre as palavras e os objetos significados.<sup>9</sup> (ABBAGNANO, 2000, p.854)

O termo em seu uso freudiano, obviamente carrega especificidades. Mais do que isso, ele também vai sendo elaborado através dos anos, na procura de fazer com que melhor corresponda às necessidades de descrever a experiência do inconsciente. Mas, ainda que Freud tenha feito consideráveis mudanças em seu uso, podemos encontrar uma primeira importante característica, mesmo que “embrionária”, do conceito de representação, já na obra pré-psicanalítica “As Afasias”. (FREUD, 1891/1973)

É importante mencionar que neste texto, Freud altera entre as palavras *Bild* (imagem, quadro) e *Vorstellung* (representação), para se referir à mesma coisa, à mesma maneira que poderia havê-lo feito Wolff quando traduzira como *Vorstellung* aquilo que estava em Descartes com o sentido de imagem e quadro.

Nesse texto, Freud critica Wernicke e Meynert em suas teorias neurológicas a respeito de uma aproximação do campo psíquico. A posição de Freud é a de que a representação é uma construção mental, e não um simulacro das sensações, uma cópia de uma realidade exterior (o que começa por afastá-lo da concepção cartesiana de representação como ocorre na função do plano cartesiano, ponto a ponto). Apontava que para as representações que existem numa ordem psíquica, haveria sim um correspondente orgânico, mas este seria um sistema nervoso que arranjaria as sensações que recebe do mundo externo de acordo com suas características próprias de funcionamento. Essa configuração daria à representação, uma forma determinada pelo funcionamento desse sistema. Não haveria um correlato orgânico gravado em determinada célula cortical, mas sim um correlato de um processo associativo do sistema nervoso. As representações formariam vários níveis de processos associativos sobrepostos, que seriam a marca dos diferentes estágios pelos quais o desenvolvimento daquele indivíduo teria passado. Representações mais antigas dariam suporte para as que as sucedem,

---

<sup>9</sup> Há logo após essa passagem no dicionário, uma nota de “vide Signo”, e “vide Significado”.

misturando sua significação. Desta maneira, várias cadeias diferentes de representação, estariam aludindo a um objeto comum. Buscando percorrer o sentido inverso da constituição dessas cadeias, seria possível encontrar a representação de objeto que deu significado a uma ideia representada como palavra, ou seja, encontrar qual foi o significado que lhe deu origem.

Esta exposição traz consigo características da representação que posteriormente serão mais bem desenvolvidas, como a presença de um certo precipitado de investimentos abandonados, ou os diferentes momentos necessários à constituição de um trauma, que também se formaliza como o efeito retroativo do significante de Lacan. No entanto, ainda deixa de fora aquilo que é o alicerce fundamental da psicanálise: o inconsciente. Neste texto ainda anterior à invenção da psicanálise, Freud tem uma noção de representação que não vai além de justificar a rememoração, concebendo que as associações causadas por uma determinada experiência deixariam modificações no sistema nervoso, e que essa experiência seria rememorada caso a mesma configuração de excitação nervosa viesse a se repetir. Dessa forma, modificações corticais seriam uma condição para a representação, mas não seriam o suficiente (CAROPRESO, 2003). Ao falar sobre os processos associativos correlatos das representações, Freud afirma:

Este processo não é incompatível com a localização. Começa em um ponto específico do córtex e a partir daí se difunde por todo o córtex e ao longo de certas vias. Quando este fato tem lugar, deixa atrás de si uma modificação, com a possibilidade de uma recordação na parte do córtex afetada. É muito duvidoso que esse fenômeno fisiológico esteja de algum modo associado com algo psíquico. Nossa consciência não contém nada que possa justificar, do ponto de vista psicológico, o termo “imagem latente de recordação”. No entanto, cada vez que o mesmo processo cortical volta a ser suscitado, o fenômeno psíquico anterior emerge novamente como recordação. (FREUD, 1891,1973, p.71, grifo nosso)

A síntese que Freud apresenta aqui de seu argumento, é que o sistema nervoso sofre uma marca quando estimulado. Ainda assim, não há nada que possa “ler” estas marcas de maneira a recuperar a

experiência anterior tal como numa recordação. Elas são apenas uma virtualidade para que o fenômeno da recordação aconteça, pois será preciso que uma excitação igual se produza para que haja uma experiência de recordação. Assim sendo, só pode ser aqui concebido um sistema consciente a respeito do qual se pode assumir sua presença ou ausência, ou seja, a oposição entre consciência e ausência dessa consciência, ainda deixando de lado a formulação futura do inconsciente. Essa redução do universo psíquico à consciência será reformulada quatro anos mais tarde, quando Freud escreve o “Projeto para uma psicologia científica”. A partir deste momento, a consciência passa a ser apenas um predicado que pode ser adicionado a uma representação, e a inconsciência passa a ser tida como o estado originário das representações.

Apesar do texto extenso do “Projeto” de Freud, a ideia de maior importância para o desenvolvimento da psicanálise presente nessa época, está descrita na carta que escreveu um ano depois a Fliess, em 1896, e que ficou conhecida como a carta 52. Ali ele menciona estar dando continuidade às ideias que publicara desde 1891 sobre as afasias, e hipotetiza que haja três registros separados de representação, definidas de acordo com os neurônios que serviram para a transmissão do estímulo relacionado.

Da mesma maneira que no sistema pensado em 1891, Freud continua a defender que não há evidências para que se associe memória com consciência. Para abarcar a experiência da memória, inclui em sua teoria três registros que estariam alheios à consciência e que neles sim haveria tal marca: o pré-consciente, o inconsciente e a indicação da percepção. Ainda que o registro da “indicação da percepção” não tenha sido mais citado em nenhuma publicação psicanalítica, figura em meio à primeira concepção freudiana do inconsciente, ainda bastante justificada na descrição neuronal. Porém esse é mais um exemplo de um conceito abandonado por Freud em prol de seu esforço em legitimar o inconsciente, pois é precisamente nele que Lacan muitos anos depois apontaria a descrição mais próxima que Freud faz do significante, como será abordado adiante nesse trabalho. As críticas de Freud sobre Wernicke e Meyert em 1891 argumentam que suas descobertas são falsas, e que nada que seja fisiológico justifica uma condição latente das ideias. Mas quando Freud formula a hipótese do inconsciente no “Projeto” de 1895, ela se encaixa num lugar substitutivo disso que Wernicke clamava haver descoberto. Teria já sido essa impossibilidade de ter a condição inconsciente atestada fisiologicamente o que fez com que Freud se afastasse da fisiologia para fundar a psicanálise? Segundo

Lacan, se Freud abandonou as premissas fisiológicas de seus mestres, que se baseavam nos desdobramentos das forças físicas de atração e repulsão, foi porque ousou dar importância às coisas que lhe aconteciam, às antinomias de sua infância, ao sofrimento que sua neurose lhe causava, se colocando no mesmo lugar dos pacientes que buscou tratar, imbricados em meio a todas suas contingências, a mulher, a morte, o pai. E precisou pôr a si mesmo em questão, da mesma forma que sempre é necessário se pôr em questão como analisante para que seja possível fazer progresso na análise das neuroses. (LACAN, 1953/54, 1986, p.10-11)

Nesta primeira apresentação da teoria do inconsciente, Freud descreve um trajeto progressivo de estímulos através dos diferentes registros até a formação da consciência. A sequência dos registros percorridos seria: percepções (neurônios que não conservam nenhum traço do que aconteceu); indicação da percepção; inconsciente; pré-consciente; e finalmente, consciência (que tampouco registra qualquer coisa, tal como a percepção). Nesse percurso, cada mudança de registro necessitaria de uma tradução da representação,<sup>10</sup> e uma impossibilitação dessa tradução seria o que se denomina recalçamento (FREUD, 1896, 1976, p. 254), aquilo que acaba sendo o grande articulador do sofrimento do neurótico.

Dessa maneira, no “Projeto...” de 1895, Freud julga a consciência como uma possível condição a ser adquirida por uma representação já existente, dependente de ter sua tradução para o nível de consciência vetada ou permitida pelas exigências da repressão. Nesse momento, Freud acumula uma multiplicidade de hipóteses a respeito do que definiria a separação entre uma representação consciente e uma inconsciente. Mas, conforme avalia Caropreso (2005), já se contempla a separação entre ideia e uma representação-palavra como aquilo que define a condição de inconsciente tal como formalizado em 1915, pois “a possibilidade de uma parte das representações permanecer sem acesso à consciência por não estar associada a palavras já é contemplada, mas, nesse texto, apenas a presença ou não de vínculo com as palavras diferenciaria a representação suscetível e a insuscetível de consciência”. Em 1900 no capítulo 7 de “Interpretação dos sonhos”, se

---

<sup>10</sup> Nesta carta, bem como ocorre nos textos anteriores a 1900, nos quais a linguagem usada ainda precisa muito se justificar nos conceitos já existentes na neurologia e psicologia, Freud usa com o mesmo sentido de “representação”, palavras como “registro mnêmico”, “memória”, “recordação”, aparentemente sem fazer nenhuma distinção entre elas.

concebe que a representação que é suscetível de consciência se difere da que não o é, por uma questão de qualidade de cada uma, por passarem por processos diferentes (o primário e o secundário). Além disso, a mera associação entre uma representação e uma palavra, não seria suficiente para torná-la consciente e para isso seria necessário possuir uma intensidade maior do que as forças de repressão que tentassem barrar sua entrada ao consciente.

É apenas em 1915, já tendo formulado a teoria das pulsões, que Freud irá apresentar sua concepção definitiva a respeito de como podemos diferenciar aquilo que é inconsciente e o que é consciente.

## **2.2.2 A representação como suporte para a teoria do inconsciente**

Em 1915, no texto “O inconsciente”, Freud faz uma referência a uma ideia que havia sido apresentada em 1895 no “Projeto para uma psicologia científica”, os dois diferentes estímulos sobre o aparelho psíquico. Os de origem exógena, para os quais uma atividade motora (fuga) pode dar conta de permitir ou evitar, e os estímulos endógenos, os quais não podem ser evitados, e que por isso acabam sendo uma força constantemente presente.

É assim que um organismo atribuiria a separação entre um mundo interno e um mundo externo. Tudo aquilo que é constante e não pode ser evitado por meio de uma atividade muscular que possibilite a fuga, todos “estímulos contra os quais tal ação não tem qualquer valia e cujo caráter de constante pressão persiste apesar dela” (FREUD, 1915a,1976, p.125) são considerados como estímulos internos. Segundo as palavras de Freud, “a substância perceptual do organismo vivo terá assim encontrado, na eficácia de sua atividade muscular, uma base para distinguir entre um ‘de fora’ e um ‘de dentro’, o que mais tarde levará à distinção entre mundo interno e realidade ou mundo externo”. (FREUD, 1915a,1976, p. 125)”.

Para lidar com os estímulos de origem externa, um princípio de “inércia neuronal”, que implica na tendência dos neurônios em se livrar de qualquer excitação após serem a ela submetidos, funciona satisfatoriamente. Já para os estímulos de origem interna, que possuem uma força constante e impossível de ser rechaçada, o sistema nervoso é

obrigado a abandonar a tendência de “inércia neuronal” e passar a tolerar um acúmulo destes estímulos. Desta maneira, o “princípio de inércia” dá lugar ao “princípio de constância”. O segundo tem sua importância ressaltada nos estudos que Freud retoma quinze anos depois, a começar pela sua menção como o princípio mais importante do aparelho psíquico em 1914, no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”:

[...] reconhece o aparelho psíquico como sendo um dispositivo destinado a dominar as excitações que de outra forma, seriam sentidas como aflitivas ou teriam efeitos patogênicos. Sua elaboração na mente auxilia de forma marcante um escoamento das excitações que são incapazes de descarga direta para fora, ou para as quais tal descarga é, no momento, indesejável. (FREUD, 1914, 1976, p. 92)

Esses estímulos internos constantes foram tomados por Freud como a prova oferecida a um organismo de que, ademais de estímulos externos, há também uma pressão de necessidades constantes de origem interna, que exigem uma satisfação como meta, necessidades que “pulsionam” (*Triebregung*),<sup>11</sup> que são pulsionais (*Trieb*). Esta é a definição fundamental da pulsão, esse conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, por ser o representante psíquico dos estímulos do organismo, que dessa maneira alcançam a mente, pela necessidade de que a mente também trabalhe para manter o organismo em funcionamento em nome da ligação que possuem. (Freud, 1915, 2006, p. 142). É por essa relativa proximidade que Strachey traduz o termo *Trieb* em alemão, como instinto, aquilo que os animais teriam consigo e que os moveria a um comportamento que atendesse suas exigências orgânicas. Essa proximidade parece haver facilitado o efeito resistencial causado pela psicanálise, tal como Freud sempre alertou, e neste exemplo em especial, transportando o conceito psicanalítico para uma esfera simbólica na qual seu efeito analítico se dissipe, tal como ocorreu com esta “cientificação” do conceito de pulsão.

A questão é que apesar de existir, a pulsão não se torna acessível à consciência enquanto não atende a uma condição: a de estar ligada a algo que a represente. A pulsão, como explica Freud, “enquanto tal, é incognoscível, ela só é conhecida através de seus representantes, ou seja,

---

<sup>11</sup> O termo é quase sempre, melhor traduzido por “moção pulsional”, termo já consagrado nas traduções de textos de Jacques Lacan para português.



os representantes da pulsão. Assim, a antítese entre consciente e inconsciente, não se aplica às pulsões” (FREUD, 1915b, 1976, p. 182).

No último capítulo do texto “O inconsciente”, Freud apresenta dados de sua clínica que o levam a fazer adaptações acerca de sua teoria das representações, bem como, abandonar as diversas hipóteses que havia deixado em suspenso desde a última vez em que tocara diretamente no assunto, ou seja, em 1900 em “Interpretação dos Sonhos”.

A constatação clínica parte de uma comparação das formas de investimento realizadas pelos pacientes neuróticos e pelos psicóticos. O neurótico, baseado numa frustração na obtenção do objeto, acaba renunciando a ele como objeto real e revertendo sua libido a um objeto que é fantasiado, para logo reprimir sua presença, num processo de introversão. Desta forma, ao mesmo tempo em que se afasta de um objeto real, mantém um enorme investimento num objeto inconsciente que segue dando provas de sua presença. Com isso, o investimento no objeto permanece inalterado. Já nos pacientes esquizofrênicos, Freud entendeu que os investimentos abandonados do objeto real não encontravam um objeto fantasiado como substituto, ocasionando que a libido relacionada, passava a ser investida no Eu. Por conta disso, a transferência desses pacientes era por vezes comprometida a ponto de inviabilizar uma análise.

Para discorrer sobre suas razões, ilustra o problema com o caso de uma mulher esquizofrênica que se queixava de que seus olhos estavam tortos (sem haver nenhum problema físico neles), acusando o marido com uma expressão comum em sua língua, de ser um hipócrita, um entortador de olhos. Freud comenta que uma histérica teria literalmente entortado os olhos, mas não saberia acusar sua razão. Outro caso é o de um paciente que se afasta de oportunidades em sua vida por causa das espinhas em seu rosto, uma encenação de seu complexo de castração, se culpando por sempre ceder ao prazer de espreme-las, comparando a ação diretamente com a ejaculação de um pênis, e se angustiando por deixar em sua pele um buraco que toma lugar de um genital feminino, com o qual se angustia por representar sua ameaça de castração. Contudo, seria inconcebível que um neurótico histérico, como tal encenação poderia sugerir, pudesse fazer esta correlação sendo que possui semelhanças tão pequenas, expressas apenas nas palavras que

relacionam buraco a vagina, e esguicho<sup>12</sup> da espinha espremida, com a ejaculação do pênis. Tanto porque não pode tornar-se seu substituto, como também porque acabaria por encontrar tal relação em absolutamente qualquer espaço oco.

Constata-se então que no discurso do psicótico, há uma supervalorização do que diz respeito às palavras em detrimento do que diz respeito às coisas, de maneira que, para o psicótico, não é importante a similaridade das coisas, mas sim a uniformidade das palavras que são empregadas. Pode-se dizer, portanto, que apesar de que o psicótico tenha um investimento objetual desprezível, tem esse investimento mantido nas palavras que representam os objetos.

Dessa maneira, aquilo que é referido como “representações conscientes” deve ser dividido em representação-coisa e representação-palavra, em que a primeira refere-se às derivações mais antigas da memória sobre a coisa, e a segunda como uma ligação posterior dada a partir da época da inclusão na habilidade da fala. Portanto, uma representação consciente não difere de uma representação inconsciente por sua localização ou qualidade, como desde os escritos de 1895, no “Projeto”, era hipotetizado, mas trata-se da mesma representação, que está presente como representação-coisa desde seu estado inconsciente, mas que pode alcançar a consciência se acabar ligando-se à representação-palavra. A repressão atua impossibilitando que uma representação-coisa seja hiper-investida a ponto de ligar-se a uma representação-palavra. Uma representação permanece inconsciente caso a repressão negue a tradução da representação-coisa em uma palavra que a represente.

Desde “A interpretação dos Sonhos” de 1900, os atos de investimento, ou seja, os pensamentos, já eram analisados como sendo a princípio inconscientes e desprovidos de qualidade, podendo apenas tornarem-se conscientes perante uma ligação com palavras. Freud levanta a questão de por que seria necessária essa ligação com a representação-palavra sendo que ela também é um derivado das percepções sensoriais. Deixa como possível resposta, a ideia de que as representações-coisa estão tão distantes da percepção que as originou, que talvez precisassem de um aumento qualquer de sua importância para virem à consciência, sendo que a representação-palavra seria uma qualidade que cumpriria tal requisito. Além disso, os investimentos

---

<sup>12</sup> A palavra original em alemão, “*abspritzen*” é correntemente usada para referir-se à ejaculação, de uma forma que “esguicho” em português talvez não chegue a retratar tão bem.

ligados a palavras podem ser abstratos e estar se referindo unicamente a relações entre representações de objeto, sem poderem dessa forma, extrair qualquer coisa dos remanescentes da percepção. Esse processo entretanto, não é exatamente o que torna uma representação consciente, mas sim o que faz com que ela alcance as condições necessárias para tal. Os processos que diferenciam o pré-consciente do consciente são de outra ordem. (FREUD, 1915d,1976)

### 2.2.3 A representação na teoria da pulsão

No trabalho de Laplanche e Pontalis (1967,1992), estão referidas seis variações para o termo representação, da mesma forma como também aponta Green: “representante da pulsão (Triebrepräsenz); representante psíquico (psychische Repräsentanz); representante-representação (Vorstellungsrepräsentanz); representação (Vorstellung); representação-meta (Zielvorstellung); e representação de coisa (Sachvorstellung ou Dingvorstellung) e representação de palavra (Wortvorstellung)”<sup>13</sup> (GREEN,1990, p. 39).

Green (1990) marca que Freud não se ocupa em definir a precisão destes termos, ocasionando uma especulação em torno de que o representante psíquico (psychische repräsentanz) seja a mesma coisa que o representante da representação (Vorstellungsrepräsentanz), ambos usados ao longo do texto sobre a repressão. Três destes termos apresentados são de maior valia no desenvolvimento do presente trabalho. O par que Freud usa para descrever a noção de inconsciente a partir da representação, ou seja, a representação-palavra e a representação-coisa; e o representante da representação. Quanto aos dois primeiros, não parece se justificar a crítica de Green, uma vez que Freud explica minuciosamente aquilo que são, por que os formulou, e para que serve tê-los como conceitos dentro da psicanálise. Já no que diz respeito ao representante da representação, Freud usou o termo apenas duas vezes, ambas no mesmo ano, e em frases afirmativas, que não têm o conceito como objeto. Dizem respeito aos seguintes excertos:

---

<sup>13</sup> O “Representante-representação” é referido nesse trabalho com a tradução “representante da representação”, e o “representante de palavra” como “representação-palavra”.

Uma pulsão nunca pode tornar-se objeto da consciência, só a representação que a representa. Mesmo no inconsciente, uma pulsão não pode ser representada de outra forma a não ser pela representação. [...] Não podemos referir-nos a outra coisa senão uma moção pulsional cujo representante da representação (*Vorstellungsrepräsentanz*) seja inconsciente, e nenhuma outra coisa vem ao caso.<sup>14</sup> (grifo nosso) (FREUD, 1915b, 1976)

Temos motivos suficientes para supor que existe uma repressão primeva, uma primeira fase de repressão, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (da representação) da pulsão. Com isso, uma fixação está dada; a partir de então, o representante em questão continua inalterado, e a pulsão permanece ligada a ele. (FREUD, 1915c, 2010, grifo nosso)<sup>15</sup>

Das duas passagens, se deduz:

- que o movimento da pulsão pode ser representado;
- que só sendo representada, é que a pulsão pode assumir uma função em relação ao consciente e ao inconsciente<sup>16</sup>;
- que seu representante é invariavelmente reprimido antes de qualquer outro ato de repressão;
- que esse representante mantém sua função perenemente;

---

<sup>14</sup> Trad. livre: „Ein Trieb kann nie Objekt des Bewußtseins werden, nur die Vorstellung, die ihn repräsentiert. Er kann aber auch im Unbewußten nicht anders als durch die Vorstellung repräsentiert sein. [...] Wir können nichts anderes meinen als eine Triebregung, deren Vorstellungsrepräsentanz unbewußt ist, denn etwas anderes kommt nicht in Betracht“.

<sup>15</sup> Trad. livre: “Wir haben also Grund, eine *Urverdrängung* anzunehmen, eine erste Phase der Verdrängung, die darin besteht, daß der psychischen (Vorstellungs-)Repräsentanz des Triebes die Übernahme ins Bewußte versagt wird. Mit dieser ist eine *Fixierung* gegeben; die betreffende Repräsentanz bleibt von da an unveränderlich bestehen und der Trieb an sie gebunden”.

<sup>16</sup> Freud se refere neste trecho à pulsão como “moção pulsional”, ressaltando a necessidade de apontar que a pulsão só tem a qualidade que a faz digna de conceitualização, se consideramos que ela é isso que pulsiona, que tem movimento.

- que para representar a pulsão, há um representante da representação, não bastando haver apenas representação ou apenas representante.

É precisamente como suporte para a teoria das pulsões que Freud introduz sorrateiramente a questão do Sujeito (*Subjekt*), como será mais bem discutido adiante neste trabalho, e é sendo coerente com essas ideias, que se tornou necessário precisar a forma com que a representação se articula com a pulsão, que acontece sob a forma do representante da representação. Vives comenta o assunto da seguinte forma:

O que Freud apresentará em 1915 em seu texto sobre o recalque como um postulado necessário implica, no princípio do sistema representativo, a valência de uma representação singular, originalmente recalcada, e à qual será fixada a pulsão. Freud chama essa representação de *Vorstellungrepräsentanz*. É ela que em conjunção com a cadeia significante por sua própria condição, permitirá o movimento da cadeia. Portanto, apenas este primeiro representante tem direito ao título de representante do sujeito, ao qual o sujeito jamais terá acesso<sup>17</sup>. (VIVES, 2005)

Utilizando o texto freudiano, Vives aponta com suas palavras o mesmo que Lacan já havia apontado, que “este representante da representação é estritamente equivalente à noção e ao termo de

---

<sup>17</sup> Trad. Livre: “*Ce que Freud présentera en 1915 à l'occasion de son texte sur le refoulement comme un nécessaire postulat implique au principe du système représentatif la valence d'une représentation singulière, originellement refoulée, et à laquelle serait fixée la pulsion. Cette représentation Freud l'appelle Vorstellungrepräsentanz que l'on peut traduire par représentant-représentation selon la proposition de JeanLaplanche. C'est elle qui en arrimant la chaîne signifiante par son défaut même, va permettre le déploiement de ladite chaîne. Pour autant seul ce premier représentant a droit au titre de représentant du sujet, auquel celui-ci pour autant n'aura jamais accès*”.

significante<sup>18</sup>” (LACAN, 1958/59). Faz-se momento propício, de apresentar o que Lacan entendia com o termo significante.

## 2.3 O SIGNIFICANTE

Não é necessário levantar questionamentos a respeito do mérito de Lacan por haver introduzido o significante na psicanálise. Entretanto, a noção já se encontrava bastante bem elaborada por Saussure, e as adaptações a ela necessárias para transportar o conceito linguístico para dar-lhe a iniciação como conceito psicanalítico na verdade foram menores do que poderia se supor.

### 2.3.1 A formulação do significante

Quando Lacan aborda as noções de significante, significado e signo, quase sempre está fazendo alusões diretas ao trabalho de Saussure, sem adaptações ou concessões sobre a obra original, mesmo quando não o cita. Ainda que no meio psicanalítico circule corriqueiramente um parecer de que Lacan teria remodelado as noções saussureanas, a compreensão linguística foi preservada em um autêntico caso de aplicabilidade de um saber da linguística em outro campo de conhecimento, dado que pode ser verificado quando recolhemos informações do “Curso de Linguística Geral”, a coletânea de seminários ministrados por Saussure entre 1907 e 1911, e transcrita neste livro publicado por seus alunos após sua morte. Nesta obra, encontra-se um vocabulário muito familiar aos psicanalistas que vieram a estudar Lacan algumas décadas mais tarde.

#### 2.3.1.1 O Signo Saussureano

---

<sup>18</sup> “(...) ce “représentant de la représentation”, et cela vous voyez bien entendu déjà, non pas où je veux en venir, mais où nous en viendrons nécessairement, c’est que ce *Vorstellungsrepräsentanz*, - encore que Freud en son temps est au point où les choses pouvaient se dire dans un discours scientifique - ce *Vorstellungsrepräsentanz* est strictement équivalent à la notion et au terme de *signifiant*.”

Quando Saussure toma a linguagem como seu objeto de estudo, a considera um fenômeno que compreende a língua (*langue*) e a fala (*parole*), onde a língua é “o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender”. (SAUSSURE, 1911, 1993) Isso significa que a língua existe como a parte da linguagem que está submetida ao fato social presente e à ação do tempo. Enquanto a língua é isso que está condicionada ao hábito e ao uso, cumprindo a função utilitária de comunicação, podemos com razão aludir a exemplos como a língua portuguesa ou a língua francesa. Podemos então, separar a língua da linguagem como sendo a estrutura formal que serve de veículo de comunicação no âmbito de uma determinada cultura, ao passo que a linguagem engloba toda a faculdade universal de comunicação através da associação de um conteúdo de pensamento a uma manifestação sonora. Percebe-se que a linguagem à qual Saussure se dedica é necessariamente humana e falada.

Saussure deixa bem marcada sua rejeição ao modelo de uma língua que funciona como nomeadora das coisas. O sentido claro de tal negação sobre uma perspectiva vigente em sua época é o da superação de uma fronteira bastante limitada enquanto aborda-se a língua exclusivamente como uma relação alusiva entre nome e coisa. Se a língua for tratada como tal, ela não é nada mais do que um agrupamento finito de marcas, e o estudo de qualquer processo da linguagem ficaria relegado a outra área de estudo que não a da linguística. Em outras palavras, para estudar o que acontece com a língua, não seria importante estudar a própria língua, mas seria necessário recorrer a uma instância superior a ela, na qual a língua não teria regência. Em suas próprias palavras:

Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras; ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade. (SAUSSURE, 1993, p.79)

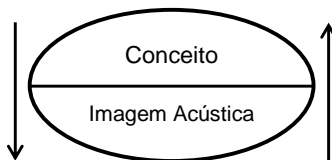
É exatamente por essa mudança de paradigma, que Saussure pode ser considerado o iniciador da linguística, pois introduz a proposta de que a língua deva ser estudada a partir dela própria, sem depender de um campo superior onde residiriam as regras de sua organização.

Para ele, a língua é um produto social tomado como “um sistema de valores que se opõem uns aos outros” numa relação de dependência mútua, isto é, num sistema em que os termos não se definem por si só, isoladamente, mas por um efeito de relação de dependência recíproca. Essa definição cairá nas mãos de Lacan como uma das questões mais frutíferas para sua teoria, por entender nela, uma continuidade bastante condizente com a proposta freudiana e a forma como tratava o discurso.

A fala (*parole*) é outro conceito componente da linguagem, sendo um ato individual, em oposição ao caráter social da língua, e com interferências de fatores extralinguísticos.

Saussure parte da análise de uma tendência vulgar de se compreender as palavras como sendo meras nominações para as coisas, para sugerir que essa tendência simplista esconderia uma verdade: que há uma articulação entre dois elementos para se produzir uma unidade linguística. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.79) Esta partícula atômica da linguística seria o signo linguístico, uma unidade composta por dois elementos psíquicos: o conceito e a imagem acústica (que é a impressão (*empreinte*) psíquica do som, e não o som material como a nomenclatura poderia levar a crer). Note-se que essa divisão também substitui aquela que considera o signo como uma relação entre palavra e coisa, supondo a coisa como algo que está fora do psiquismo. O esquema por ele apresentado é o seguinte:

Figura 2 – Signo representado como a oposição<sup>19</sup> entre Conceito e Imagem Acústica.



Fonte: SAUSSURE (1911, 1993, p.80)

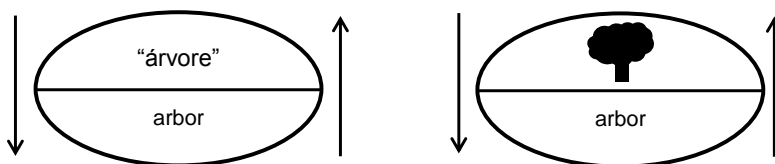
Expressa-se assim, que o signo é uma entidade psíquica de duas faces, unidos de tal forma que tanto quando se busca qual sentido tem a

<sup>19</sup> A palavra “oposição” é usada pelo próprio Saussure para descrever a relação dos dois elementos do signo. Ela não deve, entretanto, ser interpretada como algo que venha para desfazer a ideia de que estes elementos são mutuamente dependentes, e que não possuem existência própria se separados um do outro.



palavra latina *arbor*, quanto quando se busca a palavra com a qual em latim se designa o conceito de árvore, somente serão aceitas como soluções válidas, aquelas que já estão consagradas pela língua. Desta forma, referir-se a *arbor* como um signo, é correto apenas se não se perde de vista a concepção de que se trata de um efeito de sinédoque, isso é, que se está tomando a parte pelo todo, uma vez que *arbor* pode ser chamada de signo porque exprime o conceito “árvore” de tal maneira que a ideia da parte sensorial (a imagem acústica) implica a do total.

Figura 3 – Dois exemplos do signo representado pela palavra latina *arbor*.



Fonte: SAUSSURE (1911, 1993, p.81)

Para se acabar com essa ambiguidade, Saussure propõe que se mantenha a atribuição de signo para referir-se ao total, mas que se utilizem nomes que mostram seu papel opositivamente relacional, substituindo conceito por significado e imagem acústica por significante.

Figura 4 – Esquema do signo utilizando a nomenclatura mais apropriada, opondo Significado a Significante.



Fonte: SAUSSURE (1911, 1993, p.133)

Nesta representação esquemática do signo, além de representá-lo como essa forma oval única que tem de um lado, o significado, e do outro o significante, ressaltando o caráter de se tratar de uma unidade linguística, as flechas a seu redor servem para reafirmar exclusivamente que um lado é a contraparte do outro. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.133)

É importante notar que o esforço de Saussure é exatamente por destituir a importância do relacionamento com o referente, ou seja, que uma palavra não está se referindo a uma coisa com a qual ela está se relacionando, mas sim que ela própria traz dentro de si o conceito a ela pertinente, uma vez que já é a junção das duas partes: imagem acústica e conceito. Chamá-los de elementos chega a ser falacioso, uma vez que são indissociáveis como as duas faces de uma moeda, razão pela qual há um círculo envolvendo-os, e duas flechas laterais, significando que cada uma dessas partes remete necessariamente à outra. (HARARI, 2006, p.65)

O signo linguístico possui duas características primordiais – a arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante – que são especificadas a seguir.

#### *2.3.1.1.1 Da arbitrariedade do signo*

Da primeira característica deve-se entender que não há nada de natural na associação entre significante e significado. Pode-se verificar, por exemplo, que em línguas diferentes se faz uso de diferentes significantes (saussureanos) para representar a mesma coisa, tendo sido estabelecido na língua por hábito ou convenção. Todavia,

Utilizou-se a palavra símbolo para designar o signo linguístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante. Há inconvenientes em admiti-lo, justamente por causa do nosso primeiro princípio. O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.82)

É necessário frisar que a intenção de Saussure ao dizer que o signo é arbitrário, implica que ele é “arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 1911, 1993, p.82), o que mantém válidas as observações anteriores a respeito do símbolo. Nesse trecho, mais uma vez fica expresso o caráter de sinédoque que anteriormente se ressaltava entre imagem acústica e signo, agora atualizado para os termos significante e signo, que por sua vez Saussure diz ser um sinônimo daquilo que outros

autores chamam de símbolo. Eis um ponto que deve ser cuidadosamente registrado para uma posterior avaliação de como na psicanálise, é ao significante psicanalítico que se dá preponderância, com poucas articulações a respeito do signo.

Saussure também apresenta a resposta a duas possíveis objeções sobre o caráter arbitrário na composição do signo. Uma se basearia nas onomatopeias, que são a “formação de uma palavra a partir da reprodução aproximada, com os recursos de que a língua dispõe, de um som natural a ela associado”. (HOUAISS, 2000) Para estas, responde que mesmo as verdadeiras onomatopeias estão condicionadas às regras fonéticas da língua empregada e, portanto, não são uma reprodução de um som natural. Isso pode ser provado pelas variações que as onomatopeias assumem em diferentes línguas – por exemplo, o latido de um cachorro, que em português é referido como *au-au!*, e em inglês é referido como *“roof!”* ou *“bark!”* (MAZIERO, M.H.A. & SOUS, S.C., 2009, p.29), tendo ainda outras variações em diferentes idiomas. Uma segunda objeção se sustentaria no uso de exclamações – ou interjeições – que supostamente seriam um som espontâneo, independente da língua. Contudo, tanto podem essas exclamações ser objeto da mesma reparação dada às onomatopeias, a de que tais expressões estão condicionadas aos fonemas de determinada língua, e por isso são diferentes em cada idioma – por exemplo, *ai* em português sendo equivalente a *ouch* em inglês. (MAZIERO & SOUS, 2009, p.29), quanto se pode relevar que muitas delas são corruptelas de palavras comuns como *“diabo!”*; ou em francês, *mordieu = morte Dieu* etc. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.84)

### 2.3.1.1.2 Do caráter linear do significante

Saussure frisa esta característica do significante que embora considere evidente, é fundamental ser enunciada devido à importância de suas implicações.

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a-) representa uma extensão, e b-) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.84)

A simplicidade desse segundo princípio condensa muitas informações importantes para entender a perspectiva de Saussure. Primeiro a de que o significante que possui as características a que se refere, tem a propriedade de ser auditivo. Isso quer dizer que, embora reconheça os significantes visuais, como por exemplo as bandeiras de comunicação marítima, que não dependem do decorrer do tempo e podem por isso ser simultâneas e representadas em várias dimensões, os significantes acústicos têm a propriedade de formar uma cadeia. Mesmo quando representados graficamente, esses significantes são escritos numa linha sequencial. Deve ser notado que Saussure utiliza auditivo como sinônimo de acústico, o que remete a sua definição anterior ao termo significante, na qual o denominava “Imagem acústica”, ao mesmo tempo em que frisava que ao denominá-la acústica, não se referia a uma propriedade material do som, mas sim de sua impressão psíquica (vide seção “O Signo saussureano”).

Em segundo lugar, a característica de desenvolvimento unidimensional da cadeia significante, leva Lacan a esquematizá-la em termos topológicos sob a forma do grafo, que é a representação topológica de um conjunto cujos elementos são unidos por arcos, formando uma sequência linear com determinados vértices em pontos de intersecção.

A dimensão temporal é um elemento tão crucial na análise linguística, que Saussure faz uma separação didática das questões do signo em dois eixos: O eixo das simultaneidades, onde se leva em consideração as coisas que são coexistentes, e onde o tempo não tem relevância; e o eixo das sucessões, onde os elementos precisam ser considerados um de cada vez, em função de que estão ordenados temporalmente, e onde estão os elementos do outro eixo com suas respectivas transformações. O primeiro eixo produz o que chama de linguística sincrônica e o segundo produz a linguística diacrônica, sendo que os dois são interdependentes, uma vez que qualquer alteração no sistema sincrônico ainda que seja dependente do tempo e por isso realizada uma a uma, acabará produzindo repercussões também no sistema de símbolos como um todo. A interdependência também se mostraria no fato de os elementos utilizados temporalmente na língua estarem submetidos ao léxico de palavras que o indivíduo que delas faz uso não teria a chance de alterar. Mesmo assim, Saussure ressalta que é preciso considerar a língua como:

[...] um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade

sincrônica. Como as alterações jamais são feitas no bloco do sistema, e sim num ou noutro de seus elementos, só podem ser estudadas fora do sistema. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.102)

A analogia a uma partida de xadrez é posta como exemplo para lembrar que, ainda que cada movimento do jogo deva ser realizado numa dimensão temporal onde se move as peças uma a uma, este movimento implicará uma mudança em toda a configuração sistêmica da partida.

Ainda que tal separação possa ser feita, para o falante apenas existe a organização sincrônica, uma vez que não pode se esquivar de organizar sua fala ao longo do tempo. Saussure defende que isto deve ser usado como argumento para sustentar que a linguística deve se dedicar, sobretudo, ao estudo desse aspecto sincrônico, uma vez que não fazê-lo implicaria dedicar-se a estudar fenômenos que a modificam e não a própria língua. As propriedades gerais do signo dizem respeito à linguística sincrônica. Em outra forma de definir essa diferença, diz que “A linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A linguística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.” (SAUSSURE, 1911, 1993, p.115)

Estipulando os rumos dos estudos linguísticos, Saussure define que os objetos concretos da linguística são os signos (SAUSSURE, 1911, 1993, p.115). Estes podem ser apresentados, demonstrados, referidos. Ainda que isso não impeça que os signos ainda sejam decompostos em partes abstratas como o significante e o significado, que não podem mais ser considerados objetos concretos, a entidade que pode ser isolada numa cadeia de discurso é, para Saussure, o signo.

Tais asserções poderiam levar a entender que a linguística deveria se ocupar apenas do estudo dos signos, o que certamente é correto. Contudo, uma definição dada por Saussure à unidade linguística é a de “uma porção de sonoridade que, com exclusão do que precede e do que segue na cadeia falada, é significante de um certo conceito”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.120) Note-se que aqui se apresenta outra condição muito importante que diferencia o trabalho com o significante na linguística e na psicanálise, a ser trabalhada pormenorizadamente mais adiante: o objeto concreto de estudo linguístico é o signo, que pode ser sinônimo de significante, desde que este seja acoplado a um

conceito. Em outras palavras, o significante linguístico só o é, se for o significante de um conceito, se for o agente que significa um significado.

### 2.3.1.1.3 Três questões sobre a unidade linguística: Identidade, Realidade e Valor

Em linguística, não há propriamente unidades concretas imediatamente reconhecíveis. Ainda que a delimitação do signo exista como instrumento teórico, demonstrar essa unidade na língua é um problema de difícil solução. Numa tentativa de fazer coincidir o signo e a palavra, verifica-se que mais de uma palavra pode designar a mesma coisa, e que uma única palavra pode designar diferentes significados. Saussure avalia que a indefinição do objeto de estudo em determinada área de conhecimento pode mostrar que essa definição é irrelevante para ela. Ao mesmo tempo em que na Química, por exemplo, pode-se estudar o bicromato de potássio como uma unidade perfeitamente bem definida, na História não há sentido algum em delimitar se a unidade estudada é o indivíduo, a época ou a nação.

A posição de Saussure é a de que, em Linguística, por mais difícil que seja delimitar suas unidades, ao ponto de ser questionado se existem de fato, a oposição de entidades concretas se faz tão marcante, que não se pode dispensar de conhecê-las e a elas recorrer. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.124) Já que qualquer constatação na linguística dependerá da concepção que se tem da unidade linguística, Saussure levanta três noções pertinentes ao signo: a identidade, a realidade e o valor sincrônico.

A questão da identidade sincrônica<sup>20</sup> diz respeito a poder discernir, quando se enuncia duas frases distintas tais como “*je ne sais pas*” (eu não sei) e “*ne dites pas cela*” (não digas isso), se em cada uma delas existe um elemento comum que se repete. Trata-se de que não é possível fiar-se meramente na repetição da palavra *pas* para atestar que trata-se do mesmo signo. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.125/126) Por exemplo, o trem expresso Genebra-Paris das 20h45, que parte todas as noites, pode tornar dois trens materialmente diferentes, linguisticamente idênticos, pois “... o que faz o expresso são a hora de sua partida, seu

---

<sup>20</sup> Identidade sincrônica, em oposição à identidade diacrônica, que diria respeito à identidade existente, por exemplo, entre a palavra francesa *pas* e a latina *passum* que, apesar de também ser estudada por Saussure em outro capítulo da mesma obra, é de interesse exclusivo da Linguística diacrônica.

itinerário e em geral todas as circunstâncias que o distinguem dos outros expressos. Sempre que se realizam as mesmas condições, obtêm-se as mesmas entidades”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.126) Obviamente a cada noite um trem diferente parte de Genebra, com uma locomotiva diferente, possivelmente com uma quantidade diferente de vagões, e levando pessoas diferentes. Entretanto, estes diferentes trens estão unidos na identidade de serem o expresso Genebra-Paris das 20h45. Isso significa que a entidade constituída pelo “Expresso Genebra-Paris das 20h45”, não é puramente material. Porém, tampouco se pode dizer que se trata de uma questão abstrata, uma vez que se não houver algum trem qualquer que cumpra com as condições necessárias para ser o “Expresso Genebra-Paris das 20h45”, não será reconhecida sua presença, isto é, “um expresso não se concebe fora de sua realização material”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.126)

A questão sobre a realidade sincrônica refere-se a saber se as classificações das palavras em substantivos, adjetivos, etc., são princípios exclusivamente lógicos colocados sobre a língua, ou se há alguma realidade condicionada pela própria língua que sustenta tais classificações. Ao analisar a frase *Ces gants sont bon marché* (Essas luvas são baratas), Saussure constata que há um impasse para classificar as palavras *bon* e *marché* como substantivo ou adjetivo segundo as regras gramaticais da língua, concluindo que:

Para escapar às ilusões, devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação. Mas se procurarmos apreendê-las, tomaremos contato com o real; partindo daí, poder-se-ão elaborar todas as classificações de que tem necessidade a Linguística para ordenar os fatos de sua competência. Por outro lado, basear tais classificações sobre outra coisa que não sejam entidades concretas – dizer, por exemplo, que as partes do discurso são fatores da língua simplesmente porque correspondem a categorias lógicas – significa esquecer que não existem fatos linguísticos independentes de uma matéria fônica dividida em elementos significativos”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.127/128)

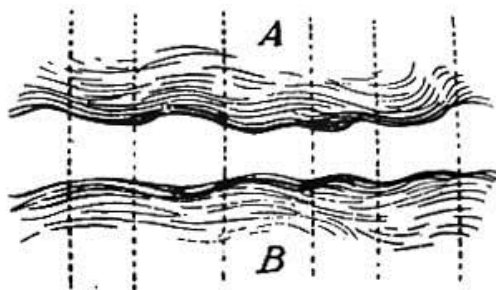
Neste trecho, encontram-se duas noções muito versadas por Lacan a respeito do significante e que serão levantadas novamente mais

adiante neste trabalho: uma é o fato de que não há metalinguagem (uma outra linguagem, tal como a lógica, que explicaria a linguagem); outra, a questão de que o significante não representa nada para o sujeito (segundo Lacan, porque o significante só representa algo para outro significante).

A terceira questão, a referente aos valores, traz uma nova comparação ao xadrez. Independentemente da configuração que uma partida tome, suponha-se que a peça cavalo foi derrubada no chão e quebrada. Absolutamente qualquer outra coisa pode substituir seu lugar, mesmo que não tenha a menor semelhança com a peça original. Isso porque a condição de ser o cavalo de um jogo de xadrez se define puramente por um valor atribuído a determinado objeto. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.128) Fica latente que a noção de identidade se mistura com a de valor. Saussure explica que isso se dá porque as três noções – unidade, realidade, valor – não são senão formas distintas de formular uma mesma questão que domina toda linguística estática.

A língua seria composta de um plano de ideias não delimitadas e de um plano não menos indeterminado de sons. “Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua, [tampouco a substância fônica] é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.130) Isso significa que nunca há alguma ideia isolada esperando por ser representada por um som que virá a definí-la. Assim, é com o seguinte esquema que Saussure define duas “nebulosas” referentes às ideias e aos sons, (A) e (B):

Figura 5 – Esquema da delimitação das unidades linguísticas entre as “nebulosas” de ideias e sons, (A) e (B), de Saussure.



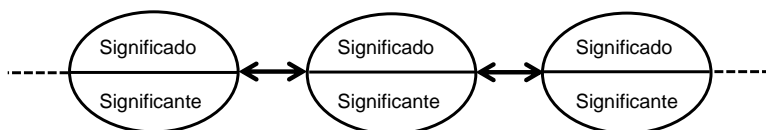
Fonte: SAUSSURE (1911, 1993, p.131).



A língua não tem a função de criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre as massas amorfas de pensamento e som, de forma tal que sua união delimita reciprocamente as unidades, de forma “misteriosa” segundo o termo utilizado por Saussure. A língua fica mais bem representada por uma folha de papel na qual estão de um lado, os pensamentos, do outro o som, de forma tal que não se pode cortar um sem ao mesmo tempo cortar o outro. A combinação dessas duas ordens “produz uma forma, não uma substância”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.131)

Esta forma que delimita as unidades da língua, não é facilmente demonstrável. Por conta disso, as palavras são usadas como seu parco exemplo pois, ainda que não se encaixem perfeitamente bem na definição de unidade linguística, são aproximações que possuem a vantagem de ser concretas. Seu esquema já foi apresentado anteriormente como a forma oval formada por Significado e Significante. Contudo, Saussure diz haver um paradoxo intrínseco a essa representação, uma vez que, ao mesmo tempo em que precisa isolar o signo como se ele pudesse ser concebido como um domínio fechado existente por si próprio, deixando Significado e Significante como contrapartes no Signo, o Signo também só pode ser estabelecido ao ser contraparte dos demais Signos de uma língua. No esquema que utiliza a seguir, as flechas de orientação horizontal cumpririam a mesma função que as flechas verticais no esquema anterior do Signo.

Figura 6 – Significado como contraparte do Significante e Signo como contraparte dos demais Signos.



Fonte: SAUSSURE (1911, 1993, p.133)

O paradoxo referido também pode ser exposto através da confusão que existe na avaliação do valor de uma palavra. Ao mesmo tempo em que seu valor depende da forma como uma palavra se relaciona com as demais, pode sempre ser especulado que o valor desta

mesma palavra corresponde ao significado<sup>21</sup> que ela possui, isso é, não se pode saber ao certo se o valor de uma palavra é oriundo da relação entre signos ou da relação entre significante e significado.

Para resolver este impasse, Saussure recorre a uma análise lógica, afirmando que, “mesmo fora da língua,<sup>22</sup> todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal”. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.134) Os valores seriam constituídos, minimamente, por uma relação com uma coisa dessemelhante e mais uma relação com uma coisa semelhante. Um exemplo dado na língua seria a equivalência entre a palavra portuguesa *carneiro* e a inglesa *sheep*, que apesar de possuírem o mesmo significado, não possuem o mesmo valor. Isso ocorre porque em inglês existe a palavra *mutton* para designar o carneiro que está sendo servido como carne numa refeição, ao passo que em português, ele continua sendo referido como *carneiro*. A diferença entre as palavras *sheep* e *carneiro* ocorre porque *mutton* tem outra palavra a seu lado que não tem paralelo na língua portuguesa. Da mesma maneira, em todas as línguas há palavras que se referem a ideias próximas umas das outras, e que por isso se limitam reciprocamente em seu valor. Se entre palavras vizinhas em sentido como “recear”, “temer” ou “atemorizar-se”, uma delas não existisse, seu significado estaria acumulado em alguma das palavras similares. A diferença de recursos léxicos entre as línguas serve como mais um argumento para refutar a ideia de que o valor das palavras corresponde à necessidade de nomear uma certa quantidade de significados, sobretudo mostrado na dificuldade que possui uma pessoa, em assimilar um conceito que não existe em sua língua, como um tempo

---

<sup>21</sup> Nesse ponto, e nas páginas próximas, Saussure sinonimiza “Significado” e “significação”, tal como na frase “Como acontece que o valor, assim definido, se confunde com a *significação*, vale dizer, com a contraparte da imagem auditiva?” Uma vez que não justifica uma diferenciação dos termos, optei por manter o uso da mesma palavra ao invés de diversificá-la. Lacan, por outro lado, diferencia os dois termos, dizendo em seu primeiro seminário, que “Ao falarmos do significado, pensamos na coisa, quando na realidade se trata da *significação*”. (LACAN, 1953/54, 1986, p.281)

<sup>22</sup> O uso das palavras “mesmo fora da língua” marca um aspecto muito delicado da concepção saussureana de língua. Ele sustenta que existe algo fora da língua, e que é possível recorrer a isso para explicar o que acontece com a língua. Essa passagem parece contrariar suas reiteradas insistências de que a língua não é um sistema de nomenclatura para as coisas que existem fora da língua. Ainda assim, tal apelo pode ser justificado em sua teoria pelo fato de que língua e fala são subdivisões da linguagem, concebendo que haja linguagem que se estrutura acima da língua.

verbal diferenciado. Pode-se então contemplar, valores que emanam não de um sistema de significados independente da língua, mas sim do próprio sistema linguístico em que se inserem. Por isso,

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 1911, 1993, p.136, grifo nosso)

### 2.3.1.2 Da linguística para a psicanálise

De acordo com o próprio Lacan (1972, aula de 1º de Junho de 1972) seu ensino é inaugurado quando, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (LACAN, 1953b, 1998), busca retomar um aspecto desprezado da obra freudiana, enunciando uma frase que permaneceria como o grande ícone de seu trabalho: Que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. “Este segmento da obra de Freud, passível de ser isolado em seus extensos desenvolvimentos sobre a linguagem, foi chamado por Lacan de simbólico”. (COUTINHO JORGE, M.A., 2000, p.65) Não sem que Freud já o houvesse indicado, pois:

Desde os Estudos sobre a histeria (1893-95), Freud faz referência ao processo, que já denominava então de **simbolização**, inerente às experiências de análise que começava a empreender, mas apenas com os desenvolvimentos feitos por Lacan pôde ser evidenciado o que esta simbolização designava efetivamente. (COUTINHO JORGE, 2000, p.69)

A partir daí, sua leitura da obra freudiana prezará por destacar que desde a elaboração da tese do determinismo psíquico em Freud – que defende que todo ato de fala, bem como toda vida psíquica, são determinados por uma ordem que é inconsciente – já se pressupõe que qualquer ato falho, ou mesmo a associação livre, estão submetidos a uma organização simbólica. Com isso, todo discurso passível de ser psicanalisado tem, no mínimo, um duplo sentido que amarra o sintoma

num desenvolvimento de linguagem. (LACAN, 1953b, 1998, p.270.) O estudo disto que Freud sustentou como o campo simbólico, levou Lacan a dedicar-se à linguística que Saussure desenvolvera com a teoria do significante. (COUTINHO JORGE, M.A., 2000, p.69)

Na defesa da promoção de um retorno àquilo que julgava estar sendo perdido na leitura de Freud, Lacan diz que era preciso, “[...] em primeiro lugar, promover, como necessária a qualquer articulação do fenômeno analítico, a noção de significante [...]” (LACAN, 1958b, 1998, p. 695). Isso porque julgava que Freud havia antecipado o trabalho que Saussure faz ao formalizar sua linguística em torno do que denomina de signo, dizendo que “[...] a descoberta freudiana ganha relevo justamente por ter tido que antecipar suas fórmulas [as de Saussure]” (LACAN, 1958b, 1998, p. 695). Ainda que não haja referências mútuas entre Freud e Saussure, sabe-se que Freud teve conhecimento de seu trabalho ao menos depois de que o Curso de Linguística Geral foi publicado, em 1916, três anos após sua morte. Ocorreu que o filho do linguista, Raymond de Saussure tornou-se psicanalista, escrevendo um livro intitulado “O método psicanalítico” que fora prefaciado e corrigido por Freud, e no qual o “Curso de Linguística Geral” de Saussure é citado numa nota a propósito do lapso, sendo assim, “uma prova irrefutável de que Freud conhecia a existência do curso”. (ARRIVÉ, M., 1999, p.24) Ainda que tal fato tenha acontecido em uma época na qual a maior parte da obra de Freud já havia sido escrita, deixando fora de questão a ideia de que Freud tivesse desenvolvido a psicanálise valendo-se dos conceitos de Saussure, nunca motivou-se a dedicar algum comentário escrito a respeito do linguista. Tal referência só seria feita por Lacan a partir do escrito “A coisa freudiana”, de 1955, (LACAN, 1955b, 1998, p.415) ainda que claramente demonstre uma leitura apurada de seus textos, fazendo uso dos termos significante e significado desde 1953, ano do seminário sobre os escritos técnicos de Freud.

Pode-se mesmo dizer que Freud descreve a mesma qualidade do significante baseando-se em uma evolução diferente de pensamento, sendo que mesmo sem contar com os recursos que a linguística oferece, demonstrou a qualidade relevante do significante a partir de uma continuidade sobre seus estudos em fisiologia. Em 1971, Lacan relata haver encontrado na obra freudiana, a descrição mais antiga do significante, de 1896, ainda anterior ao representante da representação, que já é uma elaboração feita sobre o conceito de pulsão:

Quando tiro partido da carta 52 a Fliess, é por ler nela o que Freud pôde enunciar, sob o termo que forjou – WZ, *Wahrnehmungszeichen* –, como sendo o mais próximo do significante, numa época em que Saussure ainda não o havia reproduzido (do signans estoico). (LACAN, 1971b, 2003, p.19)

*Wahrnehmungszeichen* significa indicação de percepção, sendo descrita por Freud como “o primeiro registro das percepções; é praticamente incapaz de assomar à consciência e se dispõe conforme as associações por simultaneidade” (FREUD, 1896, 1976, p.255). Nesta descrição dada por Freud, no caminho entre percepção e consciência haveria três registros. Isso porque tanto percepção quanto consciência excluem qualquer possibilidade de marca, registro ou memória. Esses registros são, sequencialmente, 1-Indicação de percepção (o significante); 2-Inconsciente; 3- Pré-consciente. O mais notável é que Freud assume que esses registros vão se estabelecendo progressivamente graças às marcas deixadas pela experiência, notoriamente pela primeira experiência de satisfação oferecida pela alimentação. Quando Lacan descreve a experiência que marca a transmissão do significante para a criança, faz uso também de uma experiência de satisfação, descrita pelo regozijo da criança em deparar-se com a integridade de sua imagem no espelho. Mas para falar sobre essa experiência, Lacan precisou referir-se à linguística de Saussure.

O passo que Saussure dá é o de propor uma mudança na linguística tradicional mediante o abandono do interesse na busca do relacionamento entre um termo e seu referente (HARARI, 2006, p.64). Em “Curso de linguística geral” (SAUSSURE, 1993, p. 79-84), introduz uma divisão didática do signo em dois elementos distintos.

Extraindo um conceito elaborado na linguística de F. de Saussure, Lacan introduz o significante na psicanálise como um resgate do valor da palavra como aquilo que um tratamento psicanalítico deve fazer aparecer. Para fazer valer o caráter inconsciente da ação do neurótico nessa teoria, ele precisa adaptar a relação entre significante e significado proposta na linguística. M. Arrivé faz uma avaliação dessa adaptação do signo linguístico que sintetiza em três pontos:

- 1- O significante lacaniano tem por epônimo [nome alcunhado] e por étimo [palavra que serve de base para a formação de outras] epistemológico o significante saussureano.

- 2- O significante lacaniano não se confunde com o significante saussureano.
- 3- Apesar das diferenças que os separam, os dois significantes são unidos por relações tais que sua denominação pelo mesmo significante — o significante significante — é legítima. (ARRIVÉ, M., 1999, p.73)

Ademais de que Arrivé ateste a origem do significante lacaniano na obra de Saussure como resultado de seu trabalho investigativo, Coutinho Jorge ressalta que Lacan teria se interessado por esse conceito em função de que, nele, a produção de sentido se dá de modo absolutamente independente do referente conceitual, uma vez que Saussure introduz o problema da produção de sentido no quadro de uma teoria de valor, desprendendo-se das teorias linguísticas vigentes que dependiam de um referente externo para o significado, e davam a ele o estatuto de coisa fora da linguagem. (COUTINHO JORGE, M.A., 2000, p.70) O curioso é que com este processo, Saussure escapa de uma correspondência psicológica e exclui o sujeito de sua teoria, ao passo que Lacan recorre a ao mesmo processo exatamente para inserir a questão do sujeito. Para isso, Lacan introduz a categoria de falta na cadeia significante e, a partir da concepção saussureana de língua como sistema de valores diferenciais, reelabora a noção de sujeito fora da conotação ontológica que implica na alternativa: sujeito pleno do humanismo filosófico ou morte do sujeito. (COUTINHO JORGE, M.A., 2000, p.70) Ademais, em Saussure a língua é um instrumento de comunicação, visto que o pensamento é tratado meramente como uma massa amorfa, ou uma nebulosa confusa<sup>23</sup> se não for organizado pelas unidades linguísticas, ao passo que para a psicanálise, a comunicação ocupa um papel plenamente secundário, considerando-se que seria a evocação que estaria numa posição primordial. O grande diferencial de tais perspectivas é o de que a comunicação pressupõe uma intersubjetividade que é inviável na proposta lacaniana, sendo que a evocação deixa supor uma intra-subjetividade. A diferença entre as definições lacanianas para código e mensagem esclarece a separação entre inter- e intra-subjetivo. (COUTINHO JORGE, M.A., 2000, p.71)

No significante lacaniano, o fluxo de pensamentos e o fluxo de sons terão sua relação com o significado e o significante, questionada. (DÖR, J.1989, p.38-39) O significante lacaniano precede e determina o

---

<sup>23</sup> Ambos termos utilizados por Saussure e já descritos na seção “O signo saussureano”

significado. Por isso, a fórmula do signo passa a ser escrita conforme a expressão seguinte, colocando o significante em letra maiúscula, e necessariamente na parte superior, contraposto ao significado em letra minúscula na parte inferior.

Figura 7 – O signo segundo Lacan

$$\frac{S}{s}$$

Muitos autores, da mesma maneira como faz Dör (1989, p.38), também ressaltam que Lacan inverteu a fórmula do signo, colocando o significado por baixo ao invés do que Saussure faria, deixando-o em cima. Contudo, Saussure repete insistentemente que entre os dois elementos do signo, não há preponderância de um sobre o outro, e o único elemento que poderia levar a se supor que o significado estivesse acima do significante, são os diagramas que estão sempre dispostos desta forma em “Curso de Linguística Geral”. Deve-se lembrar, porém, que se trata de uma obra organizada postumamente, não sendo esta uma rigidez do autor, que por sua vez, deixa a entender com seu texto, que para ele não há posição preponderante entre significante e significado.

Ainda que em Saussure não exista propriamente uma barra separando os dois termos do signo, e sim um círculo com dois setores distintos, e por isso, desenhados com um risco que os separa, Lacan frisa estar colocando uma barra de espessura maior, para explicitar que é uma barra difícil de ser transposta, uma vez que representa a força da repressão que separa as duas partes.

O falante desliza de significante em significante, sem conseguir entender o que fala, alienado que está do sentido daquilo que diz. Por isso mesmo, torna a barra que separa o significante de significado mais grossa, mais resistente ao significado. O falante só consegue ‘atravessar’ a barra, ou seja, atingir o sentido do que fala em raros momentos. [...] não há ‘relação’ entre significante e significado, como há em Saussure. O significado é atingido por meio da ação imprevisível das formações do inconsciente (sonho, chiste, sintoma e atos falhos) (LONGO, 2006, p. 45-46).

Não há mais um círculo ao redor porque não se espera ressaltar uma indissociabilidade. E já que não há interdependência dos termos, tampouco faz sentido o uso das flechas que indicam na linguística que poderíamos ler a fórmula em qualquer sentido, passando a ser importante ressaltar que é o significante que tem hierarquia superior, e que o lugar onde está inscrito não pode ser ocupado pelo significado, ou seja, que o significado é suposto ao significante.

Um registro curioso está na apresentação que Lacan faz do signo em 1957 em “Instância da letra no inconsciente”. Nela, Lacan não se refere ao signo como uma concepção adaptada em relação ao trabalho de Saussure, mas ao apresentar a sua nova forma do algoritmo do signo, confere os créditos ao linguista. Escreve o seguinte. “Para marcar o surgimento da disciplina linguística, diremos que ela se sustenta, como acontece com toda ciência no sentido moderno, no momento constitutivo de um algoritmo que a funda”. Em seguida apresenta o algoritmo do Significante sobre o significado, tal como mostrado na figura anterior, e prossegue:

“[isso] se lê: significante sobre significado, correspondendo o “sobre” à barra que separa as duas etapas. O signo assim redigido merece ser atribuído a Ferdinand de Saussure, embora não se reduza estritamente a essa forma em nenhum dos numerosos esquemas na impressão [...] que um grupo de seus discípulos reuniu sob o título de Curso de Linguística Geral. [...]Eis por que é legítimo lhe rendermos homenagem pela formalização  $\frac{S}{S}$ ”. (LACAN, 1957b, 1998, p.500)

Definitivamente, o discurso de Lacan não trata seu algoritmo como uma invenção própria nem tampouco como uma adaptação ou reelaboração do pensamento de Saussure. Eis que, tal como muitos conceitos que Lacan formaliza a partir de sua leitura de Freud, expressa não haver criado nada novo, e que bastaria saber ler para encontrar no autor original, a presença daquela ideia, ainda que não houvesse sido formalizada da mesma maneira.

Se há pouco foi levantada uma comparação feita por Lacan entre a estrutura do significante e as “indicações de percepção” de Freud, mostra-se no algoritmo do signo, um deslocamento da elaboração



freudiana, pois não se trata mais do investimento da marca mnêmica implicado na formação de uma percepção, mas sim de uma presentificação da questão da linguagem. A questão freudiana da vivência não tinha o caráter articulável que é explorado com a linguagem (HARARI, 2006, p.66), o que reforça as razões de Lacan de fazer uso da noção de significante como algo que compreende uma maior extensão de articulação do que o correlato do significante formulado por Freud, as indicações de percepção.

Desse jogo de articulação entre significante e significado, podemos desprender por dedução, uma terceira categoria: a do significável, pela qual Lacan diz que “[...] o significante tem uma função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, o significado” (LACAN, 1958b, 1998, p.695). Para definir melhor o sentido da frase, vale lembrar que paixão é suportar a marca (HARARI, 2006, p.67). Assim, está assumido que o significante ativamente imprime os efeitos de sua presença sobre esse universo “significável”, fazendo com que surja algo que é significado. O significante significa o significado, o que pela própria análise sintática das palavras, corresponde a: “o agente que significa (o significante) age sobre aquilo (o significável) que sofreu a significação (o significado)”.

Dessa forma, o significante faz aparecer significado onde não havia, justificando que não há apenas uma oposição entre significante e significado, mas que há uma primazia do significante que toma o universo do significável para nele poder imprimir seus efeitos.

Da mesma maneira que se usa a expressão “Paixão de Cristo” para referir-se a como Cristo é o alvo da paixão de seus seguidores, podemos falar da paixão do significado, uma vez que é ele que recebe a paixão gerada pelo significante.

O significante da psicanálise também não é múltiplo naquilo que representa, ao menos no sentido de que a única coisa que sempre representa é o sujeito. Se um significante representa alguma coisa diferente do sujeito, não se trata do significante da psicanálise, mas sim daquele presente no signo de Saussure (REMOR, C., 2008), que é o elemento necessário para a articulação das múltiplas representações do objeto, delimitando as unidades de sentido. A busca por uma articulação do significante na multiplicidade daquilo que representa, ou seja, lê-lo como se fora um signo, é também uma evitação da diferença binária que marca todo sujeito, e que a psicanálise insiste em combater por ser não outra coisa senão aquilo sobre o que a resistência esforça-se por criar

uma ignorância: a marca do sexo que submete o sujeito necessariamente entre duas condições, homem ou mulher.

É essa relação binária que faz com que seja necessário explorar o significante não como uma materialidade isolada, mas como puramente uma função de relação, tal como marcado por Lacan no trecho:

[...] talvez ao colocar o sujeito como isso que um significante representa para outro significante, poderemos tornar a noção de sujeito suposto mais manejável [...] O sujeito é o significado da pura relação significante. (LACAN, 1967b)<sup>24</sup>

### **2.3.2 O significante em seu suporte material: a existência do significante**

Quando nos referimos ao significante de maneira mais simplificada, podemos correr o risco de transmitir um entendimento errôneo sobre ele. Sempre que se expressa apenas que o significante significa algo, ou que ele representa algo, não está sendo dada sua definição correta, pois ela só se expressa numa fórmula que minimamente diga que “um representante representa um sujeito para outro significante”. Na ciência linguística proposta por Saussure a versão mais curta pode ser verdadeira, pois para sua teoria, parece ser suficiente dizer que o significante é aquilo que representa um conceito, sem que haja espaço para considerações sobre uma inserção do sujeito nessa operação. Entretanto, usar esta mesma concepção quando se referindo ao significante psicanalítico pode ser tolerado apenas estando-se ciente de que, em psicanálise, essa fórmula é apenas uma abreviação, da mesma forma que abreviamos definições de diversos objetos. Por exemplo, alguém poderia definir que um alarme é um aparelho que emite um som estridente quando acionado. Mas sabe-se por uma obviedade que essa definição é incompleta, uma vez que essa descrição define simplesmente uma sirene. Para que a sirene possa ser chamada de alarme, ela deve cumprir a função de alarmar alguém. Por isso uma descrição mínima do que é um alarme poderia ser a de um aparelho que emite um som estridente para alguém (que com ele se alarma). Esta

---

<sup>24</sup> Trad. livre de: “*Mais peut-être à poser le sujet comme ce qu’un signifiant représente pour un autre signifiant, pourrons nous rendre la notion du sujet supposé plus maniable [...] Le sujet est le signifié de la pure relation signifiante*”.

ideia completa não está de forma alguma contida na definição mais curta, e é preciso que o ouvinte interprete ou subentenda que alguém deve conseguir ouvir esta sirene, e é necessário que essa extensão da definição seja relevada pelo projetista de um alarme, pois enquanto o som emitido por seu aparelho não for forte o suficiente para cumprir a função de alarmar alguém, não terá a utilidade a que se propõe.

Da mesma forma que o alarme que não alerta a ninguém não cumpre sua utilidade, um significante que simplesmente representasse o sujeito e não o reportasse a alguma outra coisa também seria inútil para o trabalho analítico. É por apostar que o significante representa o sujeito para outro significante, que o analista pode buscar escutá-lo e saber que sua presença produz efeitos em todo o restante da cadeia significativa, efeitos que aludem especificamente ao sujeito que nela está representado. É importante dizer que está representado *nela* – na cadeia significativa – e não *por ela*, uma vez que esta representação só ocorre de um significante para o outro, e nunca para o analista ou para qualquer indivíduo. É necessário saber que esta é a única maneira pela qual um significante representa um sujeito.

Um erro na compreensão deste detalhe poderia levar a crer que, se o significante não representa um sujeito para o analista, então o significante não dá conta de representar o sujeito. Caso isso fosse verdadeiro, caso se pudesse afirmar que o significante não representa o sujeito de maneira alguma, também se estaria afirmando que o esforço do analista de se valer da linguagem como instrumento para tocar a subjetividade seria em vão, pois nem as palavras do analisante trariam algo sobre sua subjetividade, nem a escuta do analista geraria alguma nova articulação sobre a mesma.

A tripartição da definição do significante psicanalítico – na qual o significante prestar-se a três papéis, servir como suporte material, como representante, e reportar-se a outro significante – que implica que ele não subsista se dele excluirmos seu caráter relacional, não é prerrogativa exclusiva da psicanálise, é elemento necessário também a toda ciência, bem como a todo conhecimento que esteja fora de um campo que é privilégio da filosofia, o de especular uma existência em si ou de fato. Pois em todos os demais, existência não pode se definir por um pensamento puro, e implica que para tudo que exista, deve haver uma relação com um exterior do qual se possa explorar um caráter utilitário. É por esse motivo que o significante tem a peculiaridade de provavelmente ser, dentre todos os conceitos psicanalíticos, o único ao qual se pode atribuir devidamente o adjetivo “existente”. Como dito por

Lacan, o significante é a única certeza que há em psicanálise. (LACAN, 1968/69, 2008, p.300)

A existência diz respeito ao modo de ser determinado ou determinável, sendo empregada em linguagens comum ou científicas sem divergirem senão no critério de precisão a ser empregado. Com sentidos análogos, pode-se falar de existência lógica, existência conceitual, existência fantástica, existência na realidade ou existência no intelecto, bem como outras. Existência é definida por uma relação de verificação. Na matemática, o que se releva é a precisão, e na escola formalista de Hilbert, se considera existente tudo aquilo sobre o que não se verifica contradições. Já na escola intuicionista, existente é aquilo em que se verifica a possibilidade de construção. Na física, a existência é definida pela propriedade de observação. Em direito, um fato existe se pode ser provado e qualificado segundo as formas previstas na Constituição do Estado. Por fim, todo conhecimento define de alguma maneira, mesmo que implícita, o significado de existência em seu âmbito. Carnap definiu também os problemas internos e externos de existência. Por exemplo, se existe um determinado número primo, isso é um problema interno da aritmética, mas se existe ou não o sistema dos números, é um problema externo, por isso insolúvel dentro da matemática e apenas um pseudoproblema. (ABBAGNANO, N., 2000, p.400, verbete: existência)

Decidir quais são os significados que determinam a concessão de existência em cada disciplina é uma questão de compromisso ontológico, que equivale à aceitação de seu discurso teórico, e cujo significado não tem valor para nenhum âmbito senão aquele que esse discurso legitima.

Mas uma formulação a respeito da ontologia da psicanálise, desde seu princípio produziria um problema. Se a psicanálise precisa trabalhar com o significante trazido pelo neurótico, depende de conservar o significante como tal. Se em outros campos-de-saber pode-se partir em busca de um significado que delimite os critérios de existência de seu estudo, em psicanálise o significado não pode exercer esta função definidora, tal como expressa Lacan:

Fracassaremos [...] enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma

significação qualquer. (LACAN, 1957b, 1998, p.501)

Os estudos de Jacques Lacan sobre a avaliação da condição de existência em psicanálise levam-no a uma apreciação do trabalho lógico de Wittgenstein. Em sua obra *Tractatus lógico-Philosophicus*, (1921, 1993) marca a importância de se separar as verdades necessárias, que são ao mesmo tempo, as verdades lógicas, sem contradições, livres de tautologias. Todavia, a leitura dessa obra leva Lacan a afirmar que “nada se pode dizer que não seja tautológico” (LACAN, 1969/70, p.56), e que “Não há qualquer outra coisa dizível, mas tudo o que se pode dizer não passa de não-senso”. (*Idem, ibidem*)

Com a psicanálise, o campo que nos interessa nessa dimensão do impossível de ser dito é o campo do que se enuncia no inconsciente. Enquanto a tautologia visa sustentar na origem um verdadeiro do qual não se poderia mais declinar (LACAN, 1969/70), o que temos no início é a mentira (LACAN, 1959/60), pois a verdade está perdida e é inaugurada pela mentira dentro da lógica da retroação (CORRÊA, 2010). É preciso deixar bem delimitado que isso não se trata de uma contradição, pois na lógica do inconsciente, trata-se não de contradizer e sim de atestar a divisão subjetiva do sujeito (VIDAL, 1988), de maneira que, no inconsciente, ideias opostas não se excluem por contradição.

Para Wittgenstein, tudo o que é impossível de ser dito, está excluído da condição de existência, uma vez que estão fora do campo das verdades necessárias e apriorísticas. Por outro lado, para a psicanálise, o que persiste como tautologia ou contrassenso fazem parte de um real que não está dado, que é fundado em ato no *a posteriori* pelo simbólico. Desta maneira, em psicanálise a relevância de uma existência é referida pelo termo análogo *ex-sistência*, que frisa que a necessidade da psicanálise não é do *a priori* e sim do *a posteriori*. (RABINOVICH, 2000)

A estrutura que corresponde a essas exigências é o significante, portador da já discutida propriedade de produzir seus efeitos por retroatividade – a posteriori – sendo como lembrado por Lacan, efetivamente a única certeza que se pode ter em psicanálise, o elemento que conduz à possibilidade de uma *ex-sistência*.

Em elaborações posteriores, a letra é o conceito que passa a ser trabalhado de forma cada vez mais definida como aquilo que remete ao que há de materialidade no significante, sendo aquilo que possibilita a escrita enquanto esta é uma tentativa de suplência da não relação sexual,

buscando dar conta daquilo que não se inscreve por ser da ordem do impossível, do real.

No texto de 1971, “Lituraterra”, Lacan figura a letra como aquilo que comporta a dimensão do lixo, fazendo uso de um trocadilho de James Joyce entre *letter* (letra ou carta) e *litter* (lixo; lixeira; jogar lixo). A palavra lixo ganha relevância enquanto remete a uma sobra, um resto. A letra vem a ser isso que sobra nas bordas de um processo de contorno do que é impossível de ser simbolizado, criando o efeito de borda entre o que é apreensível pela simbolização e o que escapa a ela, ficando como um furo no saber.

A borda do furo no saber, não é isso que ela [a letra] desenha? E como é que a psicanálise, se justamente o que a letra diz por sua boca ‘ao pé da letra’ não lhe conveyed desconhecer, como poderia a psicanálise negar que ele existe, esse furo, posto que, para preenchê-lo, ela [a letra] recorre a invocar nele o gozo?” (LACAN, 1971, 2003, p.18).

No seminário 17 de Lacan, a concepção de discurso é apresentada como a de um discurso sem palavras, uma vez que o que opera nele são as letras, que são nominadamente um mero suporte material do significante, pois “Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem. [...] A linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1957b, 1998, p.498) Nisso se separa a escrita da letra – que opera no campo da língua – da inscrição do significante – que opera no campo da linguagem, na significação.

Essa diferença da operação do significante teria sido condizente com o trabalho de Freud, ainda que em sua época, não dispusesse ainda da noção de suporte material da palavra, isolado como tal. “Nos nossos dias, teria tomado como elemento da sua metáfora a sucessão de fonemas que compõem uma parte do discurso do sujeito.” (LACAN, 1953/54, 1986, p.33) Os processos de composição do material onírico dizem respeito a uma escrita e, portanto, à escrita da letra, flagrantemente notados quando “o jogo e também o sonho esbarram na falta de material taxêmico para representar as articulações lógicas da causalidade, da contradição, da hipótese etc., que eles dão provas de ser,

um e outro, uma questão de escrita, e não de pantomima.<sup>25</sup> (LACAN, 1957b, 1998, p.512-515)

A condição *ex-sistente* da letra, já implica por si só, sua implicação no registro do real, e “Se o significante se situa do lado do simbólico, inaugurando a cadeia significante por intermédio do falo como significante-mestre, a letra, por sua vez, se encontra do lado do real”. (LACAN, 1971)

A letra em Lacan é metaforizada como uma “terra do litoral”, “uma rasura de todo traço que esteja antes”, reforçando a que se referia sua vinculação ao lixo, feita em *Lituraterre*. Enquanto a letra possibilita escrever por via de um real, tem a característica de fundar a negatividade. “De onde quer que venha para onde quer que vá, a letra é pura ruptura” (LACAN, 1973/74, sem.21) Defrontado com a impossibilidade do real, o sujeito é impelido a uma elaboração simbólica deste real. É dessa maneira que, mesmo que a letra esteja desempenhando esse papel de borda para o simbólico, ela já pode ser considerada como o efeito de um discurso, pois não se mantém como puro traço material. É apenas quando a letra se instaura em um segundo tempo, o tempo de sua realização simbólica, e não mais exclusivamente em seu caráter real, que ela passa a ser associada ao significante, passando a desempenhar a função de suporte material do significante.

As letras são o próprio material *ex-sistente* necessário ao trabalho inconsciente, e seu destino é necessariamente encadear-se em todo o processo, sendo a princípio pura escrição, para posteriormente se ligar-se ao significante como seu suporte material e tornar-se inscrição, depois transformar-se em escrita, tendo por destino “ser tomada ao pé-da-letra.” (ANDRÈS, M In: KAUFMANN, P. p.285) “As letras fazem os agrupamentos, as letras *são* e não designam, esses agrupamentos, elas são tomadas como funcionando como esses agrupamentos.” (LACAN, 1972/73, 1985, p.65) Essa transformação que necessariamente acontece na condição da letra, acontece em função de que o sujeito sempre será levado a tentar simbolizar qualquer real impensável com o qual entra em contato, através de um processo imaginário de antecipação que remete a sua origem no campo do Outro.

---

<sup>25</sup> Pantomima: mentira ardisosa; embuste, logro





### 3 DESENVOLVIMENTOS

#### 3.1 A ARTICULAÇÃO DO SIGNIFICANTE PSICANALÍTICO ATRAVÉS DA TOPOLOGIA

*“O que pode ser mostrado não pode ser dito”  
Wittgenstein, 1921 p.181*

Se até este ponto pouco se diferenciou entre a concepção de significante na linguística de Saussure e na psicanálise com Lacan, um afastamento entre as duas pode começar a ser marcado a partir de uma avaliação das diferentes intenções do trabalho de cada um. Para a psicanálise proferida por Lacan, era necessário fazer aparecer o sujeito, de maneira que “aquilo que caracteriza a definição lacaniana do significante em relação à definição saussureana do signo é a inclusão do sujeito no primeiro e sua exclusão no segundo”. (COUTINHO JORGE, 2000, p.70) Excluído no segundo precisamente porque esse seria o esforço esperado enquanto se pretendia delimitar uma ciência linguística ainda por se formar, com um objeto bem definido para um sujeito-observador, tal como se espera de qualquer ciência, de forma que “instaurando no cerne de sua teoria linguística a dicotomia conceitual língua/fala, [Saussure] evacua, com a exclusão do sujeito falante, o subjetivismo psicológico para fora do campo da linguística científica”. (RADZINSKI, 1985, p.120)

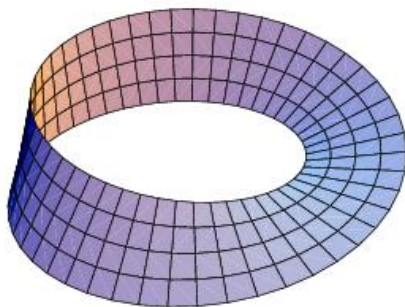
Ademais de argumentos sobre a importância analítica de se colocar o sujeito em questão, já apresentada na seção “O sujeito na psicanálise”, podemos também contar com a topologia, um estudo ao qual Lacan se dedicou com afinco por muitos anos, para marcar as profundas implicações que o conceito de significante deve abarcar, se buscamos concebê-lo em uma relação de representação com o sujeito. Na topologia psicanalítica, o sujeito dividido e seu dizer – um dizer significativo –, podem ser figurados pela banda de Möbius. (NASIO, 2011, p.12) Nasio também verifica as questões importantes levantadas a respeito da condição do sujeito sendo expressas pela conformação da banda de Möbius, e se pergunta:

Como é possível que sejamos sujeitos no momento em que somos apenas um dizer e que

sejamos, simultaneamente, o suporte ausente das futuras repetições? Ou então, como é possível que sejamos outro, que mudemos pelo mero fato de dizer? Introduzido há muito tempo na teoria lacaniana, o ser topológico que figura bem essa antinomia do sujeito é a banda de Moebius. (NASIO, 2011, p.15)

É em Maio de 1962 que Lacan cita pela primeira vez<sup>26</sup> em seus seminários, sua incursão na topologia, ao descrever a banda de Möbius (LACAN, 1961/62, 2003, p.327), que pode ser a seguir visualizada mergulhada no espaço euclidiano<sup>27</sup>.

Figura 8 – Banda de Möbius



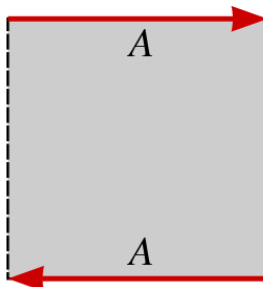
A banda de Möbius é uma superfície de apenas um lado e um componente de borda. Tal fato pode ser verificado dedicando-se atenção à figura anterior, de tal forma que possa se chegar à conclusão de que partindo de qualquer ponto da superfície, e seguindo uma trajetória contínua em qualquer direção, se chegará novamente ao ponto de partida

<sup>26</sup> Tanto esta nota quanto todas as outras que contenham uma afirmação como “tal termo foi usado pela primeira vez em...” ou “tal termo é utilizado x vezes ao longo de sua obra”, foram resultados de pesquisas utilizando as versões eletrônicas das obras completas de Lacan em Espanhol e Francês, e de Freud em Português e Alemão pela Imago.

<sup>27</sup> “Mergulhar uma superfície no espaço euclidiano”, poderia ser descrito em termos práticos, como “representá-la num espaço tridimensional”. A “banda de Möbius sudanesa” seria um exemplo de uma apresentação da banda de Möbius que não poderia ser mergulhada no espaço euclidiano, uma vez que possui uma auto-intersecção e careceria, por isso, de uma quarta dimensão para ser corretamente representada.

sem que seja necessário transpor a borda da banda. Se esta trajetória iniciar em um ponto qualquer da borda e acompanhá-la continuamente, será possível verificar que sem sair da borda, se chegará ao ponto onde aparentemente havia uma segunda borda, oposta à primeira, concluindo que na verdade elas são uma só. Possui a propriedade matemática de ser não orientável. Isso significa que em qualquer ponto desta superfície, é impossível determinar um sentido de orientação. Imagine-se, por exemplo, que em um ponto determinado, se tente provar que ao redor dele, possa ser traçado um círculo no sentido horário. Deslocando esse ponto continuamente ao longo da banda, logo se chegará a seu avesso, onde a tentativa de continuar traçando o mesmo círculo de sentido horário terá uma orientação oposta em relação ao primeiro ponto, constatando-se uma orientação anti-horária, e a impossibilidade de orientação nesta superfície. Ela pode ser exposta como uma superfície regrada, isto é, uma superfície  $S$  na qual para todo ponto, existe uma linha reta que se mantém na superfície de  $S$ . A banda de Möbius foi descoberta independentemente pelos matemáticos alemães August Ferdinand Möbius e Johann Benedict Listing em 1858. (PICKOVER, 2006) Um modelo manuseável pode ser facilmente criado a partir de uma tira de papel estreita e comprida sobre a qual se dê, em uma de suas pontas, uma meia torção a ser unida com a outra ponta da tira, de maneira a formar um *loop*, conforme o esquema de construção do polígono dado na figura a seguir. No espaço euclidiano, há dois tipos de banda de *Möbius* que variam de acordo com a direção com a qual se executou a meia torção, podendo ser uma banda horária ou anti-horária. Isso significa que ela é um objeto quiral. Um sistema de equações algébricas diferenciais que descreve modelos deste tipo foi publicado pela primeira vez em 2007, juntamente com sua solução numérica por Starostin e van der Heijden. (STAROSTIN & van der HEIJIDEN, 2007)

Figura 9 – Polígono formador da Banda de Möbius, indicando as duas semi-retas A, que devem ser unidas após uma meia torção que oriente as duas flechas na mesma direção. As semi-retas tracejadas permanecem sem serem unidas, e formarão a borda da banda.



### 3.1.1 A banda de Möbius demonstrando o efeito de sujeito

A apresentação das características físicas da banda de Möbius, deve fornecer um suporte para a compreensão de como esta superfície topológica pode expressar a relação entre significante e sujeito. Primeiramente é necessário refinar o que ela introduz a respeito da condição de subjetividade, pois a relação existente entre a banda de Möbius como uma expressão do sujeito, não é direta e precisa ser expressa com ressalvas:

Não diremos que o conceito de sujeito é ilustrado pela banda de Moebius, mas, insisto, mostraremos a banda e, cortando-a ao meio, diremos: isto é o sujeito. O artifício não designa o ser do sujeito, ele o é.[...] No tocante a isso, e numa formula geral, diríamos que o ser do psíquico, o estatuto ontológico do psiquismo, e precisamente a topologeria<sup>28</sup> analítica. (NASIO, J.D., 2011 p.21, grifo nosso)

<sup>28</sup> “Topologeria” é um termo cunhado pelo próprio J.D. Nasio para referir-se à topologia empregada na psicanálise, que não poderia ser idêntica à topologia clássica. Tal diferenciação do termo teria sido inspirada pelo neologismo lacaniano “linguisteria”, que teria evitado mal-entendidos ao estabelecer uma separação da terminologia própria da linguística.

Nasio ressalta um caráter muito importante da questão do sujeito: o de que o sujeito não está representado pela banda de Möbius. Esta ideia pode ser estendida para a dimensão de que tal impossibilidade não é uma limitação específica da banda de Möbius, mas sim da própria representação do sujeito, que não possui uma forma possível de ser representado, que não há nenhuma metáfora que o represente. Entretanto, o processo ativo de cortar a banda ao meio faz aparecer o sujeito não como objeto existente, mas pelo que é, pois o artifício de cortar a banda não o designa, mas é o próprio sujeito.

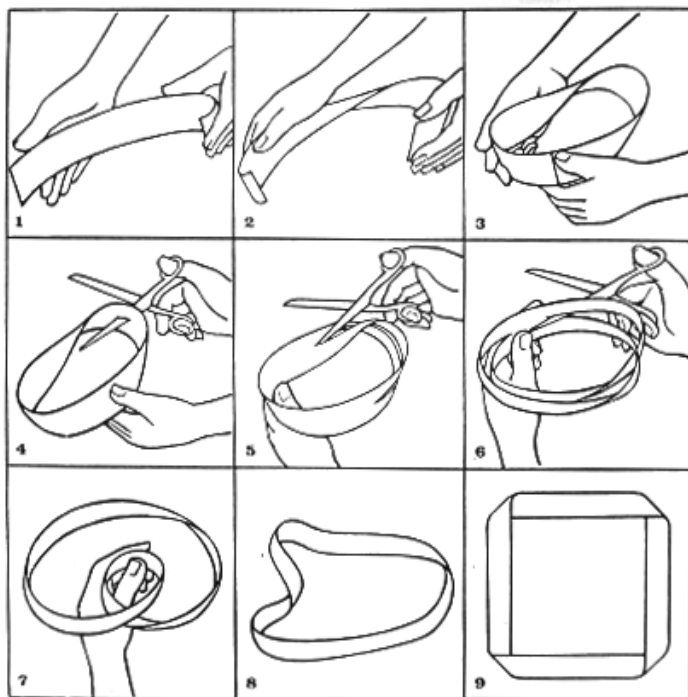
Portanto, não basta representar o sujeito no espaço, faz-se necessário também o ato de cortar, de traçar uma curva fechada. O ato de dizer é da mesma ordem, pois o significante determina, fende o sujeito em dois: ele o representa e, representando-o, o faz desaparecer. E cortando a banda que se poderá dizer: aqui está o sujeito. (NASIO, 2011, p.16)

Um resultado interessante é que, ao se executar este corte proposto, a banda não se divide em duas, mas se transforma em uma banda de quatro semi-torções<sup>29</sup>, homeomorfa a um cilindro, que não possui mais as características topológicas da banda de Möbius, e passa a ser uma superfície orientável de duas bordas e dois lados definidos. É a isto que Nasio se refere ao dizer que o dizer é da mesma ordem do corte: que o corte faz desaparecer a superfície de paradoxal de um só lado não-orientável. O processo envolvido está descrito na ilustração seguinte:

---

<sup>29</sup> Esta banda originada do corte da banda de Möbius ao meio tem a importante propriedade de poder recobrir a superfície de um toro. Desenvolver este raciocínio seria, entretanto, uma digressão desnecessária aos objetivos deste trabalho.

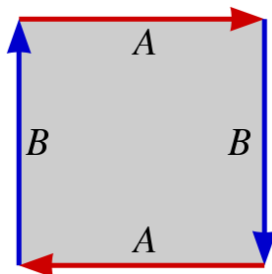
Figura 10 – Corte da banda de Möbius. 1, 2 e 3: construção da banda de Möbius; 4, 5 e 6: corte mediano; 7, 8 e 9: banda resultante homeomorfa a um cilindro.



Fonte: GRANON-LAFONT, J. (1990, p.24)

Outro caminho de raciocínio demonstra mais uma faceta da condição do sujeito valendo-se ainda da banda de Möbius. Trata-se de sua extração a partir de uma outra superfície topológica, o *cross-cap*. Apresentado nos seminários de Lacan pela primeira vez na aula de 28 de Março de 1962, o *cross-cap*, ou “plano projetivo”, é constituído a partir do polígono a seguir:

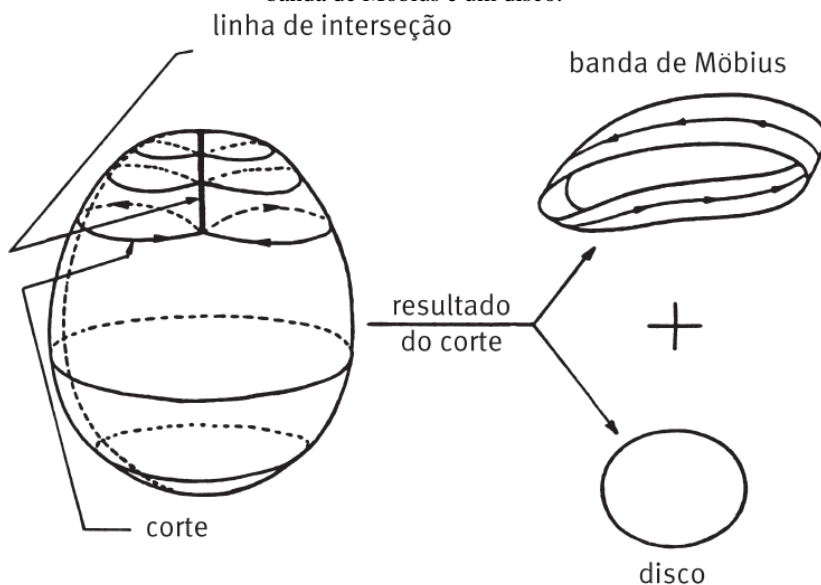
Figura 11 – Polígono formador do cross-cap, indicando as duas semirretas A, que devem ser unidas após uma meia torção que oriente as duas flechas na mesma direção, e as duas semirretas indicadas pela letra B que devem ser unidas da mesma forma.



É suficiente dizer que o cross-cap é uma superfície não orientável, sem bordas, e que sua imagem imersa num plano tridimensional poderia ser decomposta em uma banda de Möbius – deformada até produzir uma auto-intersecção – somada a um disco. Mais esclarecimentos seriam uma digressão muito longa antes de chegar à demonstração que dela prescinde.

“Em termos práticos, o *cross-cap* pensa materialmente três conceitos psicanalíticos: a indistinção dentro/fora, o corte entre o sujeito dividido do inconsciente e o objeto *a* e, por fim, as propriedades particulares desse objeto”. (NASIO, J.D., 2011, p.63). A característica que nos é relevante por hora e que dá continuidade à articulação da banda de Möbius se restringe à relação do sujeito com o objeto. Ocorre que se recortarmos um cross-cap em qualquer ponto, de forma a separar dele uma tampa em forma de disco, acabaremos separando “uma banda unilátera de Möbius, que representa o sujeito, e um disco bilátero (de dois lados), que representa o objeto *a*. Encontramos aí os três elementos da articulação da fantasia propostos por Lacan: o sujeito (\$), o corte ( $\diamond$ ) e o objeto *a*”. (NASIO, J.D., 2011 p.19) O cross-cap e o corte separando a banda são mostrados na próxima figura.

Figura 12 – Corte no cross-cap resultando em duas superfícies separadas: uma banda de Möbius e um disco.



Fazendo este corte no cross-cap, se evidencia que uma porção orientável – o disco – e outra porção não orientável – a banda de Möbius – isto é, o objeto *a* e o sujeito do inconsciente, puderam coexistir numa superfície contínua. O corte também “materializa espacialmente o fato de que a repetição produz um sujeito e deixa cair um resíduo.” (NASIO, 2011, p.75), e que “o sujeito do inconsciente só se apoia sobre seu objeto – o objeto *a* – que se tornou um ponto excêntrico e evanescente”. (NASIO, 2011, p.83)

### 3.1.2 O paradoxo dos lados da banda de Möbius

Até aqui, houve apenas argumentos para sustentar as razões pelas quais a banda de Möbius pode ser tomada como uma referência ao sujeito. Mas desde a primeira exposição que Lacan faz desta superfície em seus seminários, o que frisa é que as descrições matemáticas a seu respeito são desimportantes, e reserva toda sua atenção para ressaltar a ambiguidade que a noção de lado adquire na banda de Möbius. (LACAN, 1961/62, 2003, p.327) Nela, o direito e o avesso só poderiam ser separados de acordo com acontecimentos temporais. Para verificar a



ideia de que a possibilidade de discernir entre os lados está reservada exclusivamente à dimensão do tempo, poderia se construir uma banda de Möbius de papel e furá-la com um lápis em qualquer lugar. Se for tomado em consideração exclusivamente este ponto onde o lápis atravessa a folha de papel, não se levanta dúvidas sobre a existência das duas faces da folha. Contudo, caso se busque encontrar a extremidade desta folha, percorrendo-a com um risco de lápis desde um ponto qualquer, se constatará que este risco contínuo logo estará marcando o lado avesso de seu ponto inicial, demonstrando que na verdade, a face por onde o lápis entrara perfurando acaba sendo a mesma face por onde sua ponta irrompe. (GRANON-LAFONT, 1990, p.30)

Como foi exposto anteriormente neste trabalho, Saussure fazia uso de uma analogia com uma folha de papel para explicar a indissociabilidade entre significante e significado, apontando que cada um destes elementos, estaria representado por cada um dos dois lados de uma folha de papel, de maneira que rasgar um, seria automaticamente o mesmo que estar rasgando o outro.

Se pensarmos em suas considerações a respeito do caráter sincrônico da língua, podemos imaginar que, em sua proposta, o encadeamento dos significantes poderia ser representado em uma longa tira de papel na qual se escreveria, sequencialmente, uma sucessão de significantes que teriam delimitado, no avesso do papel no qual são escritos, uma cadeia de significados correspondentes a eles. A bem da verdade, esta forma de ilustrar a concepção saussuriana de língua já é praticamente dada por Saussure se considerarmos suas analogias com a folha de papel para exemplificar a oposição entre significante e significado, em conjunto com sua descrição da escrita, que sempre precisa ser um conjunto de símbolos ordenados por sucessão em uma linha, desenvolvendo-se ao longo de uma única dimensão, uma vez que a escrita é sempre um registro gráfico da língua, que é falada, e que por conta disso é forçada a se articular no plano unidimensional do tempo, com um fonema sucedendo o outro. Se for justa a compreensão de que essa cadeia na qual se desenrolam os significantes não tem fim nem tampouco início, uma vez que os significantes apenas delimitam os significados de um fluxo de ideias amorfo, tal como descrito em seu esquema das duas nebulosas de ideias e de sons, podemos corretamente representar a sucessão ao infinito fechando essa linha na e dando a ela uma forma circular. Desta forma, a representação topológica para a articulação significativa em Saussure pode ser a de uma banda simples homeomorfa a um cilindro. Possuindo dois lados e duas bordas, essa banda representa a sucessão infinita de significantes de um lado, com

seus significados correspondentes se desenvolvendo pelo outro de forma que eles nunca se misturem.

Quando Lacan se apropria do signo linguístico de Saussure, lhe é necessário abandonar a concepção de que os dois seriam indissociáveis como os dois lados de uma folha de papel. É necessário fazê-lo para inserir na teoria dos significantes o sujeito que Saussure faz questão de manter do lado de fora da teoria que busca cientificizar. Quando Lacan se depara com a banda de Möbius, encontra nela, algo que se ajusta aos moldes exigidos para o significante psicanalítico, uma vez que ela implica a introdução da questão da subjetividade por todos os argumentos trazidos no capítulo anterior, passando a pensar a cadeia significante não mais como uma banda cilíndrica, mas como uma banda moebiana.

“A banda de Möbius, com efeito, subverteu esta oposição significante-significado [...] localmente, a cada instante do percurso sobre a banda, existem duas faces referenciáveis. Nesta medida, o significante e o significado se opõem, mas, de fato, a diferença se apoia apenas sobre um fator temporal. Um significante significa alguma coisa num dado momento, mas não saberíamos dar seu significado no mesmo instante. Pois o significado não cessa de deslizar pelo avesso e no final das contas, uma vez que uma volta completa foi efetuada, já é um outro significante, desta vez pelo [lado] direito, que vem definir o primeiro. Um significante jamais reenvia senão para um outro significante, ele representa um sujeito para outro significante”. (GRANON-LAFONT, 1990, p.34)

Granon-Lafont aqui descreveu a diferença fundamental entre a articulação do significante na psicanálise e na linguística, diferença esta, que produzirá toda posterior constatação que separe estes dois campos de conhecimento. Apresenta então, a expressão topológica do axioma lacaniano que afirma que um significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante, indicando como na superfície que se presta a fazer aparecer o sujeito, o significante não só apenas se reporta exclusivamente a outro significante, como também só teria como seu avesso mais um significante. Seguindo o exemplo dado anteriormente pela mesma autora, no qual se usa um lápis para perfurar uma banda de

Möbius de papel, agora podemos também adicionar que o que o lápis encontra do outro lado é mais um significante.

### 3.1.3 Uma dedução topológica

Uma dedução deve ser feita de forma a extrair uma importante constatação a partir da apresentação topológica do problema da oposição significante-significado. Um raciocínio que aparentemente se mantém coerente com qualquer outra pressuposição psicanalítica, e que por isso não poderia ser alvo de reprovações, apontou numa análise topológica da banda de Möbius, que se nela tentamos inscrever de um lado, uma sequência de significantes e do outro, uma sequência de significados, logo se verificará que, como a banda como um todo tem apenas um lado, a progressão de inscrições sucessivas do significante logo estará sendo realizada do lado oposto a seu ponto inicial. Isso leva à verificação de que, diferentemente da folha de papel de Saussure onde o significante possuía sempre um significado em seu avesso, na banda de Möbius o significante estará inscrito em ambos os lados, produzindo uma demonstração de que o significante representa o sujeito para outro significante.

Ocorre que o mesmo raciocínio que mostra que o significante pode ser encontrado, a qualquer momento, no lado oposto ao da sua inscrição, também exige que o mesmo deva ser expresso a respeito do significado, isto é, que o significado também se inscreve sequencialmente ao longo da banda, de tal maneira que logo se constatará que em qualquer ponto será possível encontrar um significado de cada lado. Mas isso sustentaria uma frase no mínimo estranha, um inverso do aforismo lacaniano de que “um significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante”, e que seria expressa de uma forma próxima a:

*Um significado é aquilo que é representado em/com um sujeito para outro significado.*

Uma objeção pode ser levantada contra essa constatação: apesar de apresentar uma lógica correta, isso não garante a validade de seu uso. Sobretudo se considerarmos que as figuras topológicas são apenas um exemplo de uma condição que só pode ser verificada na prática clínica. Explorar as características contidas em um exemplo, certamente levará a

constatações distantes do objetivo, uma vez que o exemplo nunca dá conta da ideia que exemplifica. É famosa a confusão gerada quando se fundamenta um raciocínio sobre silogismos, tal como acontece com a constatação de que, se Sócrates é um homem, e Sócrates é barbudo, então todo homem é barbudo. Ademais de saber que para Lacan o que importa é que Sócrates não é mais um homem a partir das razões pelas quais optou pela morte, fica marcado a falha inerente à exploração de um exemplo.

Estas objeções não precisam se manter para justificar um argumento contra a pesquisa psicanalítica em topologia, uma vez que, ademais da afirmação há pouco apresentada por J.D. Nasio de que o processo de corte da banda de Möbius não descrevia um exemplo, mas já era propriamente o sujeito, Lacan também expressa o mesmo, afirmando que todos seus estudos topológicos não se tratam de metáforas a respeito da condição clínica, mas que eles próprios já são o real do que busca mostrar:

A estrutura deve ser tomada no sentido em que é mais real, em que é o próprio real. Pelo menos, é isso que enuncio, de minha parte, e que assinalei em outras ocasiões. Já na época em que eu desenhava no quadro, ou em que manipulava alguns dos esquemas com que é ilustrada a topologia, eu assinalava que não se tratava, nesse ponto, de metáfora alguma. Das duas uma. Ou isso de que falamos não tem nenhuma espécie de existência, ou, se o sujeito a tem, tal como o articulamos, entenda-se, ele é feito exatamente como as coisas que eu escrevia no quadro (LACAN, 1968/69, 2008, p.30)

Esta afirmação não deve surpreender, uma vez que Lacan propõe o estudo da topologia para desvendar questões da clínica. Caso as figuras topológicas fossem meros exemplos, seria um absurdo dedicar um estudo a elas, pois acabaríamos chegando a absurdos similares à constatação de que todo homem é barbudo uma vez que Sócrates é homem.

Esta constatação parece ser efetivamente inédita no estudo da topologia psicanalítica, no entanto, a aceitação da constatação topológica de que “um significado é representado em um sujeito para outro significado”, não tem nada de inovador se recorremos à autoridade da obra de Lacan, que chegou a esta mesma constatação por outras vias,

quando avalia o que ocorre nos psicóticos de forma que “eles amam o sentido tal como a si mesmos” (FREUD, apud LACAN, 1955/56, 1985, p.250):

No nível do significante, em seu caráter material, o delírio se distingue precisamente por esta forma especial de discordância com a linguagem comum que se chama um neologismo. No nível da significação, ele se distingue por isto: ele só pode se mostrar se vocês partem da ideia de que significação remete sempre a uma outra significação sabendo-se que, justamente, a significação dessas palavras não se esgota no remeter a uma significação. Isso se vê no texto de Schreber como na presença de um doente. A significação dessas palavras que fazem vocês se deterem tem como prioridade remeter essencialmente para a significação, como tal. É uma significação que basicamente só remete a ela própria, que permanece irredutível. (LACAN, 1955/56, 1985, p.44)

O mesmo é expresso no trecho a seguir, no qual também se verifica que, tal como Saussure, Lacan faz equivaler os termos significado e significação:

A armadilha, o buraco no qual não se deve cair, é a de crer que o significado são os objetos, as coisas. *O significado é coisa totalmente diversa – é a significação*, sobre a qual eu expliquei para vocês, graças a Santo Agostinho, que é linguista tanto quanto o Sr. Benveniste, que ela sempre remete à significação, isto é, a uma outra significação. (LACAN, 1955/56, 1985, p.43, grifo nosso)

Para a apreciação da condição que o significado assume na dinâmica da representação do sujeito, é necessário cautela, uma vez que o próprio ensino de Lacan recebe uma correção a respeito da concepção do significado. Poderia se especular que tal diferença se deva a uma elaboração contínua da teoria psicanalítica, na qual os primeiros seminários proferidos por Lacan sejam um passo necessário para os últimos. Neste ponto, entretanto, trata-se mais efetivamente de uma

correção de um caminho extraviado. Trata-se tanto do lugar do significado, como também de suas implicações. Em seu seminário sobre as psicoses, Lacan dedica-se muito à dualidade significante/significado, traçando um paralelo entre esse par de opostos e a determinação freudiana do sintoma dada pela repressão:

A doutrina de Freud é tão assim que não há outro sentido a ser dado a seu termo sobredeterminação, e à necessidade que ele pôs de que, para que haja sintoma, é preciso que haja ao menos duplicidade, ao menos dois conflitos em causa, um atual e um antigo. Sem a duplicidade fundamental do significante e do significado, não há determinismo psicanalítico concebível. O material ligado ao conflito antigo é conservado no inconsciente enquanto significante em potencial, significante virtual, para ser tomado no significante em potencial, significante virtual, para ser tomado no significado do conflito atual e servir-lhe de linguagem, isto é, de sintoma. (LACAN, 1955/56, 1985, p.143)

A concepção de significado trabalhada nessa época mantém muitas características que permanecerão a mesma até o fim, tal como que significante e significado não fazem uma correspondência biunívoca (LACAN, 1955/56, 1985, p.142), já representando um distanciamento do uso do signo da linguística. Porém, tal como fica ressaltado na citação anterior, o significado nesta época acaba por ser caracterizado como possuidor de uma existência independente do significante ao ser igualado à ideia reprimida de Freud. Como mostra, toma o sonho de Anna Freud quando ainda bebê:

Anna Freud adormecida fala em seu sonho: Morangos grandões, framboesas, flans, mingaus. Eis algo que parece ser do significado em estado puro. E é a forma mais esquemática, mais fundamental, da metonímia. Sem dúvida alguma ela os deseja, aqueles morangos, aquelas framboesas. (LACAN, 1955/56, 1985, p.266)

Tomar o significado puro como sendo o equivalente à expressão do desejado implicaria não apenas em que o significado reportaria ao significante e sobre ele imporia efeitos – da mesma maneira que ocorre

no retorno do recalcado na teoria do sintoma em Freud, teríamos um significante subordinado ao significado – como também que o significado existiria como uma linguagem alheia àquela desenvolvida pela cadeia significante. Efetivamente, o conceito de significado nesta época ainda exige que se pressuponha a existência de uma metalinguagem, tal como Lacan afirma no trecho:

O importante não é que a similaridade seja sustentada pelo significado – cometemos o tempo todo esse erro -, é que a transferência do significado não é possível senão em virtude da própria estrutura da linguagem. Toda linguagem implica uma metalinguagem, ele já é metalinguagem de seu registro próprio. É porque toda linguagem se destina virtualmente a ser traduzida que ela implica metáfrase e metalíngua, a linguagem falando da linguagem. (LACAN, 1955/56, 1985, p.265)

Mas a afirmação de que há uma metalinguagem não continuaria sendo sustentada por muito tempo, e dois anos depois já começa a ser relativizada por seu próprio autor, com considerações como “Não existe metalinguagem no sentido de isso querer dizer, por exemplo, uma completa matematização do fenômeno da linguagem”. (LACAN, 1957/58, p.79); ou no oitavo seminário, onde diz que pode existir metalinguagem apenas no quadro negro ao se escrever símbolos matemáticos mas, “no que concerne ao que se chama palavra (parole), a saber, que um sujeito se compromete na linguagem, [...] não há metalinguagem.” (LACAN, 1960/61, aula de 31 de Maio de 1961), e ganha assertividade plena nos anos que se seguem em seus seminários, tal como no seminário 18: “Como eu disse, e não o esqueço jamais, não existe metalinguagem. Toda lógica se falseia ao partir da linguagem-objeto, como faz hoje em dia, infalivelmente”. (LACAN, 1971, 2009, p.116)

Vemos que a suposição de uma metalinguagem é por fim descartada por Lacan, mas que a ela devemos adicionar também que “o significante é primeiro aquilo que tem efeito de significado”. (LACAN, 1972/73, p.29) “O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante. O significado é efeito do significante”. (LACAN, 1972/73, p.47) Isso significa que é com o significante que um analista pode desenvolver algum trabalho analítico, uma vez que o significante pode ter efeito de significado, e nunca o contrário.

Acreditam ter dado um grande passo dizendo que o significado nunca atinge seu fim senão por intermédio de um outro significado, remetendo a uma outra significação: é apenas um primeiro passo, e não percebem que é preciso dar um segundo. É preciso perceber que, sem a estruturação do significante, nenhuma transferência de sentido seria possível. (LACAN, 1955/56, 1985, p.263)

A transferência de sentido, a transferência necessária para o desenvolvimento de uma análise, é dependente da faceta onde se implica uma transmissão de significante a significante, e não de significado a significado.

Com isso, uma resolução para o problema da aparente dupla face da banda de Möbius, já acaba sendo respondida pelos estudos lacanianos que se desenvolviam paralelamente a esta topologia: Que poderia fazer um analista com um significado? Nada. É com o significante que uma análise tem possibilidades para se desenvolver, de maneira que com uma estrutura que fosse puramente psicótica, não haveria possibilidade de qualquer tipo de transferência uma vez que se trata de uma pura relação de significado a significado. É com a forma, e não com um conteúdo – tal como o da ilusória parte de dentro da banda de Möbius – que o analista pode trabalhar.

Que significa isto senão que, depois de ter formado vocês durante longos anos para que se baseiem na diferenciação de origem linguística entre significante como material e o significado como seu efeito, deixo aqui suspeitar que uma miragem repousa no princípio do campo definido como linguístico, nem que seja para ver a espantosa paixão com que o linguista [Saussure] enuncia que o que ele tende a apreender na língua é pura forma, não conteúdo? (LACAN, 1968/69, 2008, p.86)

O que efetivamente remanesce de delicado na constatação realizada a partir de um estudo topológico, não é a extensão de sua validade, mas saber como e se seria possível um estudo psicanalítico em que se evita precisamente aquilo com que a psicanálise trabalha: a resistência.



Para que não seja necessário iniciar um trabalho sobre a epistemologia da psicanálise, deixamos esta questão de lado para satisfazer as conclusões que concernem aos objetivos deste trabalho. Foi encontrada por meio de uma análise topológica, uma informação que já possui respaldo do restante da teoria psicanalítica: que um significante remete a outro significante; e que um significado remete a outro significado. Por essa razão, a prática clínica da psicanálise demonstra que “o deciframento analítico dos conteúdos manifestos não desemboca na descoberta de um significado propriamente dito. O que o deciframento mostra, é que não há significado material, concreto ou efetivo na latência dos sintomas. (CABAS, 2009, p.144) Isso implica que a maneira pela qual um significante representa o sujeito, não torna o sujeito um significado, uma vez que o coloca como parte da cadeia de significantes, cadeia pautada por sua forma, e não por seu conteúdo. Outra constatação para a qual convergem estes dados, é a de que, se o sujeito é representado por um significante para outro significante, este processo deve necessariamente produzir um efeito de significação, e ainda assim, o sujeito continua sendo o material que é reportado/relatado (*rapporté*) exclusivamente para outro significante.

### 3.2 A IDENTIFICAÇÃO

*“O ponto que conduz o progresso da análise,  
o ponto extremo da dialética do reconhecimento existencial,  
é – Tu és tal coisa. Esse ideal nunca é de fato atingido”.*  
(LACAN, Abertura do Sem. I p.11)

A identificação é descrita por Freud como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa.” (FREUD, 1921, 1976, p.133), tendo um papel fundamental ajudando a preparar o caminho do mito de Édipo, pois é através dela, que um menino sustenta seu querer ser como o pai e tomar seu lugar em tudo, condição facilitadora para que se desenvolva sua inserção na cultura na fase adulta. Aproximadamente ao mesmo tempo em que essa identificação se instala, o menino começa a formular o que vem a ser propriamente seu

investimento objetal em relação à mãe, pois segue o padrão anaclítico<sup>30</sup>. Neste contexto, isso significa que o menino, ao identificar-se com o pai, atualiza seu amor pela mãe em uma conformação distinta da que experimentara enquanto estimava a mãe como a exclusiva detentora de toda possibilidade de satisfação de suas demandas. É da confluência dessas duas tendências, ou seja, da identificação com o pai e do investimento objetal na mãe, que se origina o complexo de Édipo.

Querendo, portanto, destruir o pai com quem se identifica, e que é obstáculo para seu acesso à mãe, o menino tem uma postura comparável com a tendência implicada na organização oral, onde se assimila pela ingestão aquilo que se gosta, ao mesmo tempo em que se incorre automaticamente na destruição do que é ingerido. Em grupos humanos nos quais o canibalismo ocorre como parte de um código social, não ocorre uma simbolização a respeito dessa tendência oral, que persiste assim, como prática na realidade, exibindo também a característica de que não será qualquer pessoa que estará em posição de ser canibalizada, mas apenas aquela que seja possuidora de características desejadas por seu devorador. (FREUD, 1921, 1976, p.134)

O pai ainda pode ser tomado como objeto das pulsões diretamente sexuais, o que corresponderia a um desejo de ter o pai, em oposição à tendência instigada pela identificação:

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de ser; no segundo, o que gostaríamos de ter, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito<sup>31</sup> ou ao objeto do ego. (FREUD, 1921, 1976, p.134)

---

<sup>30</sup> Esta forma de investimento, Freud chama de “verdadeira”, pois já pressupõe uma anaclisia, termo médico para recostar-se, apoiando-se, portanto, em uma condição de investimento que esteve presente em fases anteriores à atual.

<sup>31</sup> Nesta passagem, Freud usa o termo *Subjekt*, como sendo parte do par opositivo Sujeito – Objeto. Sobretudo nos textos da mesma época, o termo é repetido em uma relação “Eu do Sujeito” (*Ichs-Subjekt*) com objeto do mundo exterior (*Aussenwelt*). Estas passagens não parecem referências ao mesmo sujeito que Lacan encontra na obra freudiana também sob a denominação de *Subjekt*, ainda que essas coincidências no uso da palavra possam valer algum outro estudo sobre a questão. O trecho original é: *Im ersten Falle ist der Vater das, was man sein, in zweiten das, was man haben möchte. Es ist also der Unterschied, ob die Bindung am Subjekt oder am Objekt des Ichs angreift.* (grifos do autor, FREUD, b.2, p.454)

O efeito mais marcante da identificação é o de moldar o Eu segundo algum aspecto tomado do modelo-alvo. Em um mecanismo histérico a identificação pode agir significando um desejo hostil, tal como uma menina que adquire o mesmo sintoma da mãe. Logo, ela é a mãe enquanto desempenha o sintoma, mesmo que essa identificação já tenha se constituído desde seu princípio como um desejo de aniquilação da mãe, fazendo com que esta própria aniquilação também se expresse sobre si própria. No caso de Dora, a jovem paciente atendida por Freud no ano de 1900, e que teve sua análise publicada em “Fragmento da análise de um caso de Histeria” em 1905, (FREUD, 1905, 1976) acontece o inverso para ilustrar a última citação. Nela, a filha adquire a tosse sintomática do pai, que é seu objeto de investimento libidinal, sua pessoa amada. A identificação sofreu ação da repressão fazendo com que a escolha de objeto regredisse para a identificação, fazendo com que o Eu se aproxime da pessoa amada, e revelando que mesmo o alvo da escolha objetual que inicialmente se quer *ter*, pode ser alvo de uma identificação sobreposta a essa tendência que leva a querer *ser* como ele.

O que aprendemos dessas três fontes pode ser assim resumido: primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (FREUD, 1921, 1976, p.136)

### 3.2.1 Da identificação ao traço unário

Lacan aplica especial interesse no capítulo “Identificação” de “Psicologia das Massas e análise do eu”<sup>32</sup> de Freud (1921,1996), por nele haver sido empregado um termo que considera muito expressivo,

---

<sup>32</sup> O título foi traduzido como “Psicologia de grupo e análise do Ego” nas edições que seguem a tradução inglesa de Strachey.

ainda que só seja usado duas vezes em toda a obra freudiana, o traço unário<sup>33</sup> (*einzigster Zug*). O uso da tradução “traço unário” é uma proposta original de Lacan, já que tanto na versão francesa quanto na brasileira, teve outra tradução estabelecida, conforme utilizada nesta descrição que Freud faz da identificação:

A identificação constitui a forma mais primitiva e original do laço emocional; frequentemente acontece que, sob as condições em que os sintomas são construídos, ou seja, onde há repressão e os mecanismos do inconsciente são dominantes, a escolha de objeto retroaja para a identificação: o ego assume as características do objeto. É de notar que, nessas identificações, o ego às vezes copia a pessoa que não é amada e, outras, a que é. Deve também causar-nos estranheza que em ambos os casos a identificação seja parcial e extremamente limitada, tomando emprestado apenas um traço isolado (*einen einzigen*<sup>34</sup> *Zug*) da pessoa que é objeto dela. (FREUD, 1921, 1996, p.116,117)

A leitura do texto não deixa dúvidas de que Freud usa o termo de forma descompromissada, sem atribuir a ele o realce clamado por Lacan. Ele está no meio do predicado de uma frase da qual de maneira alguma é seu aspecto central, e Freud não dá nenhum sinal de intenções de elevá-lo à importância de um conceito. É por isso que devemos entender a relevância que Lacan dá ao termo, não meramente à maneira de uma referência acadêmica de rigor feita sobre a obra de Freud, mas sim como um trabalho que só pode ser alcançado se há algo da ordem da escuta analítica, seja por se tratar de um aspecto inconsciente em sua obra, seja simplesmente porque o termo merecia uma atenção maior do que recebeu no momento de sua primeira apresentação. Há sim uma interpretação feita por Lacan de palavras que Freud utilizou que podem estar mais próximas de um discurso verdadeiro, uma vez que são

---

<sup>33</sup> Na edição Standard Brasileira, o termo ao qual Lacan se refere como “traço unário”, foi traduzido como “traço isolado” e consta em FREUD, 1921 p.136.

<sup>34</sup> Que o leitor não estranhe a diferença entre as palavras *einzigster* e *einzigsten*, pois se trata da mesma palavra declinada de duas formas diferentes em função de sua função gramatical na frase. Simplesmente a primeira forma está no caso *Nominativ*, “o único”, e a segunda no caso *Akkusativ*, “do único”, ou “de um único”.

trazidas na fronteira de sua manipulação consciente, como um termo que escapa sem que seu autor se dê conta de sua importância.

A única outra incidência do termo *einziger Zug*, descreve o trabalho de condensação de um sonho do próprio autor de “Interpretação dos Sonhos”:

Ele trazia o nome do Dr. M., falava e agia como ele; mas suas características físicas e suas doenças pertenciam a outra pessoa, ou melhor, a meu irmão mais velho. Uma característica única (*ein einziger Zug*), seu aspecto pálido, fora duplamente determinada, uma vez que era comum a ambos na vida real. (FREUD, 1900, 1976, p.319)

A interpretação lacaniana que será apresentada a respeito do traço unário parece valer para suas duas incidências na obra freudiana. Ainda assim, é sobre a primeira passagem que Lacan dedica seus comentários:

Freud se detém expressamente em seu texto para nos dizer: mas nessas duas formas de identificação, as duas primeiras, fundamentais, a identificação é feita sempre por *ein einziger Zug*. Eis aqui o que de uma só vez nos alivia de muitas dificuldades por mais de um motivo. Primeiro, a título do concebível, que não é algo que se possa desdenhar: um traço unário. Segundo ponto, isto que para nós converge para uma noção que conhecemos bem, a do significante. (LACAN, 1960/61 aula de 7 de Junho de 1961)

Essa passagem vem justificar a pertinência do estudo da identificação no estudo do significante, pois a toma como um processo que depende da instalação de um traço unário, que por sua vez, em todas as características que possui, aproxima-se da elaboração lacaniana do significante. No “Dicionário Enciclopédico de Psicanálise” de Pierre Kaufmann, o verbete “Traço Unário” mostra sua implicação direta com a identificação já na primeira linha, onde se afirma que “Para Freud, a identificação é o mais precoce vínculo afetivo com outrem; o termo “traço unário” (*einziger Zug*, que, traduzido literalmente, significa “traço único”) constitui a relação mais íntima entre o eu e seu objeto.” (ANDRÈS, M In: KAUFMANN, P, p.561) Note-se que Andrès também frisa o caráter interpretativo utilizado para cunhar o termo, uma vez que ressalta que a tradução literal é outra, mas que esta literalidade excluiria

o sentido explorado por Lacan. O que importa é que esse traço único possui um valor de assinatura à qual o sujeito recorre na busca de substanciar sua identidade. A identidade é estabelecida com algum objeto, e “Se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente, sua unicidade” (LACAN, 1961/62, 2003, p.100), mas que só acontece por meio do apagamento do objeto e de sua substituição por esse traço que é o termo unário, que torna uno, unificador de todas as características a que se refere. Uma vez que as características do objeto, às quais o traço unário alude, são apagadas em decorrência da presentificação do traço unário, então ele não faz alusão a outra coisa senão a isso que apagou e que não está mais ali, o que quer dizer que uma vez instituído o traço unário, ele só faz alusão a algo que falta, que não mais ali está.

Esse processo de apagamento produzido pelo traço unário pode insinuar uma questão errônea a respeito da natureza desse objeto ao qual alude: poderia se entender que o objeto só não é presente em função da intromissão do traço unário. Também poderia se levantar que se o ensino lacaniano expressa que o objeto já é extraviado desde sempre, então não haveria nexos em se falar do apagamento de uma coisa que nunca esteve ali. Se não perdermos de vista que para a psicanálise o que importa é o trabalho com o significante, e não com a coisa ou com o objeto, ficará evidente que a questão deve ser dedicada a saber como opera o significante, e não onde estaria o objeto perdido. Por outro lado, o duplo apagamento do objeto é exatamente o ponto fundamental do traço unário. O objeto não é apagado pelo significante da mesma maneira pela qual desde há muito tempo, a filosofia chega a afirmar que a palavra destrói a coisa, pois o traço unário é “o significante, não de uma presença, mas de uma ausência apagada” (LACAN, 1961/62), em outras palavras, o apagamento de uma coisa que nunca esteve senão como falta.

O que há de significativo na identificação implicada na constituição do sujeito não é que ela traga uma condensação de informações a respeito do que ele é – tal como verificamos sendo um dos efeitos deste processo, tal qual pode-se extrair da segunda passagem em que Freud usa o termo “traço unário” – mas sim que “só a diferença de si mesmo inscrita pelo traço é capaz de engendrar um possível em relação à noção de identidade” (ANDRÈS, M, In: KAUFMANN, P, p.561). Isso significa que o que há de relevante neste processo não é chegar a uma igualdade, seja ela qual for, seja ao molde de um  $A=A$  ou  $A=B$ . É preciso que a identificação tenha implícita uma unicidade, uma singularidade que se suporte à maneira de uma expressão lógica tal

como  $A \neq B$ . É por ouvir de Freud essa característica de traço unário necessária à identificação, que Lacan tenta encontrar na lógica, que tipo de coisa se enquadraria sob estas exigências.

### 3.2.2 Da identificação ao nome próprio

É em 1961, ao longo do seminário que ficaria marcado como o oitavo de seu ensino, que Lacan apresenta pela primeira vez sua leitura inovadora a respeito do traço unário na obra de Freud. No mesmo ano, já durante o nono seminário, o qual tem a Identificação como tema central, absorve uma discussão da linguística acerca do nome próprio, e encontra aí um exemplo expressivo do traço unário. “O nome próprio, o encontramos em nosso caminho da identificação do sujeito, segundo tipo de identificação, regressiva, ao traço unário do Outro”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.95)

O nome próprio traz “a função do significante, no estado puro”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.95) Em termos caros aos linguistas de influência saussuriana, “é algo que vale pela função distintiva de seu material sonoro, [...] é o traço distintivo, é o fonema como acoplado a um conjunto, a uma certa bateria, porquanto unicamente ele não é o que os outros são”.(LACAN, 1961/62, 2003, p.95)

Se a característica importante a ser destacada no significante buscado por Lacan é a possibilidade de demonstrar “uma ausência apagada”, ou seja, uma negação da ausência, uma familiaridade se insinua quando se constata que o significante entendido como pura diferença, tal como uma continuação da linguística saussuriana, adquire um lugar de impasse quando se é levantada a questão da gênese linguística da negação. Isso porque o significante já é por si só, tanto uma negação da semelhança com todo outro significante, uma vez que é pura diferença, quanto também já é o apagamento de todas as características do objeto se abordarmos a referência ao objeto sobre o qual faz signo. Com isso, o signo de uma negação é em si também uma negação. (LACAN 1961/62, 2003, p.100).

O impasse linguístico se dá através de uma questão sobre o que é a negação, se todo sistema de signos já tem a função de avisar que o objeto ao qual o signo se refere, não está ali onde o signo se mostra. Pode se levantar a hipótese de que a negação seja uma espécie de outra invenção em relação à linguagem, para marcar um segundo nível de uma coisa que possua vários níveis. Outra hipótese seria a da exclusão

existencial mútua, à maneira de que uma coisa não pode ser redonda se for quadrada ao mesmo tempo.

A psicanálise vem se debruçar exatamente em cima deste problema com a gênese da negação, onde se trata a linguagem como isso que vem substituir e apagar todas as características do objeto que vão além de sua unicidade, pois há uma “indicação de que há, digamos, num tempo, um tempo recuperável, historicamente definido, um momento em que alguma coisa está ali para ser lida, lida com a linguagem quando ainda não há escrita” (LACAN 1961/62, 2003, p.101).

Com essa frase, Lacan começa a introduzir a ideia de uma estrutura de linguagem que não diga respeito à organização que já está presente numa língua na qual o conhecimento pode ser montado a respeito do objeto, à maneira de algo que pode ser expresso e escrito em letras. Isso aponta para um ponto da linguagem que é especial em relação a todos os demais pelo fato de que sobre ele não se estabelece um conhecimento. Esse será o lugar que diz respeito ao significante original, aquele que representa o sujeito para outro significante e que tem sua condição diferencial designada como  $S_1$ .

É quanto ao aparecimento de uma escrita, que o nome próprio de uma pessoa traz uma função importante de ser ressaltada. Isso porque ele tem um atributo diferenciado de todo o resto da linguagem, o de que rigorosamente, ele está fora da função da escrita, a uma maneira similar ao número zero, que para poder estar escrito na cadeia de números, ele precisa ser contado como sendo um, um número. Precisa ser referido como aquilo que se sabe que ele não representa.

O nome próprio tem a característica de se escrever de uma forma única independente da língua em que ele está sendo utilizado. Essa é uma condição muito especial, pois mostra que ele está ligado “àquilo que já na língua está pronto, se podemos dizer assim, para receber essa informação do traço”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.101, grifo nosso) “Já na língua”, porque não temos como cair no mesmo embuste promovido pela ideia de que um objeto da realidade pode passar a ser representado pela linguagem por um reles processo de nomeação, pois o nome próprio já é uma estrutura de linguagem, e não passa para nenhuma outra parte, mas apenas encontra uma articulação com outros elementos. É fundamental para captar o caráter especial do nome próprio, que não se incorra no erro de se ater à ideia de que o nome próprio não tem nada de distinto de um substantivo qualquer. Sempre que se enuncia um substantivo qualquer, como “cadeira”, por exemplo, já há um espaço reservado na língua portuguesa que faz com que qualquer pessoa que compreenda português saiba do que se está falando. Por outro lado



quando um nome próprio é enunciado, faz-se necessária toda a apresentação para saber a que se refere. Para se extrair algo de um nome como João Pessoa, é necessário fazer saber a qual João se refere, se a certo coronel, ou um político, ou se é o nome de uma cidade, ou de um navio. Não se trata do mesmo problema das palavras que possuem mais de um significado, pois o nome próprio João não serve para descrever certo conjunto de “Joãos”, mas só pode apontar um único deles por vez. O que o faz especial reside no fato de que ele precisa ser preservado tal como é em qualquer língua. Que Tiago ou Jacques sejam traduções posteriores de um nome ancestral, Jacob, escapa totalmente do propósito da questão. Trata-se de um ponto que é logicamente necessário de ser suposto na origem do inconsciente, que:

“alguma coisa pela qual, enquanto a sujeito fala, ele só pode avançar sempre mais adiante na cadeia, no desenrolar dos enunciados, mas que, dirigindo-se aos enunciados, por esse fato mesmo, na enunciação ele elide algo que é, propriamente falando, o que ele não pode saber, isto é, o nome do que ele é enquanto sujeito da enunciação”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.101)

Uma estrutura como esta possibilita cumprir a função de um significante que sirva como núcleo para o posterior desenrolar de uma cadeia de discurso mesmo que seja ao redor de algo que não é sabido, ou que seja inconsciente. É perfeitamente essa a característica do inconsciente, a de que “É na medida – e pelo mínimo de seu discurso – que o sujeito fala, que tudo o que ele pode sempre fazer, uma vez mais, é nomear-se sem o saber, sem saber por qual nome<sup>35</sup>”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.103), isto é, o que marca que há um inconsciente, é a fala que sempre traz em si, não outra coisa senão a repetição de uma apresentação do próprio sujeito, sustentada por uma marca que permanece como inconsciente por ser ela a receptora da repressão original, bem como Freud deixava destacado quando descrevia o que chamou de representante da representação. (O que é apresentado neste trabalho na seção “A representação na teoria da pulsão”).

---

<sup>35</sup> C'est pour autant, et pour la moindre de ses paroles, que le sujet parle, qu'il ne peut faire que de toujours une fois de plus se nommer sans le savoir, et sans savoir de quel nom. A versão em português indevidamente traduz *ses paroles* por “suas palavras”, além de adicionar um ponto de interrogação no final da frase.

### 3.2.3 Descartes e a busca da identificação do sujeito

Se o estudo do traço unário ressalta como o sujeito na psicanálise só está representado por um traço que apaga uma ausência e é plenamente inacessível em seu conteúdo, subsistindo como inconsciente, é pertinente perguntarmos a que diz respeito o sujeito da ordem consciente, aquele que é tomado como referência em qualquer outra área de conhecimento que valoriza a demarcação de seus limites e preza por ter definições de sujeito e objeto bem definidas. Essa questão é mais valiosa do que seria uma mera intromissão na ordem epistêmica de áreas alheias, pois mais do que isso, serve para ir de encontro ao cerne da razão pela qual o estudo sobre a condição de sujeito é relevante em psicanálise: que todo neurótico aposta em elidir sua subjetividade. Nada mais importante então, que buscar encontrar diferentes formas pelas qual ele realiza esta elisão, bem como testar se certo conhecimento logra alcançar sua proposta de descrever o que é o sujeito ou se igualmente sucumbe em conformidade com as exigências da neurose.

Freud afirma que uma ideia consciente se forma a partir de seu sobre-investimento. Com isso, há uma ordem crescente de investimento de uma ideia inconsciente, para passar a ser pré-consciente, e logo consciente.

“para situar, em suas relações, o inconsciente e o pré-consciente, o limite para nós não deve ser situado primeiro em algum lugar no interior, como se diz, de um sujeito que mais não seria que o equivalente do que se chama, no sentido amplo, de psíquico [...] O sujeito de que se trata para nós e, sobretudo, se tentamos articulá-lo como o sujeito do inconsciente, comporta outra constituição da fronteira.” (LACAN 1961/62, 2003, p.103)

Relatar as fronteiras do inconsciente e do pré-consciente não deve ser feito considerando-os parte do que se chama psíquico. Isso porque Lacan entende que se chama de psíquico, uma determinada concepção de sujeito que implica um interior dentro dele. O sujeito para a psicanálise, isto é, o sujeito do inconsciente, deve possuir certos limites, mas que não o implicam como um espaço em cujo interior se pudesse atestar um conteúdo de ideias, fossem do tipo que fossem, inconscientes,

ou pré-conscientes. Todo analista há de deparar-se com o fato de que as ideias inconscientes são difíceis de serem expressas pela linguagem comum; que todo conteúdo onírico expresso em palavras, deixa em si uma dúvida a respeito de se o sonho realmente foi a mesma coisa que acaba sendo dita sobre ele; que toda interpretação, por mais envolvente e certa que se mostre, não faz outra coisa senão demandar que mais detalhes apareçam para complementá-la. Isso quer dizer que há uma incongruência entre a linguagem implicada numa articulação inconsciente e a linguagem falada, que “As fronteiras do sujeito do inconsciente estão marcadas pela linguagem, e a linguagem do inconsciente está fora da linguagem do discurso comum”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.103)

O que serve, portanto, para demarcar algo da ordem de um limite, das fronteiras do sujeito do inconsciente, se elas não podem ser expressas como um conhecimento dado por certo conjunto de palavras? Continuar na pista da aposta neurótica de identificar o sujeito por meio de um ato da consciência nos leva a algo.

O que separa uma condição consciente de outra que é pré-consciente, sempre foi uma questão de pouco interesse nas investigações dos psicanalistas desde que houve o primeiro deles. Isso porque seja qual for o processo que incide para gerar essa separação, não se trata da resistência – sendo que o mesmo não pode ser dito a respeito da separação entre a condição inconsciente e a pré-consciente – e é com a resistência que o psicanalista pode trabalhar. Além de que tal estudo só seria de alguma valia para um trabalho exterior à psicanálise, o pré-consciente já é acessível à consciência, por isso, é difícil imaginar que exista alguma razão que fizesse com que esta transição trouxesse algum tipo de inconveniente na vida de uma pessoa e que produzisse uma demanda de tratamento.

O pré-consciente pode ser definido em sua função, pela tendência de identificações das ideias no mesmo nível em que opera a lógica formal, de forma tal que o sujeito acaba podendo diferenciar se uma dada ideia é uma percepção da realidade ou um pensamento, tal como um sonho ou uma imaginação. O processo envolvido diz respeito a uma tentativa de identificação iniciada por uma organização inconsciente, buscando assimilar a informação da percepção como algo que seja idêntico ao originalmente recalcado, idêntico, portanto, àquilo que já é dado pela apresentação de Freud como o representante da representação, a saber, o próprio significante original que representa o sujeito.

“no nível do pré-consciente o que buscamos [é], propriamente falando, a identidade dos pensamentos [...] o esforço de nossa organização do mundo, o esforço lógico, é, falando propriamente, reduzir o diverso ao idêntico, e identificar pensamento a pensamento”. (LACAN, 1961/62, 2003, p.106).

Na apresentação deste esquema, Lacan não faz nada senão extraí-lo do *Projeto para uma psicologia científica* de Freud, que deixa clara a concepção de que as percepções passariam antes pelo inconsciente, para depois chegarem a penetrar a consciência como algo homólogo à película de superfície dos órgãos sensoriais. (LACAN, 1961/62, 2003, p.105)

Este é o próprio problema filosófico de com o qual se depara Descartes, que implica em tentar desvendar se aquilo que se recebe do Outro é um dado confiável, se se pode confiar na informação vinda do exterior. É quando a frase “Penso, logo existo<sup>36</sup>” torna-se comparável ao estatuto de pré-consciente, que nela se verifica sua relevância para a psicanálise.

A princípio, a meditação cartesiana tem em si um sem-sentido, uma vez que “pensar” não prova nada diferente do que “dançar” ou mesmo “mentir” provariam. Por não supor que a máxima cartesiana seja uma leviandade, é que se deve entender que esse “logo existo” não se trata de uma disparatada conclusão a respeito de uma característica peculiar do processo de pensar, e sim de uma significação, de uma identificação com uma marca íntima do sujeito, e que não expressa outra coisa senão que, para saber que penso, é preciso começar a pensar, bem como para saber que danço, é preciso começar a dançar. Esse alerta contra a banalização do “Penso, logo existo” não foi apenas um capricho lacaniano, pois também se trata do mesmo ponto que muitos filósofos neo-cartesianos se esforçam por ressaltar, contra uma tendência quase que universal, e por isso, insinuantemente resistencial, dos leitores mais

---

<sup>36</sup> Na realidade, a frase na versão em português é um pouco diferente: “(...) esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito”. A primeira publicação foi feita em francês, utilizando a passagem *Je pense, donc je suis*, em 1637 (DESCARTES, 1637). Em 1641 o próprio Descartes publica uma versão em latim, onde se lê “Ego sum, ego existo”. (DESCARTES, 1641) Só em 1644 é que referindo-se a sua própria obra, Descartes usa a frase *ego cogito, ergo sum*, no *Princípios de Filosofia* (1ª parte, artigo 7) (Descartes, 1644).

apressados de Descartes. Uma versão da publicação em português da meditação segunda de Descartes traz, abaixo da famosa frase, uma nota de rodapé do filósofo Gérard Lebrun:

O fim da frase indica que ela só é verdadeira cada vez que penso nela atualmente. É também uma transição, pois permitirá responder à pergunta que agora haverá de colocar-se: Qual a natureza desse eu existente que acabo de afirmar? (LEBRUN, G. In: DESCARTES, 1641, 1973, p.100, nota de rodapé nº27)

A nota de Lebrun ressalta o sentido instrumental da frase, que quando alguém põe em questão o próprio pensamento, seria possível encadear deduções que levem a algum lugar, e que não se trata de alguma certa propriedade que o ato de pensar teria, de uma propriedade própria que o pensar tem para fazer com que o eu exista.

Descartes formula uma frase que é esperada de qualquer discurso neurótico, mas ao formalizar esse movimento na filosofia, faz algo sem precedentes, e que revoluciona qualquer posterior consideração acerca do sujeito. Quando atormentado pelo problema da incerteza sobre a verdade de suas constatações, pela impossibilidade de confiar nos sentidos que por vezes o enganam, Descartes é levado a questionar sobre como poderia ter a garantia de algo, e recorre a um exterior como explicação. Mas este exterior não pode ser qualquer coisa. Não pode ser a informação que talvez esteja sendo oferecida por algum espírito enganador, nem tampouco algo que sua visão o leve a acreditar, pois ela pode muito bem lhe pregar uma ilusão de ótica. Para saber que algo existe é preciso um ponto exterior com o qual a existência possa ser provada e, isso é um pressuposto que passará a ser tomado no pensamento científico, mas o que a psicanálise vem apontar é que é necessário que se trate de um exterior que tenha a marca da identificação com o traço unário, (LACAN, 1961/62, 2003, p.109) que haja um único traço que remeta ao mesmo tempo a este ponto exterior e ao sujeito, tratando um e o outro como idênticos.

Vemos, portanto, que se tratarmos a proposição “penso, logo existo” como uma significação que organiza um processo homólogo ao da identificação que se realiza na viabilização da posição inconsciente, ela não teria exatamente a mesma posição que teria um “danço, logo existo”, ou um “minto, logo existo”, tal como compara uma secular crítica ao pensamento cartesiano, levantada historicamente por Bernard

Williams (1978). O trabalho de Williams também levanta outras críticas de diversos filósofos, sobretudo marcando que não há dedução alguma produzida pela frase, uma vez que já se pressupõe a existência de um eu que pensa em seu início, e que em seguida vai ser constatado como existente. Isso significa que a frase “eu penso, eu existo” não implica uma relação que adiciona informações sob a forma  $A=B$ , mas sim uma identificação na forma  $A=A$ .

Pode-se demonstrar a mesma constatação também ao se estender a asserção cartesiana para um “penso que penso que existo”, e isso só acontece porque a questão sobre o “pensar” está no limite da identificação possível do sujeito, sendo aberta a possibilidade de pensar qualquer coisa pensável, inclusive que se pensa. É importante notar que apenas um certo conjunto de verbos podem ser concatenados para formar este aparente *ad infinitum* lógico, e todos eles conservam uma estreita relação entre si. Poderia se dizer, por exemplo, falo que falo que falo que existo; ou reflito que reflito que existo; ou expresso que expresso que existo. Fica com isso ressaltado um elo que existe entre as ações produtoras de fala e de pensamento, e mesmo antes que se busque estabelecer qualquer conclusão sobre a razão deste fenômeno, fica evidente que não se trata de uma propriedade idiomática, mas sim, de ordem lógica.

Mas a meditação cartesiana “está totalmente fora do campo da única questão importante, a saber: Se eu sou eu. [...] Não é sobre o terreno da identificação que esta questão pode ser resolvida”. (LACAN, 1966/67, aula de 14 de Dezembro de 1966) Lacan se dedica a dar um contorno sólido à crítica freudiana sobre o sujeito racional da filosofia clássica que abriu caminho para formular a teoria do inconsciente. É por essa razão que se torna necessário “demonstrar o caráter ilusório da consistência do sujeito cartesiano”. (RADZINSKI, A., 1985, p.119) A partir daí, propõe uma análise na qual o “penso” da máxima de Descartes seja representado como 1, uma vez que verifica uma tentativa do inconsciente de transformar em unidade aquilo que inicialmente estaria disperso entre um conteúdo de realidade exterior e a outro conteúdo que é o recalcado, como sendo a maneira de reconhecer algo como legítima realidade. Essa é a característica do processo de identificação, de tentar transformar em um aquilo que inicialmente não tinha correspondência. Na verdade, isto não vale como uma análise da frase de Descartes em si, uma vez que não se está despreendendo o valor contido em suas implicações filosóficas. Ela está exclusivamente sendo utilizada como a ilustração do processo neurótico pelo qual a percepção de uma realidade acontece segundo Freud, e por isso, diz respeito a

todos processos pelos quais alguém poderia vir a diferenciar se está apenas pensando ou se está recebendo uma informação de seus sentidos – no concernente à preocupação de Descartes, se está se perdendo no engano de uma ilusão ou se está se deparando com uma verdade. No que a frase poderia ser empregada na psicanálise com o valor de conclusão concordante com o pensamento psicanalítico, seria preciso transformá-la em “penso onde não sou, e sou onde não penso”, (LACAN, 1957b, 1998) ou então se deter apenas na primeira constatação de Descartes, a de que “penso que sou”, sem buscar estender daí a dedução de uma existência.

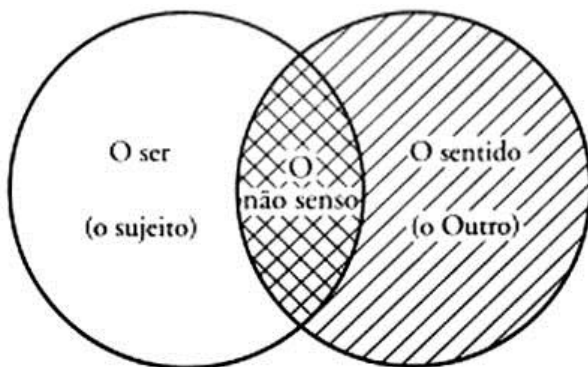
Essa lógica será pormenorizadamente trabalhada em 1964 no seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (LACAN, 1964, 2008), com a denominação de “alienação do sujeito”. A exposição parte de um comentário ao conceito inovador de *afânise* proposto por Ernest Jones. Para Jones, se fazia necessário incrementar a nosografia psicanalítica com este conceito de forma a descrever uma condição na qual se produz no paciente um medo de ver seu desejo pelas coisas desaparecer. (LACAN, 1964, 2008, p.203) Lacan encontra no conceito de afânise uma descrição de algo que deveria ter sua extensão ampliada em relação ao que Jones propõe. Que não há porque descrevê-la apenas como o medo de que o desejo desaparecesse, mas que sua descrição deveria ser radicalizada para um desaparecimento do próprio sujeito, o que descreveria não só uma condição patológica tratável, mas a própria condição à qual o sujeito está condenado: *a de só aparecer dividido entre as condições de aparecer ou como sentido produzido pelo significante, ou como afânise*. (LACAN, 1964, 2008, p.206). Essa separação entre *ou* uma coisa *ou* outra ficou conhecida na teoria lacaniana como a questão do *vel*, a palavra latina que se traduz para o português como *ou*.

O *ou* é a operação lógica de disjunção, representada com o símbolo lógico “v”, que aparece na obra de Russell em 1908 (RUSSELL, 1908), comparável com a notação de união “U” usada por Peano no uso da teoria dos conjuntos. O + também é usado apesar da ambiguidade de seu uso. Também pode ser encontrado em lógica Booleana como a operação “OR”.

A operação de *vel*, ou de *ou*, a ser considerada no processo da alienação, deve ser especificada. Não se trata do *vel* exaustivo, por exemplo, que se vou *ou* para um lado *ou* para o outro, isso implica que tomo um lado e abandono o outro. O *vel* também pode ser empregado para dizer que vou para um lado *ou* para o outro expressando que “dá na mesma”, que não importa para qual lado vou. O *vel* da alienação implica

outra lógica, a de *nem um, nem outro*. Não importa qual a escolha feita, não se tem nenhum dos dois. (LACAN, 1964, 2008, p.206) Uma ilustração é dada por Lacan baseada na escolha apresentada por Hegel na lógica da submissão à escravidão que opera entre os termos “A liberdade ou a vida!”. O exemplo análogo ficou conhecido como “A bolsa ou a vida!”, no qual um assaltante ofereceria esta escolha a sua vítima que carrega na bolsa todos os recursos que conseguiu angariar ao longo de toda sua vida. Se ela entregar a vida, não poderá usufruir do conteúdo da bolsa, e ficará sem as duas coisas. Se entregar a bolsa, entrega o sentido que acumulou para sua vida, que perde seu valor e sentido, e novamente fica sem os dois. Na condição hegeliana da escravidão, se um homem escolhe pela liberdade, é assassinado, e se escolhe por sua vida, terá uma vida sem sentido por ser amputada da liberdade. O esquema a seguir, mostra a mesma lógica, com a área duplamente hachurada entre os dois círculos representando a operação do *vel* da alienação.

Figura 13 – A alienação.



Fonte: LACAN (1964, 2008, p.207)

Dentro dessa área que descreve a condição inexequível da alienação do sujeito, caso se opte por encontrar o ser do sujeito, o sentido não pode descrevê-lo, e se incorre num sem sentido, num “não senso”. Se se opta pelo sentido, este sentido só subsiste decepado da condição de ser, e um sentido atribuído exclusivamente para fazer sentido se torna uma parte inútil. Esse espaço intermediário é o da realização possível do inconsciente, que reside ali onde nem o é, nem se



sustenta como um sentido. “Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante”. (LACAN, 1964, 2008, p.206)

Retomando o estudo da identificação, o mais importante a deixar salientado sobre sua função é que ela não diz respeito a uma verificação sobre o que o sujeito é, mas estabelece um espaço imaginário que é excludente ao sujeito. Para esse assunto, Lacan recorreu à teoria dos números de Frege:

Se o estatuto moderno do sujeito não está dado em Platão, é na medida em que ele escapa, que não está articulada a tensão que há deste “outro ao Um” e que – este outro – nos permitiria fundar algo como o que chamo o “Um a mais”, este “Um a mais” que vocês não veem emergir na teoria dos números senão no nível de Frege. Dito de outra forma, essa concepção do singular como essencialmente da falta.

Duas coisas relacionadas se desenham nessa relação terça que eu articulo para vocês, do significante representando algo para um outro significante, e do significante representando o sujeito na função de alternância, de ou isso ou aquilo<sup>37</sup>: ou o significante que representa [e o sujeito que desaparece]; ou o sujeito, e o significante desaparece. Assim é a forma da singularidade essencial que é precisamente aquela à qual será requisitado o analista se ele tiver, irredutivelmente, que responder por esta nominação fantasmática [...] desta formulação específica, onomástica [da origem dos nomes próprios], da qual essa falta seria preenchida pela

---

<sup>37</sup> Este trecho traz uma expressão do francês, que literalmente seria traduzida como “ou bem, ou bem” utilizada da forma “ou bem [predicado], ou bem [outro predicado]. Como referência para a tradução da expressão, foi usada a obra de Soren Kierkegaard, Enten- eller, que em francês foi publicado com o título “Ou bien... ou bien” e que em português recebeu o nome “Ou isso, ou aquilo: um fragmento de vida”.

formulação de um nome. (LACAN, 1964/65, p.577<sup>38</sup>)

Fica ressaltada nesse trecho, a paráfrase sobre a máxima cartesiana que diz que “penso onde não sou e sou onde não penso”, onde o uno da identificação, fica em sua função imaginária, a cargo do significante que se porta como representante daquilo que ali não está: o sujeito. Onde o sujeito se faz presente, a identificação mantém-se alheia, e o sujeito se mostra como algo estranho à apreensão significativa, que então desaparece.

Descartes busca apreender o sujeito a partir da identificação que poderia extrair do *penso*, com aquilo que faz aparecer, o traço unário, o 1 (Um). Vejamos com mais atenção como o Um adquire sua relevância no discurso lacaniano antes de desenvolvermos uma implicação lógica da máxima cartesiana na seção posterior.

### 3.3 A LÓGICA MATEMÁTICA COMO CIÊNCIA DO REAL

#### 3.3.1 Lógica em Lacan: Da influência de Frege ao paradoxo de Russell

---

<sup>38</sup> Trad. Livre de: “*Si le statut moderne du sujet n'est pas donné dans PLATON, c'est pour autant que s'y dérobe, que n'y est pas articulé la tension qu'il y a de cet autre à l'Un, et qui - cet autre - nous permettrait de le fonder comme ce que j'appelle l'Un en plus, cet Un en plus que vous ne voyez émerger dans la théorie des nombres qu'au niveau de FREGE. Autrement dit cette conception du singulier comme essentiellement du manque.*

*Deux rapports se dessinent dans cette relation tierce que pour vous j'articule, du signifiant représentant quelque chose auprès d'un autre signifiant, et du signifiant représentant le sujet dans une fonction d'alternance, de vel, de « ou bien... ou bien... » : ou bien le signifiant qui représente, [et le sujet qui s'évanouit] ou bien le sujet, et le signifiant qui s'évanouit. Telle est la forme de la singularité essentielle qui est bien celle à laquelle serait requis l'analyste s'il avait, irréductiblement, fondamentalement à répondre par cette nomination fantasmatique, de cette formulation spécifique, onomastique [origine des noms propres] dont ce manque serait comblé par la formulation d'un nom”.*

O primeiro comentário que Lacan faz a respeito de Frege em seus seminários acontece em 1957 (LACAN, 1956/57, 1995, p.243), durante o seminário “A relação de objeto”, onde cita o pensamento de Frege como um exemplo de uma teoria que recusa situar o estatuto e a gênese da dimensão simbólica a partir da abstração da experiência. Contudo, diz diretamente que não tenciona comentar ali sua obra. Efetivamente, só irá esclarecer um pouco a respeito de sua relevância cinco anos mais tarde, no seminário sobre a identificação, de 1962.

A unidade e o zero, tão importantes para toda constituição racional do número, são isto que há de mais resistente a toda tentativa de uma gênese experimental do número, e especialmente se esperamos dar uma definição homogênea do número enquanto tal, reduzindo a nada todas as gêneses que podemos tentar dar do número a partir de uma coleção e da abstração da diferença a partir da diversidade. (Lacan, 1961/1962, 2003, p. 170)

O trabalho de Frege tenta embasar a aritmética – bem como, posteriormente, toda matemática – sobre princípios lógicos, a começar com uma crítica à definição de número, que foi muito variada ao longo da história, mas que em sua época, admitia a definição de Peano como a mais proeminente. Por conta disso, a crítica às definições das bases da aritmética recaem, sobretudo, sobre o sistema de Peano, a começar apontando que todos os números se definiam por uma regra homogênea, que tomava 0 e 1 (a unidade e o zero, na citação de Lacan) como ponto de axiomático, isto é, que deixava estes dois números sem definição. Para Lacan, não é viável deduzir a aparição do símbolo (neste caso, do número) a partir da experiência e do concreto da sensibilidade, “contar não é empírico e é impossível deduzir este ato unicamente de dados empíricos. Hume tentou, mas Frege demonstrou a inépcia da tentativa” (LACAN, 1966a, p. 203).

Maurício d'Escragnolle Cardoso (2010) escreve um artigo extraído de sua tese de doutorado que é muito elucidativo sobre a questão, intitulado *Lacan e Frege: Sobre o conceito de Um*. Segundo ele, “Lacan volta-se ao trabalho de Frege a fim de interrogar as características fundamentais desta ordem e do objeto que lhe é próprio, para demonstrar que “a substância do vivido é o lógico.” (LACAN, 1966b, p. 114), e encontrará sua expressão conceitual maior sob a forma da noção de Um”. (CARDOSO, 2010, p.129)

É sempre necessário avançar com cautela quando se trata de fazer uso de uma área de conhecimento para suportar outra. Uma consideração a respeito desta aproximação entre a lógica fregeana com a psicanálise é a de que CARDOSO (2010) afirma que Lacan compartilhava com Frege a ideia de que “a dimensão da determinação simbólica [...] consiste em uma dimensão objetiva própria e irreduzível tanto à realidade empírica quanto à subjetividade” (CARDOSO, 2010, p.129). Mas há uma variação de terminologia entre áreas no que diz respeito à palavra *subjetividade*. Fazer essa afirmação valendo-se do vocabulário de Frege está plenamente correto, uma vez que neste caso, *subjetivo* é aquilo que implica uma condição psicológica individual de *personalidade*, isto é, própria de cada pessoa. Para a psicanálise, *subjetivo* é o que é relativo a uma concepção de sujeito que não pode ser aquele que se encontra sob o domínio individual, mas que é estranho a uma *psique* própria de cada pessoa. Por conta disso, seria necessário meramente adaptar a frase para fins de boa coerência com a psicanálise para algo como “a dimensão da determinação simbólica consiste em uma dimensão objetiva própria e irreduzível à realidade empírica, e / própria do Sujeito”. Certamente, esse reparo não cairia a contragosto desse autor, uma vez que marca com suas palavras que é somente a partir da autonomia do simbólico que o fato do pensamento pode ser corretamente determinado. (CARDOSO, 2010, p.129) Situar o simbólico no campo do sujeito é exatamente o que confere tal autonomia, diferente do que ocorreria se o situássemos no campo do indivíduo.

Também é importante ressaltar que apesar de que Lacan tenha descrito a lógica como “a ciência do Real”, e que isso justifique que a psicanálise deva procurar absorver o conhecimento inerente à lógica, isso não quer dizer que essa ciência do real possa descrever algo sobre o sujeito, à maneira do saber científico, mas sim o contrário disso, uma vez que quando Lacan chama a lógica de ciência do Real, é colocando-a num campo de conhecimento que tem como efeito fazer desaparecer o sujeito, pois “a ciência é uma ideologia da supressão do sujeito” (LACAN, 1970, 2003, p.436), ou dito mais pormenorizadamente, no que diz respeito à lógica matemática,

Se é possível pôr em suspenso o que anima o discurso matemático, está claro que cada uma de suas operações é feita para tamponar, elidir, recoser, suturar a todo instante a questão do desejo. [...] No discurso analítico, ao contrário,

trata-se de dar plena presença à função do sujeito, invertendo o movimento de redução que habita no discurso lógico, para nos centrarmos perpetuamente no que é falha. (LACAN, 1968/69, p.47)

Fica frisado neste trecho, que a psicanálise deve fazer aparecer a função do sujeito, em um esforço que é oposto ao do discurso da lógica matemática. Está indicado que a psicanálise deve aprender com a lógica, por ser dela possível se desprender informações valiosíssimas, mas este aprendizado deve se dar de uma maneira análoga ao interesse que Freud colocou sobre o discurso do neurótico, pois igualmente dele, é possível se desprender informações valiosíssimas. Ainda assim, deve-se sempre ter em vista que é preciso saber escutar esses discursos, que eles precisam ser analisados, pois naquilo que deixam de manifesto, o discurso sintomático nunca deixa de expressar uma mentira. Se já está bem reconhecido que o neurótico encobre sua subjetividade, deve-se colocar também que “o próprio da lógica como ciência do real é precisamente fazer da verdade só um vazio, [...] uma maneira de tratar a verdade que não tem nenhum tipo de relação com aquilo que chamaremos comumente verdade”. (LACAN, 1973/74, aula de 9 de abril de 1974). A maneira como a psicanálise trata uma neurose, tratando os imbróglios produzidos pelo recalque, deve servir também como protótipo para a aproximação que deve fazer da *ciência do real* que é a lógica matemática.

É do saber inconsciente que se trata de fazer a articulação para que o dizer verdadeiro consiga algo, ou seja, consiga fazer-se ouvir em algum lugar para suprir a ausência de toda relação entre o homem e uma mulher (umas mulheres, não todas). Eis aqui a distância, a diferença que há entre o dizer verdadeiro e a ciência do real. Por isso, no que diz respeito a tratar o inconsciente, estamos muito mais próximos de manejar a lógica que qualquer outra coisa, porque ela é da mesma ordem. (LACAN, 1973/74, Aula de 12 de Fevereiro de 1974)

A denominação *ciência do real* “surge desde que a impossibilidade, se torna logicamente objetiva, e é precisamente isso que demonstraria a lógica matemática: uma forma de “real realizado” matematicamente (Lacan, 1965/1966, p. 54 apud (CARDOSO, 2010,

p.130). Isso significa que a lógica matemática se presta a simbolizar algo do real que seja simbolizável. Certamente não pode ser trabalho do analista simbolizar todas as coisas, e portanto a lógica para ele não pode ser o fim.

Segundo Frege, um número é um objeto lógico que deve ser construído a partir de verdades analíticas, isto é, de maneira tautológica. Um julgamento lógico é assim a asserção de uma relação de identidade, cujo modelo é a operação de igualdade entre as duas partes de uma equação:  $a = b$ . No seio de uma equação, o signo de igualdade formula então a asserção “idêntico a” (FREGE, 1882, 1971, p. 129 apud CARDOSO, 2010). Em outras palavras, quando uma proposição ou equação expressa a igualdade, ela assera, na verdade, um julgamento de identidade entre dois objetos, e logo pressupõe que esses objetos sejam objetos independentes, o que significa, no caso de Frege, que eles sejam idênticos a eles mesmos. (CARDOSO, 2010, p.130)

Deve-se aqui ressaltar que a identidade utilizada por Frege precisa ser ponderada no saber psicanalítico. Isso porque em psicanálise, a rigor não podemos falar em identidade. O que existe é a identificação, que diz respeito a um processo que visa formular como idêntico aquilo que não pode sê-lo. Tal disparidade pode se sustentar porque “O modelo de referência para a Frege é a Ideografia Lógico-matemática, e não as línguas naturais. É nesse sentido que o protótipo de objeto é o Valor de Verdade (V ou F) da denotação”. (CARDOSO, 2010, p.131). Um exemplo utilizado por Frege é o de uma equação do tipo  $2 + 5 = 7$ , na qual “a denotação do grupo de signos à direita [do sinal de igualdade] é a mesma que a denotação dos signos da esquerda” (FREGE, 1882, 1971, p. 82)

Contudo, do ponto de vista epistêmico, o problema da determinação da identidade do objeto é, para Frege, o responsável pela confusão que afeta três empregos diversos das noções de Um e de Unidade. Assim, Frege postula que o Um enquanto número cardinal é um objeto; já o Um enquanto cifra pode ser um nome próprio (que designa o objeto número Um), e, finalmente, a Unidade é um conceito. (CARDOSO, 2010, p.132) Citando FREGE: a denotação do signo

numérico 7 [isto é, o objeto que ele designa] não é nada que seja perceptível pelos sentidos. Esta tendência, [...] a não reconhecer como objeto o que não é percebido pelos sentidos, tem por consequência que tomamos os signos dos números [um nome próprio] pelos números eles mesmos. (FREGE, 1882, 1971, p. 82) Esta distinção se aplica às duas teses centrais da determinação do número (FREGE, 1884, 1969, p. 182): 1) um número é um objeto independente; 2) um número é isto que recai sob um conceito. Estas teses centrais demonstram o cerne do projeto lógico de Frege, o de definir todo objeto como aquilo que cai sob uma definição conceitual de um predicado. Frege (1882, 1971) também assinala: “o conceito é predicativo. Inversamente, um nome de objeto, um nome próprio, não pode de maneira alguma ser empregado como um predicado gramatical” (p. 128). Este é o argumento pelo qual se justificaria a conceituação da aritmética a partir da lógica, o de que um conceito é uma função predicativa, o que leva a poder reconhecer o objeto como idêntico ao percurso de valores de um argumento. Assim, nas palavras de Frege, “podemos caracterizar o percurso de valores de uma função na qual o valor para todo argumento é um valor de verdade como a extensão de um conceito” (FREGE, 1882, 1971, p. 90). À diferença relativa dos elementos, isto é, o caráter discreto dos objetos que formam a extensão de um conceito, dá-se o nome de princípio de extensionalidade. (CARDOSO, 2010, p.139)

“Partindo desta tese da extensionalidade, o conceito de número pode ser definido unicamente em termos de equinumericidade ou, ainda, de correspondência biunívoca.” (FREGE, 1884, 1969, p. 194). Isso pode ser expresso também da maneira: “O número que pertence ao conceito X é a extensão do conceito ‘equinúmero ao conceito X’” (FREGE, 1882, 1971, p. 134). Desta maneira, um número passa a ser um conjunto de conjuntos equinúmericos, pois para se atestar uma equinumericidade pode-se realizar uma correspondência termo a termo, isto é, biunívoca entre o elemento que recai sob o conceito X e o elemento que recai sob um conceito Y. Essa terminologia lógica empregada aqui por Frege é repetida por Lacan em inúmeros elementos da psicanálise mesmo onde não faz alusão direta a Frege, por exemplo, sempre que apresenta o significante como um conjunto, quando explora o caráter do nome próprio como uma definição para o Um, ou explorando relações utilizadas na matemática conjuntista, como a intersecção ou o pertencimento.

Basicamente, quando nos valemos da lógica de Frege para verificar uma igualdade entre dois objetos, buscamos estabelecer uma função biunívoca entre eles, verificando se é possível dizer que para

todo elemento contido em um, há um único elemento correspondente no outro.

A definição viabilizada em Frege para todos os números naturais passa a ser uma progressão ao exemplo de: 1 é o número que cai sob o conceito de todos os conjuntos equivalentes ao conjunto cujo único elemento é 0 (zero), ou seja, um conjunto que possui 1 elemento; 2 é o número que cai sob o conceito de todos os conjuntos equivalentes ao conjunto cujos elementos são 0 e 1, ou seja, um conjunto que possui dois elementos, e assim sucessivamente. (CARDOSO, 2010, p.133)

Uma peculiaridade se mostra ao definir o número 0 (zero) utilizando essa lógica. É que nenhum objeto existe sob a extensão do conceito de zero, o que é o mesmo que dizer que 0 (zero) é o conjunto dos conjuntos equinúmericos ao conjunto vazio, onde nenhum conjunto pode sê-lo. A noção de que cada objeto independente é idêntico a si mesmo não se aplica a 0, pois ele pertence ao conceito contraditório de “não idêntico a si mesmo” (FREGE, 1884, 1969, p. 200). É então, da mesma maneira que se define o conceito de zero, que se pode definir o conceito de contradição: é um conceito sob o qual não recai nenhum objeto, tendo em vista que a característica de uma contradição é precisamente não poder determinar um existente. (CARDOSO, 2010, p.133) Se utilizarmos o exemplo anterior para descrever como se pode descrever qualquer número natural, para zero diríamos que 0 (zero) é o número que cai sob a extensão do conceito de todos os conjuntos equivalentes ao conjunto cujos elementos não existem, e por isso é um conjunto vazio.

Esta definição de zero deixa em evidência um paradoxo que Bertrand Russell encontraria ao ler o livro de Frege, Fundamentos da Aritmética, o que fez com que Russell lhe escrevesse uma carta onde consta o seguinte:

Há apenas um ponto [da obra Fundamentos da Aritmética] onde encontrei uma dificuldade. O colega diz que uma função também pode atuar como elemento indeterminado. Eu acreditava nisto, mas agora esta perspectiva parece-me duvidosa pela seguinte contradição. *Seja  $w$  o predicado: para ser predicado, não pode ser predicado de si próprio. Pode  $w$  ser predicado de si próprio? A cada resposta o seu oposto segue-se. Portanto podemos concluir que  $w$  não é um predicado.* Da mesma maneira, não existe nenhuma classe (como uma totalidade) de classes



que, sendo cada uma tomada como uma totalidade, não pertença a si própria. Disto concluo que, sob certas circunstâncias, uma coleção definível não forma uma totalidade. (RUSSELL *apud* HEIJENOORT, 1967, p.124-125, grifo nosso)

A carta foi respondida por Gottlob Frege com os dizeres:

A sua descoberta da contradição causou em mim a maior das surpresas e, poderia quase dizer, consternação, já que abalou a base sob a qual eu pretendia construir a aritmética. [...] os únicos fundamentos possíveis da aritmética em geral, parecem desvanecer-se. (FREGE *apud* HEIJENOORT, 1967, p.127-128)

O que Russell encontra, é um paradoxo produzido quando se define algo a partir do seu predicado, que na visão desta lógica, tem o mesmo caráter de um conjunto matemático. Mais especificamente, quando se define um conjunto de conjuntos que tenham a característica de não serem elementos de si mesmos. Este paradoxo lógico foi por ele mesmo descrito de uma forma popularizada que facilita sua compreensão para leigos:

*Todos os homens de uma cidade fazem a barba. Um grupo deles faz a barba com o barbeiro da cidade, e aqueles que não frequentam os serviços desse profissional, fazem a própria barba em casa.*

Essa história aparentemente simples carrega um paradoxo por ser impossível afirmar se o barbeiro faz sua própria barba ou não. Testemos: Se o barbeiro faz a própria barba, ele pertence ao grupo dos homens que fazem a própria barba e, portanto, não é o barbeiro quem a faz; uma situação impossível. Se por outro lado, o barbeiro não faz a própria barba, então ele está no grupo dos homens que precisam se barbear com o barbeiro; o que também é uma situação impossível (RUSSELL, 1918, 1986, p.228).

Essa descoberta deste impasse é um fato importante para a psicanálise porque todo o projeto lógico de Frege se trata de uma tentativa de explicar a linguagem com uma metalinguagem, isto é, explicar os números através de uma linguagem lógica. Quando Russell descobre essa falha, fica impossibilitada uma solução metalinguística, e o universo do discurso tem de ser admitido como inconsistente. (CARDOSO, 2010, p.134) Ao passo que Russell posteriormente tenta

montar um artifício que contorne o paradoxo encontrado, (HEIJENOORT, 1967, p.150) Lacan precisa preservar a reflexividade e as contradições que daí derivam, excluindo dessa maneira uma solução metalinguística, pois para ele, “[...] enquanto tal, o significante não somente não está submetido à lei dita da contradição, mas é mesmo aí o suporte, ou seja, que A é utilizável como significante na medida em que A não é A” (Lacan, 1961/1962, 2003, p. 133). A essa separação necessária entre o trabalho de Lacan e o de Frege,

...são características gerais da teoria lacaniana do significante:

- 1) o conjunto dos significantes é inconsistente;
- 2) o significante, contrariamente ao objeto fregeano, não é nem um objeto independente nem idêntico a si mesmo;
- 3) considerar o universo significante como inconsistente significa afirmar que não há metalinguagem. (CARDOSO, 2010, p.134)

A primeira característica pode ser deduzida da segunda, que fica bem estabelecida na seguinte passagem: “[...] enquanto tal, o significante não somente não está submetido à lei dita da contradição, mas é mesmo aí o suporte, ou seja, que A é utilizável como significante na medida em que A não é A”. (LACAN, 1961/1962, 2003, p. 133) A terceira característica é mais uma afirmação de que o universo do significante pode ser dito inconsistente por não podermos contar com uma definição lógica para ele.

### **3.3.2 O sujeito como zero**

Uma das contradições lógicas mais importantes para a psicanálise é aquela da qual Frege se vale para dar uma definição possível para o número zero, pois a mesma contradição poderia ser verificada no sujeito. Zero acaba sendo no sistema fregeano, a designação de um conjunto vazio, pois nenhum elemento cai sob a extensão de seu conceito. O contraditório é que ainda assim, ele precisa ser contado como mais um número entre os demais, precisa lhe ser concedida a característica de ser Um. Com tal contradição, o zero não pode assumir um valor lógico de verdade, da mesma maneira que ela tampouco pode ser extraída do sujeito. (CARDOSO, 2010, p.135)

O fato de ser vazio, não implica que este zero não gere efeitos, pois é exatamente este espaço em falta que toda a cadeia numérica vai usar como suporte para se desenvolver. Como foi demonstrado anteriormente, a definição possível para o número 1 (um) é a de um conjunto que possui 1 (um) elemento, o 0 (zero). Da mesma forma, o número 2 (dois) se constitui a partir de um conjunto de dois elementos, 0 (zero) e 1 (um). Sucessivamente, todo número é definido de tal forma que nele sempre se encontre incluída a falta intrínseca à definição de 0 (zero).

Pode se relacionar as características encontradas nessa incursão na obra de Frege:

1- O sujeito é o conceito contraditório, uma vez ao mesmo tempo precisa ser tratado como uma extensão vazia e também como aquilo que é representado pelo significante como um algo.

2- Esta extensão vazia é contada como Um: uma falta de um atributo contável. Ao mesmo tempo em que o sujeito se torna objeto da representação oferecida pelo significante, é também por ele apresentado como um vazio.

3- O vazio do sujeito incide por reiteração a cada número que se segue na cadeia numérica, afinal, “cada número cardinalmente sucessor corresponde ao cardinal que o precede acrescentando o conjunto vazio” (LACAN, 1971/72)

4- O vazio que corresponde ao sujeito, não é o nada existencial, pois não estende seu vazio para os objetos com os quais se relaciona.

Uma vez estabelecida a referência lógica necessária, podemos retomar a questão cuja conclusão foi deixada em suspenso há algumas páginas: o tratamento do *cogito* cartesiano como 1.

Se é por 1 que nós representamos esse penso que, repito, na medida que ele só nos interessa porque tem relação com 0 que se dá na origem da nomenclatura, já que é o que implica o nascimento do sujeito – o sujeito é o que se nomeia – se nomear é antes de tudo algo que tem a ver com uma leitura do traço 1, designando a diferença absoluta, podemos perguntar-nos como cifrar a espécie de sou que aqui se constitui em alguma

espécie retroativamente, simplesmente pela reprojeção do que se constitui como significado do penso, a saber, a mesma coisa, o desconhecido (i) do que está na origem sob a forma do sujeito. (LACAN, 1961/62, 2003, p.109)

Finalmente reunimos elementos já suficientemente pormenorizados para tratar do que se apresenta nessa passagem que condensa toda a elaboração deste trabalho desde a seção intitulada “A identificação” até este ponto.

Nessa análise da frase de Descartes que diz “Penso, logo sou”, Lacan reduz o “Eu penso” ao 1 fregeano, e o sujeito procurado ao 0, uma vez que de acordo com o intuito de Descartes:

*o pensar só tem lugar nessa frase enquanto for isso que contém uma só informação indubitável: que há um sujeito que o gera*<sup>39</sup>

...o que sendo parafraseado com a terminologia cara ao trabalho de Frege, resultaria em algo como:

*o número 1 só tem lugar nessa frase enquanto for isso que contém uma só informação indubitável: que há um 0 que o gera.*

Já vimos que o fato de pensar é para Descartes, o único argumento impossível de ser rebatido por qualquer ceticismo, pois até mesmo dizer que pensar é uma mentira ou uma ilusão, implica que esse pensamento só possa ser produzido por uma coisa que pensa, a *Res Cogitans*, ou, o sujeito da consciência. Da mesma forma, o número 1 para Frege acaba sendo um conjunto cujo único elemento é o 0 (zero), de maneira que o 0 é necessário para que haja o 1 da mesma forma que a coisa que pensa é necessária para que haja o ato de pensar.

Nomear, segundo esta passagem, é o mesmo que ler o traço 1, o que é equivalente a dizer, ler o “pensar”<sup>40</sup>. Por essa relação, é que se

---

<sup>39</sup> Esta frase é uma decomposição possível de “Penso, logo sou”. Como já visto anteriormente neste trabalho, sua relevância para a psicanálise está em ilustrar a função de identificação, e não a de atestar que existe um sujeito, como é o intento cartesiano.

<sup>40</sup> É extremamente coerente em relação às ideias cartesianas, que Lacan refira-se conjuntamente tanto ao “pensar” quanto ao “nomear” como 1, visto que nas teorias fisiológicas de Descartes, os pensamentos também não seriam nada mais que vibrações quase imperceptível das cordas vocais, à maneira de uma fala

pode dizer que o 0 (zero) se dá na origem da nomeação, pois seguindo as definições da lógica fregeana, o 0 (zero) se apresenta na origem do 1 (Um), uma vez que o 1 (Um) fica definido por um conjunto que tem um único elemento, o 0 (zero).

É muito importante que este exercício lógico não sirva para sustentar uma tentadora tendência psicologizante na qual o sujeito é a origem de todo um sistema psíquico no qual se incluiria a fala, o pensar, o significante. Se acompanharmos o processo com cautela, nota-se que não há justificativas para realizar tal salto indutivo. Seu uso sensato se restringe a reproduzir a mesma constatação causal com a qual Descartes se depara – a de que onde há um pensar, há um ser que pensa. O esforço proposto por Lacan a partir desse ponto é o de tentar definir que valor poderia ser atribuído ao “sou” que Descartes busca encontrar como resultado de sua meditação, porquanto pela introdução da psicanálise, sua identificação se torna trivial, e o lugar do sujeito reside em um desconhecido, levando em conta que a ela, importa o sujeito do inconsciente, e não este sujeito que é produto de uma identificação que permanece acessível à boa razão.

### 3.3.3 O sujeito como raiz de menos um

No capítulo anterior foi deixada em aberto a incursão lacaniana na filosofia sem precedentes desenvolvida por Descartes, na qual pela primeira vez, é o sujeito que se interroga por si próprio, buscando desbaratar-se dos obstáculos tradicionais com os quais a filosofia teria se ocupado até então, como a aparência, ou saber o que é real ou falso, ou o que é passageiro ou permanente, para indagar-se sobre a confiabilidade da informação recebida desde um Outro, desde um saber<sup>41</sup>. (LACAN, 1961/62, 2003, p.107) Dando procedimento ao que se pode aprender com Descartes, Lacan descreve o seguinte esquema para expressar a tendência ao infinito gerada com a identificação entre pensar e ser:

---

baixa a ponto de ser audível apenas para a alma, que receberia todas vibrações do corpo através da glândula pineal. Isso nos leva a notar que quando Descartes escreve “penso, logo existo”, está implícito também algo da ordem de um “falo de forma inaudível, logo existo”.

<sup>41</sup> A coincidência entre o lugar do saber e o lugar do Outro será utilizada na próxima sessão deste trabalho, em “O significante como relação”.

Figura 14 – Sucessões da dedução Eu penso, logo eu sou.

$$\begin{array}{r}
 Eu\ sou \leftarrow Eu\ penso \\
 \hline
 Eu\ sou \leftarrow Eu\ penso \\
 \hline
 Eu\ sou \leftarrow Eu\ penso, etc
 \end{array}$$

Fonte: LACAN (1961/62, 2003, p.107)

Uma primeira utilidade dessa esquematização é a de que ela possa pôr em evidência o resultado desta meditação: Que não se constata outra coisa senão que é preciso pensar para ao final se conceber um ser que pensa. Também traça uma sequência interminável da função do pensar como causa da constatação sobre o ser, onde se pode afirmar um “penso que penso que penso... ...que sou” sucessivo, ou dito de uma forma mais ilustrativa em relação ao esquema, “Eu penso que eu sou o que eu penso que eu sou, etc...” O processo da meditação coloca, o ser pensante com o qual se depara, como o resultado de uma ação que poderia ser descrita como um verbo, o *serpensar*, do qual a constatação não é senão seu participípio, uma repetição do mesmo verbo num lugar no qual continua sendo o mesmo, ainda que se apresente como objeto passivo, como um *serpensado*, perfazendo um processo que mostra um  $A=A$ .

o ato de *serpensar* (*êtrepenser*), porque é disso que se trata, não desemboca, para aquele que pensa, senão em um pode ser eu? (*peut-être je?*), e não sou tampouco o primeiro nem o único a ter observado desde sempre, o traço de contrabando da introdução desse eu (*je*) na conclusão: "Eu penso, logo sou". Fica claro que esse eu (*je*) fica em estado problemático, e que até o passo seguinte de Descartes, e veremos qual, não há razão nenhuma para que ele seja preservado do questionamento total que Descartes faz de todo o processo, pelo perfilamento dos fundamentos desse processo, da função do Deus enganador; (LACAN, 1961/62, 2003, p.31)

Efetivamente, a posição egóica implicada na frase requer estendê-la para um encontro com um fundamento que esteja além da identificação. Conforme a já citada crítica histórica levantada por

Bernard Williams (1978), a frase “Penso, logo sou/existo”, já seria questionável em seu valor de suposição lógica, uma vez que se considera que não adiciona nenhuma informação nova, restringindo-se a uma tautologia tal como  $A=A$ . Este processo identificatórios que remeteu à identidade de percepção freudiana, mostrando que “Penso, logo sou/existo”, não aponta um sujeito, mas sim um ser pensante, um ser que só é verdadeiro cada vez que o ser pensa, isto é, que “a frase só é verdadeira cada vez que penso nela atualmente (LEBRUN, G. In: DESCARTES, 1641, 1973, p.100, nota de rodapé nº27)

Se como já tratado anteriormente, o pensar ou o nomear não acabam sendo outra coisa senão uma leitura do traço unário, do traço 1, designando a diferença absoluta, podemos fazer uma exposição do esquema anterior na qual este pensar possa ser representado pelo número 1. O ser a que este 1 remete é convencionalmente tratado na psicanálise como algo desconhecido. Todavia, na asserção de Descartes, este é identificado ao pensar, sendo com isso, idêntico a ele. Seguindo essa ideia, o mesmo quadro anterior poderia ser substituído pela operação matemática a seguir, na qual tanto “eu sou” quanto “eu penso” são substituídos identicamente por 1.

Figura 15 – Substituições das sequências “eu penso, eu sou”, como idênticas a Um.

$$1 + \frac{1}{1} = 2 \quad ; \quad 1 + \frac{1}{1+1} = \frac{3}{2} \quad ; \quad 1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1+1}} = \frac{5}{3} \quad ;$$

$$1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1+1}}} = \frac{8}{5} , etc.$$

Fonte: LACAN (1961/62, 2003, p.110)

Essa operação aqui é apresentada até sua quarta repetição, mas pode se estender ao infinito. Contudo, a cada novo incremento dado à formula, mais próximo o resultado chega de um limite estável. Como se vê, no primeiro cálculo, o resultado é igual a 2, no segundo, 1,5 , no terceiro, 1,66... , no quarto, 1,6 , tendendo a um limite aproximado a 1,618, que equivale a:

$$\frac{1 + \sqrt{5}}{2}$$

Lacan só dará uma utilidade para este valor específico anos mais tarde, no seminário 16 (1968/69, 2008), onde este valor será corresponde ao objeto em sua relação com o Um. Neste momento, a única utilidade extraída, corresponde a mostrar que a sequência de referências ao *serpensar*, apesar de poder ser encadeada aparentemente até o infinito, tem um limite como resultado. Isso significa que a cada novo incremento desse *serpensar*, não adiciona nenhum novo dado ao intento de encontrar o sujeito, mas continua se estabilizando em torno de um mesmo limite que já estava posto desde o início.

Porém este cálculo está sendo feito dentro dos limites impostos por uma identificação, não podendo mostrar um resultado mais significativo do que as próprias afirmações sobre o aforismo cartesiano apresentadas no capítulo anterior. Um resultado mais interessante se mostra quando ao invés de seguirmos o caminho da identificação ao traço 1, inserimos o valor para o sujeito como sendo igual a  $\sqrt{-1}$  (raiz quadrada de menos 1) esse número que após séculos de indefinição matemática, passou a ser denominado um número imaginário, valendo-se da notação “i”. Por ironia, o número imaginário que Lacan propõe que tome o lugar da descrição do ser que só era obtida por uma identificação com o traço 1, foi formalizado pelo próprio Descartes em 1637, em seu texto *La Géométrie*<sup>42</sup>. (NAHIN, 2010). Apesar disso, o que Descartes chamava de número imaginário é o que hoje são considerados os números complexos, ao passo a denominação número imaginário acabou sendo restringida a apenas um tipo de número complexo.

A relação com o número imaginário não é fortuita, pois traz a proposta de uma referência ao sujeito na qual se preserva seu caráter desconhecido através de sua referência valendo-se deste número que não dá suporte à identificação, pois não existe número real que multiplicado por si mesmo traga o resultado  $\sqrt{-1}$ .

Um número complexo é um número  $z$  que pode ser escrito na forma  $z = x + iy$ , em que  $x$  e  $y$  são números reais e  $i$  denota a unidade

---

<sup>42</sup> Sobre seu tratado publicado em 1637, em Leiden, Descartes escreveu a Mersenne: Eu tentei, com Dioptrique e Météores, mostrar que meu método é melhor que o corriqueiro, e com La Géometre, demonstrá-lo. (TIBURCIO, 2011)



imaginária. A unidade imaginária ( $i$ ) é uma solução da equação  $x^2 + 1 = 0$ , e tem a propriedade  $i^2 = -1$ , logo, ela é o que substitui  $\sqrt{-1}$ , sendo que  $x$  e  $y$  são chamados respectivamente parte real e parte imaginária de  $z$ . (IEZZI, 1977, p.1-9) Um número imaginário é um número complexo com parte real igual a zero, ou seja, um número da forma  $z = 0 + iy$ . Tecnicamente, zero é o único número complexo que é tanto real como puramente imaginário, pois  $0 = 0 \times \sqrt{-1}$ , o que deve ser levado em conta para complementar o exercício realizado na seção anterior, onde o sujeito que aqui é tratado como  $\sqrt{-1}$ , era então comparado ao zero.

Ao fazer colocar essa conotação numérica, da mesma maneira como anteriormente a notação do 1 como função da unidade que representava a plena diferença radical na determinação do centro ideal do sujeito busca-se obter alguma coisa sobre a qual se possa operar. Pode-se ver a seguir, que será desenvolvida a mesma fórmula anterior com a diferença de substituir o 1 que correspondia ao “Eu sou” da asserção cartesiana, por  $\sqrt{-1}$ .

Figura 16 – O mesmo processo da última formulação, agora substituindo a identificação do “sou” ao “penso” pela notação do “sou” como  $\sqrt{-1}$ .

$$\sqrt{-1} + \frac{1}{\sqrt{-1} + \frac{1}{\sqrt{-1} + 1}}, etc.$$

Fonte: LACAN (1961/62, 2003, p.110)

Lembrando que  $\sqrt{-1}$  é substituível por “ $i$ ”, desta vez, o cálculo não converge para um limite. Ao invés disso, apresenta três valores que se alternam de acordo com a quantidade de progressões a serem realizadas.

O primeiro termo é:

$$i + 1$$

O segundo é:

$$i + \frac{1}{i + 1}$$

O terceiro é

$$i + \frac{1}{i + \frac{1}{i + 1}}$$

É importante simplificar estes termos. Para o segundo termo, a simplificação será a seguinte:

$$\begin{aligned} i + \frac{1}{i + 1} &= \frac{i(i + 1) + 1}{i + 1} = \frac{i^2 + i + 1}{i + 1} = \frac{-1 + i + 1}{i + 1} \\ &= \frac{i}{i + 1} = \\ \frac{i(i - 1)}{(i + 1)(i - 1)} &= \frac{i^2 - i}{i^2 - 1} = \frac{-1 - i}{-1 - 1} = \frac{-1 - i}{-2} \\ &= \frac{i + 1}{2} \end{aligned}$$

Para o terceiro termo, utilizamos o resultado do segundo:

$$\begin{aligned} i + \frac{1}{\frac{i + 1}{2}} &= i + \frac{2}{i + 1} = \frac{i(i + 1) + 2}{i + 1} = \frac{-1 + i + 2}{i + 1} \\ &= \frac{i + 1}{i + 1} = 1 \end{aligned}$$

O quarto termo será novamente igual ao primeiro, o quinto igual ao segundo, e assim por diante, não escapando nunca destes três resultados alternantes. O primeiro termo,  $i + 1$ , é o enigma inicial, no qual se estipulou que o “eu penso” que fica conotado por 1, se relacionando com o “eu sou” que remete a um sujeito que se antecipa a qualquer nomeação. O segundo valor,  $\frac{i+1}{2}$ , que é o primeiro resultado obtido após iniciada a busca sobre o que é o sujeito antes de ser nomeado e identificado ao traço unário, marcado pela adição dele mesmo com seu nome (isto é,  $i + 1$ ), não é outra coisa senão uma divisão em dois do mesmo que havia inicialmente em presença. O terceiro termo, que é simplesmente 1, marca o final desta série de três termos, e serve como uma confirmação de seu fecho, sendo a própria representação usada para o “eu penso” enquanto ele próprio é tomado como objeto de um pensamento. (LACAN, 1961/62, 2003, p.113) A unidade não é alcançada para a definição do “sou”, tal como um

processo identificatórios gostaria de alcançar, mas sim o é para definir novamente “penso”, marcando que se a unidade pode definir o pensar, não o pode em relação ao ser.

E é justamente isso o que faltará sempre: é que, em toda espécie de outra reaparição do que responde ao significante original, no ponto onde está a marca que o sujeito recebeu deste seja o que for que está na origem do *Urverdrängt*, [originalmente recalcado] faltará sempre ao que quer que seja que venha representá-lo, essa marca que é a marca única do surgimento original de um significante original que se apresentou no momento em que o ponto, o algo do *Urverdrängt* em questão passou à existência inconsciente. [...] ele não pode de maneira alguma ser satisfeito por essa procura da identidade perceptiva, se é isso mesmo que o especifica como inconsciente. (LACAN, 1961/62, 2003, p.107)

### 3.4 O SIGNIFICANTE COMO RELAÇÃO

Não bastaria uma relação representativa entre significante e significado para que o significante adquirisse seu papel dentro de uma língua. Sob tais condições, teríamos simplesmente um léxico, um conjunto de informações mutuamente referidas mas que não inclui suas regras de articulação. A língua, além dos elementos, supõe leis que governam esses elementos entre si. (DÖR, J.1989, p.33) O significante não se faz presente como elemento isolado, mas como uma relação. Essa relação tem a particularidade de ser sempre binária, de forma que não se infere a existência de um conjunto de significantes enumeráveis que articulariam uma linguagem em função da forma como se organiza a informação que carrega ao fazê-los interagir. Ao invés disso, o significante nunca representa outra coisa senão um sujeito para outro significante, e por isso essa relação é sempre de um significante  $S_1$  (o representante do sujeito) para um significante  $S_2$ , sem que se torne necessária a introdução de  $S_3$ ,  $S_4$  ou  $S_5$ , pois uma vez que a articulação descreve “um significante” reportando-se a “outro significante”, é suficiente representar estes significantes da alteridade simplesmente como  $S_2$ . A representação feita pelo significante acaba por ser sempre a

mesma, ou seja, sempre haverá apenas um  $S_1$  e outro significante, por definição,  $S_2$ . Se o lugar do sujeito já foi aqui exposto anteriormente como o lugar do significante, também se deve ressaltar que “... o sujeito se define em relação ao Isso. Significa que não existe por si.”, (CABAS 2009, p.93) dependendo sua existência desse caráter relacional, da mesma forma que o significante, pois o desejo enquanto algo que é subjetivamente próprio, é desejo deslocado, desejo em uma dedicação ao encontro do desejo materno que ao transmitir-se, transmite a ordem significante que funda o sujeito.

[...] não há sujeito se não há significante que o funde. É na medida em que houveram essas primeiras simbolizações constituídas pelo par significante, o primeiro sujeito e a mãe, que é preciso saber o que isso quer dizer em relação a alguns termos, realidade ou não realidade, autoerotismo ou não autoerotismo...(LACAN, 1958/59, aula10)

A mesma lógica já demonstrada anteriormente no capítulo “A formulação do significante”, que mostra a dependência existencial que o significado possui em relação ao significante, está expressa também na relação que o sujeito estabelece com o significante. Na afirmação de que “um significante representa um sujeito para outro significante”, está estabelecida, antes de qualquer outra coisa, a dependência do sujeito em relação ao significante, uma vez que o sujeito está determinado por ele. (LACAN, 1968/69, 2008, p.48)

A dependência que o sujeito possui em relação ao significante é um ponto crucial para a psicanálise. Lacan justifica que trabalhemos com essa concepção, no fato de que “o significante é o único elemento cuja certeza nos é dada pela psicanálise”. (LACAN, 1968, p.300) Esta perspectiva já é coerente com os primeiros esboços freudianos sobre a moção pulsional, atestando seu deslocamento na direção daquilo que seria um grande Outro consistente. O que ocorre com a moção pulsional, que importa a Lacan em seu caráter de cadeia significante, é por ele descrito com a relação matemática de “pertença”, relativa à teoria de conjuntos, por julgar ser a forma mais simples de apresentar sua natureza. Primeiramente, esquematiza a relação do significante com outro significante, como uma relação de par ordenado entre os

elementos S (significante) e A (outro significante<sup>43</sup>). “Um par ordenado consiste, intuitivamente, de dois elementos dos quais um é designado como primeiro elemento e o outro como segundo”. (Holmes, Randall, 1998). Um uso bastante conhecido do par ordenado é o de expressar um ponto do plano cartesiano através do uso de dois elementos que dão suas coordenadas. O par ordenado é introduzido por essa espécie de “*ato de violência que na lógica é chamado axioma*”, e “*o resultado desse ato de violência é criar um significante que substitui a coexistência de dois significantes*”. (LACAN, 1968/69, 2008, p.70)

Figura 17 – Representação do par ordenado composto por S e A.

$$S \rightarrow A$$

Fonte: LACAN (1968/69, 2008, p.56)

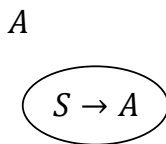
Há de se ter em vista nesta fórmula, primeiro que Lacan trata o Outro meramente como sendo um significante, o que realmente é. Segundo, que isso se trata de um par ordenado, ou seja, que a posição de qual elemento é o primeiro e qual é o segundo elemento, efetivamente importa, e o A só deve ser tomado como o segundo significante, o outro significante.

Em seguida, ressalta que o Outro, aqui usado como o outro significante, A, é o tesouro dos significantes, ou seja, é o acervo de significantes, o lugar onde se os guarda todos. Considerando que esse próprio A é um significante, e que a característica importante do significante seja a alteridade, podemos denominar a relação de alteridade entre S e A pelo significante A, sob o mesmo pretexto do que chamava de um ato de violência na matemática, que substitui a coexistência de dois significantes por apenas um:

---

<sup>43</sup> O Outro é representado por “A”, por derivar da palavra “Outro” empregada por Lacan em francês, *Autre*.

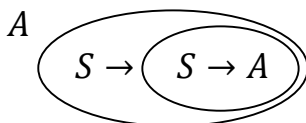
Figura 18 – O par ordenado sendo denominado como A.



Fonte: LACAN (1968/69, 2008, p.57)

Dessa maneira, se constata que a relação entre  $S$  e  $A$ , a função de  $S$  em  $A$ , o par ordenado  $S, A$ ,  $(S \rightarrow A)$ , é aquilo a que demos o nome de Outro ( $A$ ), de forma tal que podemos substituir na fórmula, a ocorrência de  $A$  por aquilo que é  $A$ , fazendo com que seja possível escrever o seguinte:

Figura 19 – “A” sendo substituído por  $S \rightarrow A$ .



Fonte: LACAN (1968/69, 2008, p.57)

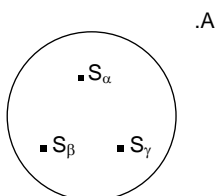
Essa substituição pode ser feita infinitamente, multiplicando a incidência de  $S$  sem nunca ser capaz de apreender o recuo de  $A$ , que permanece presente sem se reduzir, fazendo com que essa fórmula demonstre sua condição de inapreensibilidade pelo saber. Isso acontece porque sempre se pode escrever esse segundo significante, esse  $S_2$ , o  $A$ , tanto do lado de dentro como do lado de fora desses círculos, pois  $A$  é um conjunto que contém a si mesmo, ao passo que  $S$  não contém a si mesmo. Esse fato terá sua importância demonstrada ao final desta explanação, mas no momento fica expressa a própria falha de todo saber, que implica em não se poder saber o que  $A$  contém a não ser seu próprio significante. (LACAN, 1968/69, 2008, p.58)



Todos os homens de uma cidade fazem a barba. Um grupo deles faz a barba com o barbeiro da cidade, e aqueles que não frequentam os serviços desse profissional, fazem a própria barba em casa. O paradoxo lógico implícito nesta frase, não é outra coisa senão uma manifestação da condição lógica paradoxal descoberta por Russell, de que o todo não pode ao mesmo tempo ser descrito e ainda preservar a coerência lógica nesta descrição, e que portanto, nesta condição de reunir a totalidade da classe de classes, uma coleção definível não forma uma totalidade.

É imprescindível saber que não se trata de que alguma dessas duas condições não exista. Trata-se de que nenhuma dessas afirmações pode ser feita com respaldo lógico. Disso, Russell extrai que não podemos confiar em nossas afirmações quanto se trata de teoria dos conjuntos. Todavia, o barbeiro barbudo ou afeitado leva sua vida alheio a esse problema lógico. E isso verdadeiramente importa: o fato de que esse discurso lógico na teoria dos conjuntos não possa apreender o que acontece com tal barbeiro, não impede em nada que fora dele, o barbeiro se barbeie.

Figura 21 – Diagrama de A como não pertencente a si mesmo.



Criamos um conjunto que contém vários significantes como elementos. Nesta hipótese, nem  $S_\alpha$ , nem  $S_\beta$ , nem  $S_\gamma$  são semelhantes a A, mas A conserva a propriedade já presente na hipótese anterior de ser o outro signifiante de cada um deles, estabelecendo o lugar relacional que era expresso pelas fórmulas como o lugar de  $S_2$ . Por essa razão, A está representado por um ponto apesar de também ser o nome do conjunto que possui  $S_\alpha$ ,  $S_\beta$ , e  $S_\gamma$  como elementos. Com esta condição, podemos tentar reunir os significantes que não são elementos de si mesmos dentro de um mesmo grupo. Para isso demarcamos dois conjuntos, um designado como A, e o outro como  $S_2$ , a alteridade do signifiante, ou seja, aquele perante o qual, todos os outros significantes são  $S_1$ , todos os outros significantes representam o sujeito. Deve-se notar que tanto A como  $S_2$  são duas definições distintas para a mesma



coisa: o Outro. Essa separação é feita para que sejam mais claros os passos para se colocar um grupo dentro do outro.

O que buscaremos fazer é testar se o significante  $S_2$  pode ser mais um elemento qualquer do tesouro dos significantes (A), tal como significantes em particular  $S_\alpha$ ,  $S_\beta$ , e  $S_\gamma$ , ao mesmo tempo em que  $S_2$  seja um conjunto que contém a si mesmo, ao definir se ele pode estar contido em A ou não. Teremos então a condição posta de que:

- Para que  $x$ , seja ele qual for, seja um elemento de  $S_2$ , é preciso que  $x$  não seja elemento de  $x$  (de si mesmo), e que  $x$  seja elemento de A;

Essa condição, traduzida nos termos que nos interessam, significa: pode um dado significante  $x$  cumprir os requisitos de estar no conjunto de significantes que são o outro-significante, que são  $S_2$ ? Baseado nestas condições, supomos que o valor de  $x$  possa ser B. Com isso, teremos um enunciado como este:

- Para que  $S_2$  seja elemento de  $S_2$ , é preciso que  $S_2$  não seja elemento de  $S_2$  (de si mesmo), e que  $S_2$  seja elemento de A (i.e., que seja um elemento do tesouro dos significantes, que seja um significante).

Já na enunciação da condição, percebemos um paradoxo lógico. Se for elemento de si mesmo,  $S_2$  não satisfaz a condição de ser o conjunto de elementos que não pertencem a si mesmos. Se  $S_2$  não é um elemento de si mesmo, então deve pertencer ao conjunto dos conjuntos que não pertencem a si mesmo, que é o próprio  $S_2$ , o que implicaria em dizer que  $S_2$  é elemento de si mesmo, o que não satisfaz a condição de existência de  $S_2$ .

Isso mostra que, se pela primeira hipótese tentarmos definir A como um conjunto que contém a si mesmo, somos levados a uma impossibilidade de definir A por nunca conseguir formular o que ele contém, e se formularmos a segunda hipótese, a de que o sujeito contenha a si mesmo, incorremos na impossibilidade de decidir por uma definição, o mesmo efeito presente no paradoxo de Russell. “Isso demonstra, não que o sujeito não está incluído no campo do Outro, mas que o ponto em que ele se expressa como sujeito é externo, entre aspas, ao Outro, ou seja ao universo do discurso”. (LACAN. 1968/69, 2008, p.74)

Dizer que o lugar onde o sujeito se expressa seja em algum lugar alheio ao universo do discurso, é o mesmo que dizer que a verdade sobre o sujeito se encontra fora do discurso, ou que “o discurso verdadeiro, é um discurso sem fala” (LACAN, 1968/69, 2008, p.68), sendo que essa verdade subsiste como o inconsciente de todo discurso; o mesmo que ocorre com o barbeiro barbudo do paradoxo de Russell, que por mais que a lógica exclua sua possibilidade, pode existir em uma realidade alheia ao enunciado lógico.

## 4 MOMENTO DE CONCLUIR

Ao longo de todo este trabalho, foi reproduzida uma parte significativa da dedicação de Lacan em ir ao encontro do sujeito que reside em todo apelo neurótico soterrado pela resistência. No princípio de seu ensino com os seminários ainda sustentava com plena assertividade a necessidade de inserir este sujeito em um discurso que o simbolizasse. É esta convicção que clama o desvendamento do sujeito, sobretudo na época do primeiro seminário. Com o passar dos anos, muitas concessões tiveram de ser feitas a este projeto, levando Lacan a constantemente incrementar novos recursos a este intento, e mesmo refazer os caminhos que trilharia. Grande parte destes esforços foram aqui relatados trazendo conclusões que aos poucos clamariam por novas reelaborações.

Com o estudo topológico da banda de Möbius, apresentou-se como a representação que o significante faz do sujeito se perfaz em um movimento de encadeamento de significantes ao longo de uma superfície unilátera contínua. Essa propriedade leva a perceber que o avesso do significante, o significado, desvanece quando percebemos que o segundo lado da banda é uma ilusão que só se sustenta num momento descolado do tempo. Como a sucessão temporal é condição fundamental para a existência do significante, tal como se evidencia no uso de uma língua falada, na qual cada fonema só pode se apresentar a partir do término de seu predecessor, somos forçados a seguir uma sucessão serial de inscrições do significante que continua se inscrevendo do lado que inicialmente era considerado avesso ao ponto de partida. Com isso, só resta dizer que um significante só remete a outro significante no processo de representação do sujeito e, portanto, um significado do sujeito escapa a essa experiência.

A identificação, um processo ao qual o próprio Freud dedica seus esforços, mostra que só há identidade possível com um objeto que não está ali. O traço unário através do qual a identificação se sustenta só faz apagar uma ausência. Se este processo acaba sendo em última instância uma dupla condição de falta, a presença do sujeito não é algo que ele possa demonstrar. Mesmo o nome próprio, esta palavra especial que reuniria em si todos os processos identificatórios relacionados ao sujeito, só pode fazer referência a uma coisa que não demonstra o que é.

Se apostarmos na função da identificação para buscar uma verificação sobre o que o sujeito é, só se obtém como resultado a criação de um espaço imaginário alheio ao sujeito. É apenas nesse âmbito imaginário que Descartes pode pensar que existe, quando na verdade só

pensa onde não é, e é onde não pensa. Se o método científico se vale deste processo de verificação dos dados com que trabalha, podemos saber que suas realizações estão condicionadas à manipulação de objetos nos mesmos limites operantes nos pré-conscientes, excluindo qualquer chance de aproximação sobre o sujeito.

Recorrer à lógica matemática e amparar-se numa descrição análoga à utilizada na formalização dos números para descrever a sucessão que há entre significante e sujeito, não se adéqua satisfatoriamente até se recair novamente em uma descrição de um número imaginário, representada pelo número  $i$ , que permanece como uma mera marca de um número impossível de ser descrito, a respeito do qual restam conhecidas apenas as consequências de sua presença.

A tentativa de realizar uma descrição completa dos números levou Frege a produzir um paradoxo que seria apontado por B. Russell enquanto se dedicava a seus estudos sobre conjuntos. Tratar o aspecto relacional do significante a partir das teorias conjuntistas, só levou a uma demonstração da inapreensibilidade do lugar de  $S_2$ , o outro significante, o significante para o qual  $S_1$  reporta a integralidade do sujeito, informação que permanece como privilégio de  $S_2$ , e longe da compreensão de quem se proponha a buscá-lo.

Mesmo após todas as demonstrações da inviabilidade de descrição de como o sujeito representa o significante, Lacan insiste que o sujeito não é outra coisa, que se trata exatamente disso que não há como traduzir em palavras:

O sujeito não é outra coisa – quer ele tenha ou não consciência de que significante ele é efeito – senão o que desliza numa cadeia de significantes. Este efeito, o sujeito, é efeito intermediário entre o que caracteriza um significante e outro significante, isto é, ser cada um, ser cada qual, um elemento. Não conhecemos outro suporte pelo qual se introduza no mundo o Um, se não for o significante enquanto tal, quer dizer, enquanto aquilo que aprendemos a separar de seus efeitos de significado. (LACAN, 1972/73, 1985, p.68)

Estes resultados convergem para mostrar não um fracasso em alcançar o sujeito a partir do significante, mas que uma variedade de aproximações insiste irredutivelmente em revelar que o significante porta uma questão impossível de ser representada em uma articulação simbólica. Todas estas aproximações, não são outra coisa senão o

esforço de preservar esse irrealizável. Em seus últimos seminários, Lacan tenta se aproximar do que não é representado para entender isso que há na representação indescritível realizada pelo significante. É quando se volta ao estudo do real, dedicando-se a mais do que descrever o significante como isso que representa um sujeito para outro significante – fórmula que jamais abandona – e chega a descrições como por exemplo que o significante se reduz ao que ele é, ao equivoco, a uma torção de voz. (LACAN, 1975/76, 2007, p.92)

A questão de pesquisa deste trabalho notadamente o levou a centrar-se num questionamento sobre os recursos que o simbólico poderia oferecer para lidar com a função significante. Contudo, é conclusivo que os limites de um trabalho assim condicionado acabam sendo esgotados em seus objetivos, fato que não surge baseado na extensão das tentativas, mas que é repetidamente provado em cada uma delas isoladamente. É flagrante que esse fim gera uma nova necessidade, a de buscar um salto deste estudo para o registro do real, ainda que isso ultrapasse toda a proposta circunscrita a este trabalho que aqui se encerra.



## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4ªEd. P.853, verbete: representação. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGUIAR, F. *Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise*. Jornal de Psicanálise. São Paulo, n. 39, jun. 2006.

ARRIVÉ, M. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOURGUIGNON, A. *História natural do homem, v.1: O homem imprevisto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

CABAS, A. G. *O sujeito e a psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CARDOSO, M. J. d'Escragnolle. *Lacan e Frege: Sobre o conceito de Um*. Psicologia USP, São Paulo, janeiro/março, 2010, 21(1), p.127-144. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v21n1/v21n1a07.pdf>

CAROPRESO, F. *Representação, atenção e consciência na primeira teoria freudiana do aparelho psíquico*. Nat. hum., São Paulo, v. 10, n. 1, jun. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302008000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 de Abril de 2011, 2008.

CAROPRESO, F. *O conceito freudiano de representação em “Sobre a concepção das afasias*. Revista Paidéia n.25, Disponível online em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/25.htm> Artigo retirado da tese em filosofia. Universidade Federal de São Carlos, 2003.

CECCARELLI, P.B. *Freud traído* – in Reverso, Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, ano XXIX, 54, p.43-54, 2007.

CORRÊA, C.R.G.L. *A temporalidade entre a certeza e a dúvida na filosofia e na psicanálise*. Revista Cadernos de Psicanálise (SPCRJ), v.26, nº29, p.233-261, 2010.

COUTINHO JORGE, M. A. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan* vol.1: As bases 5ªEd.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DESCARTES, R. *Discours de la méthode, Quatrième partie*. Disponível online em: [http://fr.wikisource.org/w/index.php?title=Discours\\_de\\_la\\_m%C3%A9thode/Quatri%C3%A8me\\_partie&oldid=1284239](http://fr.wikisource.org/w/index.php?title=Discours_de_la_m%C3%A9thode/Quatri%C3%A8me_partie&oldid=1284239) Acesso em 09 de Novembro de 2011. (Texto original publicado em 1637)

DESCARTES, R. (Renatus Cartesius), *Meditationes de prima philosophia*. Meditatio II, De natura mentis humanae : quod ipsa sit notior quàm corpus, Disponível em: [http://la.wikisource.org/w/index.php?title=Meditationes\\_de\\_prima\\_philosophia\\_-\\_Meditatio\\_II&oldid=21218](http://la.wikisource.org/w/index.php?title=Meditationes_de_prima_philosophia_-_Meditatio_II&oldid=21218) Acesso em 09 de Novembro de 2011. (Texto original publicado em 1641)

DESCARTES, R. (Renatus Cartesius), *Principia philosophiae, 1, principiorum philosophiae [1] De principiis cognitionis humanae*. Disponível em: [http://la.wikisource.org/w/index.php?title=Principia\\_philosophiae&oldid=12393#PRINCIPIORUM\\_PHILOSOPHIAE\\_.5B1.5D\\_De\\_principiis\\_cognitionis\\_humanae](http://la.wikisource.org/w/index.php?title=Principia_philosophiae&oldid=12393#PRINCIPIORUM_PHILOSOPHIAE_.5B1.5D_De_principiis_cognitionis_humanae) Acesso em 09 de Novembro de 2011. (Texto original publicado em 1644)

DIAS, S. *O significante é uma palavra mestra?* Disponível online em <http://www.espacopsicanalise.com.br/docs/significante.htm> Acesso dia 11 de Setembro de 2011. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional de Convergência, movimento lacaniano para a psicanálise freudiana “O sexual: a inibição, corpo e sintoma”, Buenos Aires, 2009.

DÖR, J. *Introdução à leitura de Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ELIA, L. *O Conceito de Sujeito*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.



ELIA, L. *Desenvolvimento Estrutura e Gozo*. Marraio nº 9, Formações Clínicas do Campo lacaniano: Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005.

FONTANA, R.S. *O significante como corte: um estudo sobre a articulação entre o Eu e o Sujeito*. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Universidade do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

FREGE, G. *Les fondements de l'arithmétique*. Paris: Seuil, 1969. (Primeira publicação em 1884)

FREGE, G. *Ueber den Zweck der Begriffsschrift (trad. franc. de Claude Imbert, "Sur le But de l'Ideographie")*, in *Gottlob Frege, Écrits Logiques et philosophiques*, Paris: Seuil, 1971. (Primeira publicação em 1882)

FREUD, S. *La Afasia*. Tradução de R. Alcade. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973. (Trabalho original publicado em 1891).

\_\_\_\_\_. *O projeto para uma psicologia científica*, v. 1. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1895)

\_\_\_\_\_. *Carta 52*, v.1. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1896)

\_\_\_\_\_. *A interpretação de sonhos*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud vol 5. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1900)

\_\_\_\_\_. *Fragmento da análise de um caso de Histeria*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud vol 7. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1905)

\_\_\_\_\_. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1914)

\_\_\_\_\_. *As pulsões e suas vicissitudes*. v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915a)

\_\_\_\_\_. *O inconsciente*. v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915b)

\_\_\_\_\_. *A Repressão*. v. 14. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1915c)

\_\_\_\_\_. *Triebe und triebeschicksale*. In: Werkausgabe. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2006. (Trabalho original publicado em 1915d)

\_\_\_\_\_. *Das Unbewußte*. Gesammelte Werke 1893-1939, 1910-1919 ▶ III. Unbewusste Gefühle” Ebook disponível em <http://www.textlog.de/freud-psychoanalyse-das-unbewusste-psychologie.html> (Texto original publicado em 1915e)

\_\_\_\_\_. *Jenseits des Lustprinzips*. Project Gutenberg, 28 fevereiro 2009. [EBook #28220] Ebook disponível em <http://www.gutenberg.org/etext/28220> Acesso em 20 junho 2010. (Texto original publicado em 1920)

\_\_\_\_\_. *Psicologia de grupo e análise do ego*. In: Obras Completas, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Texto original publicado em 1921)

\_\_\_\_\_. *O ego e o id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. Edição eletrônica da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX, 1976. (Trabalho original publicado em 1925)

\_\_\_\_\_. *Inibições, Sintomas e Angústia*. Rio de Janeiro: Imago. Edição eletrônica da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XX parte II, 1976. (Trabalho original publicado em 1926)

\_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão*, v. 21. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1927)

\_\_\_\_\_. *Conferência XXXV - A questão de uma Weltanschauung*. Rio de Janeiro: Imago. Edição eletrônica da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol.XXII. 2000b. (Conferência original proferida em 1933)

GRANON-LAFONT, J *A topologia de Jacques Lacan* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

GREEN, A. *Conferências brasileiras: metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

HARARI, R. *Por que não há relação sexual?* Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

HEIJENOORT, J.(1967).*From Frege to Gödel*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. Acesso em 26 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/fregerussel/russelt/ofrege.htm>

HOLMES, RANDALL *Elementary Set Theory with a Universal Set*. Academia-Bruylant. Disponível online em: <http://math.boisestate.edu/~holmes/holmes/head.pdf> (Acesso em 03 de maio de 2011), 1998.

HOUAISS, A Villar M de S, Franco FM de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IEZZI, G. *Fundamentos de Matemática elementar*. 3 ed. São Paulo: Atual, 1977.

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 1: Os escritos técnicos de Freud* Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; versão brasileira Betty Milan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986. (Seminário original proferido em 1953/54)

LACAN, J. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, in Escritos Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Texto originalmente publicado em 1953b)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; versão brasileira Aluísio Menezes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Seminário original proferido em 1954/55)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 3: As Psicoses*. 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; versão brasileira Aluísio Menezes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Seminário original proferido em 1955/56)

\_\_\_\_\_. *A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise*, In Escritos Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Texto originalmente publicado em 1955b)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 4: A relação de objeto*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995. (Seminário original proferido em 1956/57)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 5: As Formações do inconsciente*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. (Seminário original proferido em 1957/58)

\_\_\_\_\_. *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, in Escritos Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Texto originalmente publicado em 1957b)

\_\_\_\_\_. *Seminario VI - El deseo, su interpretación*. Versão em espanhol de Ricardo E. Rodriguez Ponte realizada para a Escuela Freudiana de Buenos Aires Clase de 26 de Noviembre de 1958. (Seminário original proferido em 1958/59)

\_\_\_\_\_. *A significação do falo*. In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto original publicado em 1958b)

\_\_\_\_\_. *Seminario VIII - La transfencia*. Versão em espanhol de Ricardo E. Rodriguez Ponte realizada para a Escuela Freudiana de Buenos Aires. (Seminário original proferido em 1960/61)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 9: A identificação*. Título original L’*Identification* – Publicação interna da Association Freudienne Internationale. Trad. Ivan Correa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. (Seminário original proferido em 1961/62)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. (Seminário original proferido em 1964)

\_\_\_\_\_. *Séminaire XII – Problèmes cruciaux pour la psychanalyse*. Version critique de Michel ROUSSAN. Disponível online em: <http://www.ecole-lacanienne.net/bibliotheque.php?id=13> (Seminário original proferido em 1964/65)

\_\_\_\_\_. *Seminario XIII – El objeto del psicoanálisis*. Versión comparada de Jorge Tarella para la Escuela Freudiana de la Argentina (Seminário original proferido em 1965/66)

\_\_\_\_\_. *Communication et discussions au symposium international du John Hopkins Center à Baltimore*. Paris: Chollet, 1966a.

\_\_\_\_\_. *A Ciência e a Verdade* In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto original publicado em 1966)

\_\_\_\_\_. *Seminario XIV – La lógica del Fantasma*. Tradução de Pablo G. Kaina Versión Escuela Freudiana de la Argentina. (Seminário original proferido em 1966/67)

\_\_\_\_\_. *Seminario XV – El acto Psicoanalítico*. Versão em espanhol de Ricardo E. Rodriguez Ponte realizada para a Escuela Freudiana de Buenos Aires (Seminário original proferido em 1967/68)

\_\_\_\_\_. *Proposition du 9 de Octobre de 1967* In: Scilicet nº01, 1967b.

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 16: De um Outro ao outro*. Texto estabelecido por Jacques Allain Miller. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008. (Seminário original proferido em 1968/69)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 17: O avesso da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985. (Seminário original proferido em 1969/70)

\_\_\_\_\_. *Radiofonia e Televisão* In: Outros Escritos, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Texto original publicado em 1970)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009. (Seminário original proferido em 1971)

\_\_\_\_\_. *Seminario XIX Bis – Le Savoir de l'Analyste* ENAPSI. Entidad de Acción Psicoanalítica no consigna traductor. (Seminário original proferido em 1971/72)

\_\_\_\_\_. *Lituraterra* In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Texto originalmente publicado em 1971b)

\_\_\_\_\_. *O seminário – Livro 20: mais, ainda*. 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; versão brasileira M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985. (Seminário original proferido em 1972/73)

\_\_\_\_\_. *Seminario XXI Les non-dupes errent*. Versão em espanhol de Irene M. Agoff de Ramos – Revisão Técnica: Evaristo Ramos. Realizada para a Escuela Freudiana de Buenos Aires. (Seminário original proferido em 1973/74)

LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. B. (1982) *Vocabulário da psicanálise*. Editora Martins Fontes, 1992.

LONGO, L. *Linguagem e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARCONI, K.F. *Manejos possíveis do gozo na clínica das toxicomanias: uma abordagem psicanalítica* Banco de dissertações do programa de pós graduação em psicanálise da UERJ, 2009. Disponível online em:  
[http://www.pgpsa.uerj.br/dissertacoes/2009/Dissert\\_Katia.pdf](http://www.pgpsa.uerj.br/dissertacoes/2009/Dissert_Katia.pdf) Acesso em 12 de Novembro 2010.

MAZIERO, M.H.A. E SOUS, S.C. *Proposta curricular de língua estrangeira moderna – Inglês: Aplicabilidade e Resultados –* Bebedouro, 2009. Disponível online em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistalettrasfabe/suario/6/14042010181014.pdf>, 2009.

MUNHOZ, J.M.H. *O que representa a representação?* Rev. bras. psicanál, São Paulo, v. 43, n. 2, jun. 2009. Disponível online em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2009000200009&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2009000200009&lng=es&nrm=iso), 2009.

NAHIN, P. J. *An Imaginary Tale: The Story of  $i$  (the square root of minus one)*. ISBN: 9781400833894, Princeton University Press, 2010.

NASIO, J.D. *Introdução à topologia de Lacan*. Tradução Claudia Berliner; revisão técnica Felipe Castelo Branco – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PICKOVER, C.A. *The Möbius Strip : Dr. August Möbius's Marvelous Band in Mathematics, Games, Literature, Art, Technology, and Cosmology*. ISBN 1560258268. Thunder's Mouth Press, 2006.

PLATÃO *O banquete*. Tradução de Carlos Alberto Nunes – 2. Ed. Ver. - Belém: EDUFPA, 2001.

POPPER, K. *Objective Knowledge*. ISBN 0-19-875024-2 Oxford: Oxford University Press, 1979.

RABINOVICH, D.S. *O desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

RADZINSKI, A., *Lacan/Saussure: les contours théoriques d'une rencontre, Langages*, 19e [ie 20e] année, no. 77 (mars 1985), 1985.

REMOR, C. A. M. *A interpretação na clínica: da hermenêutica à psicanálise* – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

REMOR, C. A. M. *Eu não sou eu*. Trabalho apresentado na Jornada Brasileira de Convergência: “Identificação e Identidade”, em Recife, PE, Maio de 2006.

RUSSELL, B. *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays, 1914-19*, London: George Allen and Unwin, 1986. (Texto originalmente publicado em *The Monist*, 1918)

RUSSELL, B. *Mathematical logic as based on the theory of types* In: *American Journal of Mathematics* 30, p222–262 In: HEIJENOORT, J. (1967). *From Frege to Gödel*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. Acesso em 26 de novembro de 2011. Disponível online em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/fregerussel/russelt/ofrege.htm> (Texto originalmente publicado em 1908)

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1993. (O curso transcrito no livro foi ministrado até o ano de sua morte, 1913)

STAROSTIN, E.L. & van der HEIJDEN, G.H.M. *The shape of a Möbius strip*. *Nature Materials* 6 (8): 563–7. doi:10.1038/nmat1929. PMID 17632519, 2007.

STEWART, J. *Calculus: Early Transcendentals*. (6th ed.). ISBN 0-495-01166-5. Thomson: Brooks/Cole, 2008.

TEIXEIRA FILHO, J. *Estratégias para o Caos: sobre a Transposição de Teorias da Física e da Matemática para a Administração*. Disponível on-line em: <http://www.senac.br/informativo/bts/251/boltec251c.htm> Acesso em 12 de Novembro de 2011.

TIBURCIO, C.A. *René Descartes* Disponível online em: <http://www.ime.unicamp.br/~calculo/ambientedeensino/modulos/history/descartes/descartes.html> . Acesso em 10 de Novembro de 2011.

VIDAL, E. A. *Comentários sobre “Die Verneinung”*. Revista da Letra Freudiana, Rio de Janeiro, nº5, ano VIII, p.16-31, 1988.

VIVÈS, Jean-Michel *Pour introduire la question du point sourd*. In: *Psychologie Clinique: La voix dans la rencontre clinique*. Paris, nouvelle série, n.19, 2005.

WILLIAMS, BERNARD. *Descartes, The Project of Pure Enquiry*, Harvester Press, 1978.



WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-Philosophicus*. Londres: Routledge, 1993. (Publicação original em 1921)